



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**



DOUGLAS MENEZES DE OLIVEIRA

**QUESTÃO AGRÁRIA E ORGANIZAÇÃO SINDICAL DE
TRABALHADORES RURAIS**

**DOURADOS – MS
2019**

DOUGLAS MENEZES DE OLIVEIRA

**QUESTÃO AGRÁRIA E ORGANIZAÇÃO SINDICAL DE
TRABALHADORES RURAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de Concentração: Sociologia.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas, Teoria Social e Ação Coletiva.

Orientador: Prof. Dr. Guillermo Alfredo Johnson.

**DOURADOS – MS
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

O48q Oliveira, Douglas Menezes de

Questão agrária e organização sindical de trabalhadores rurais/ Douglas Menezes de Oliveira. -- Dourados: UFGD, 2019.

122 f.

Orientador: Guillermo Alfredo Johnson.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Inclui bibliografia

1. Territorialização do capital. 2. Luta pela terra. 3. Acampamentos. 4. Mediação sindical. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



UFGD

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado APRESENTADA POR **DOUGLAS MENEZES DE OLIVEIRA**, ALUNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIOLOGIA, ÁREA DE CONCENTRAÇÃO "SOCIOLOGIA".

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às 08h30, em sessão pública, realizou-se nas dependências da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, a Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada "**QUESTÃO AGRÁRIA E ORGANIZAÇÃO SINDICAL DE TRABALHADORES RURAIS**" apresentada pelo mestrando **DOUGLAS MENEZES DE OLIVEIRA**, do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA, à Banca Examinadora constituída pelos membros: Prof. Dr. Guillermo Alfredo Johnson/UFGD (presidente/orientador), Prof.^a Dra. Maria Gabriela Guillén Carías/UFGD (membro titular), Prof. Dr. Ademir Terra/UEMA (Membro Titular). Iniciados os trabalhos, a presidência deu a conhecer ao candidato e aos integrantes da Banca as normas a serem observadas na apresentação da Dissertação. Após o candidato ter apresentado a sua Dissertação, os componentes da Banca Examinadora fizeram suas arguições. Terminada a Defesa, a Banca Examinadora, em sessão secreta, passou aos trabalhos de julgamento, tendo sido o candidato considerado Aprovado, fazendo *jus* ao título de **MESTRE EM SOCIOLOGIA**. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Dourados, 29 de abril de 2019.

Prof. Dr. Guillermo Alfredo Johnson _____

Prof.^a Dra. Maria Gabriela Guillén Carías _____

Prof. Dr. Ademir Terra _____

ATA HOMOLOGADA EM: ___/___/___, PELA PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA / UFGD.

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
Assinatura e Carimbo

“Na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”.

José de Souza Martins.
O poder do atraso.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento de um trabalho científico exige muito empenho intelectual e pessoal, porém seu resultado é sempre coletivo. Não serei o primeiro e nem último a prestar as sinceras homenagens às pessoas e instituições envolvidas direta e indiretamente nesta pesquisa.

Primeiro, agradeço a Deus, pelo dom da vida e a sabedoria, que me proporcionou a sustentação espiritual e as condições necessárias para que este trabalho se tornasse uma realidade possível.

Ao meu orientador e amigo, Dr. Guillermo Alfredo Johnson, que possibilitou a minha incursão nesse tema de pesquisa, depositando em mim, sem qualquer objeção, a confiança e a autonomia intelectual. Sou imensamente grato pelas valiosas experiências vivenciadas durante o mestrado.

À Dra. Maria Gabriela Guillén Carías, por ter gentilmente aceitado fazer parte da banca de defesa desta dissertação. Sua contribuição foi de suma importância para a minha formação como pesquisador. Além disso, sou grato pelas enriquecedoras discussões que tivemos ao longo do mestrado.

Ao Dr. Ademir Terra, por ter gentilmente aceitado fazer parte da banca de defesa desta dissertação. Além disso, sou imensamente grato por sua valiosa assistência técnica e cartográfica.

À minha mãe, Marli Menezes, por sempre acreditar no meu potencial e na superação dos desafios.

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais dos movimentos sindicais, por compartilharem as experiências da organização política, as dificuldades diárias e sonhos na luta pela terra em contextos de acampamentos.

Aos técnicos administrativos e professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGS/UFGD), em especial ao Dr. Walter Roberto Marschner, ao Dr. Márcio Mucedula Aguiar, à Dra. Marisa de Fátima Lomba de Farias e ao Dr. Marcelo da Silveira Campos, expresso meu reconhecimento e admiração.

Aos colegas da turma de mestrado, especialmente ao Augusto, Fabiano e Caroline Melo, pelos momentos e as discussões realizadas em sala sobre os projetos e perspectivas da vida acadêmica.

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) pelo financiamento desta pesquisa.

RESUMO

A organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra é resultado das contradições do desenvolvimento capitalista no campo. A aliança entre o capital e os proprietários de terras, resultante da modernização do latifúndio, intensificou a questão agrária no Brasil. Desde o final da ditadura militar (1964-1985), foram observadas diversas formas de resistência, incluindo ocupações e acampamentos, como principal meio de reivindicação social para a criação de assentamentos rurais. Neste contexto, o objetivo desta pesquisa é analisar as organizações sindicais, em particular a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (Fetagri), que atuam como mediadoras entre os acampamentos de trabalhadores rurais e o Estado, na defesa da reforma agrária na região meridional de Mato Grosso do Sul. Os resultados obtidos demonstraram que a organização sindical enfrentou desafios na luta pela terra, pois os dirigentes priorizam a negociação no âmbito do Estado, em detrimento do embate com as forças políticas dominantes do agronegócio. A principal característica identificada foi a descentralização das ocupações de terras pelos acampados. Essa postura de atuação tem gerado obstáculos na organização, pois suas ações estão principalmente limitadas a reuniões periódicas como atividade política principal nos espaços de acampamentos. As alternativas apresentadas pelos movimentos sindicais consistem em obter terras por meio de financiamentos de programas governamentais, o que implica em subordinação ao capital financeiro. Com base nessas evidências, é possível concluir que tais elementos representam novos desafios para os trabalhadores rurais em seus esforços de promover soluções abrangentes para a democratização do acesso à terra, visando superar as limitações impostas pelo consenso e pelas negociações.

Palavras-chave: Territorialização do capital; Luta pela terra; Acampamentos; Mediação sindical.

ABSTRACT

The organization of rural workers in the struggle for land is a result of the contradictions of capitalist development in the countryside. The alliance between capital and landowners, resulting from the modernization of large estates, has intensified the agrarian issue in Brazil. Since the end of the military dictatorship (1964-1985), various forms of resistance have been observed, including occupations and encampments, as the primary means of social claim for the creation of rural settlements. In this context, the objective of this research is to analyze trade union organizations, particularly the Workers Unique Central (CUT) and the Federation of Rural Workers in Agriculture (Fetagri), which act as mediators between rural workers encampments and the state in defense of agrarian reform in the southern region of Mato Grosso do Sul. The obtained results have shown that the trade union organization has faced challenges in the struggle for land, as its leaders prioritize negotiation within the State over confrontation with the dominant political forces of agribusiness. The main identified characteristic has been the decentralization of land occupations by the encamped workers. This approach has created obstacles within the organization, as its actions are primarily limited to periodic meetings as the main political activity in the encampment spaces. The alternatives presented by the trade union movements consist of obtaining land through government program financing, which implies subordination to financial capital. Based on this evidence, it is possible to conclude that these elements represent new challenges for rural workers in their efforts to promote comprehensive solutions for the democratization of land access, aiming to overcome the limitations imposed by consensus and negotiations.

Keywords: Capital territorialisation; Struggle for land; Encampments; Trade union mediation.

RESUMEN

La organización de los trabajadores rurales en la lucha por la tierra es resultado de las contradicciones del desarrollo capitalista en el campo. La alianza entre el capital y los propietarios de tierras, resultante de la modernización del latifundio, ha intensificado el problema agrario en Brasil. Desde el final de la dictadura militar (1964-1985), se han observado diversas formas de resistencia, incluyendo ocupaciones y campamentos, como principal medio de reclamo social para la creación de asentamientos rurales. En este contexto, el objetivo de esta investigación es analizar las organizaciones sindicales, en particular la Central Única de los Trabajadores (CUT) y la Federación de los Trabajadores en la Agricultura (Fetagri), que actúan como mediadoras entre los campamentos de trabajadores rurales y el Estado, en defensa de la reforma agraria en la región sur de Mato Grosso do Sul. Los resultados obtenidos han demostrado que la organización sindical ha enfrentado desafíos en la lucha por la tierra, puesto que los líderes priorizan la negociación en el ámbito del Estado en detrimento del enfrentamiento con las fuerzas políticas dominantes del agronegocio. La principal característica identificada ha sido la descentralización de las ocupaciones de tierras por parte de los acampados. Esta postura de actuación ha generado obstáculos en la organización, ya que sus acciones se limitan principalmente a reuniones periódicas como actividad política principal en los espacios de los campamentos. Las alternativas presentadas por los movimientos sindicales consisten en obtener tierras a través de financiamiento de programas gubernamentales, lo que implica una subordinación al capital financiero. Con base en estas evidencias, es posible concluir que tales elementos representan nuevos desafíos para los trabajadores rurales en sus esfuerzos por promover soluciones integrales para la democratización del acceso a la tierra, con el objetivo de superar las limitaciones impuestas por el consenso y las negociaciones.

Palabras clave: Territorialización del capital; Lucha por la tierra; Campamentos; Mediación sindical.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Área de influência da Cia Mate Laranjeira (1882-1924)	53
Mapa 2: Território Federal de Ponta Porã	55
Mapa 3: A luta pela terra em Mato Grosso do Sul (1984-2017)	67
Mapa 4: Assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul (1984-2017).....	70
Mapa 5: Ocupações realizadas pelo sindicalismo rural (2000-2017).....	77
Mapa 6: Acampamentos organizados pelo sindicalismo rural (2000-2017).....	78
Mapa 7: Localização das organizações sindicais em Mato Grosso do Sul	83
Mapa 8: Acesso ao crédito fundiário em Mato Grosso do Sul (1998-2018).....	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição territorial após divisão do estado de Mato Grosso	58
Gráfico 2: Utilização das terras em Mato Grosso do Sul (2017)	59
Gráfico 3: Utilização das terras no Brasil (2017).....	60
Gráfico 4: Redução populacional no campo de Mato Grosso do Sul.....	61
Gráfico 5: Ocupações realizadas por estados no Brasil (1984-2017).....	65
Gráfico 6: Conflitos no campo brasileiro (1985-2017)	68
Gráfico 7: Assentamentos criados por estados no Brasil (1984-2017)	69
Gráfico 8: Assentamentos criados em Mato Grosso do Sul (1984-2018).....	71

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Acampamento da Fetagri	87
Imagem 2: Acampamento da CUT	87
Imagem 3: Residência no acampamento da CUT	89
Imagem 4: Área interna do acampamento da CUT	89
Imagem 5: Espaço de reuniões da Fetagri	91
Imagem 6: Espaço de reuniões da CUT	91
Imagem 7: Reunião geral do acampamento da Fetagri	98
Imagem 8: Discussão de pauta entre a liderança e os trabalhadores rurais.....	98
Imagem 9: Trabalhador acampado da Fetagri	105
Imagem 10: Interior do barraco	105
Imagem 11: Família no acampamento da Fetagri	107
Imagem 12: Crianças residentes no acampamento da CUT.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAN - Colônias Agrícolas Nacionais

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CONSIR - Comissão Nacional de Sindicalização Rural

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra

DETR - Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais

DNTR - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais

FAAB - Frente Ampla da Agropecuária Brasileira

FAF - Federação da Agricultura Familiar

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNDECT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia

HA - Hectares

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MAF - Movimento da Agricultura Familiar

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MPL - Movimento Popular de Luta

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTB - Movimento dos Sem Terra do Brasil

PA - Projeto de Assentamento

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT- Partido dos Trabalhadores

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

SR- Superintendência Regional

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UDR - União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
RESUMEN	10
LISTA DE MAPAS	11
LISTA DE GRÁFICOS	12
LISTA DE IMAGENS	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	14
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I	30
QUESTÃO AGRÁRIA E SINDICALIZAÇÃO RURAL	30
1.1 Terra, trabalho e capital	30
1.2 Relações de classe no campo.....	38
1.3 A sindicalização dos trabalhadores rurais	43
CAPÍTULO II.....	51
A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL	51
2.1 A expansão das fronteiras agrícolas	51
2.2 A ocupação como forma de acesso à terra	62
2.3 A atuação do sindicalismo rural	72
CAPÍTULO III	82
ACAMPAMENTOS E MEDIAÇÃO SINDICAL	82
3.1 A organização dos trabalhadores	84
3.2 Os limites da mediação.....	93
3.3 Resistências na luta pela terra.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS	116
FONTES SECUNDÁRIAS	121
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO	122

INTRODUÇÃO

A questão agrária é uma problemática recorrente e basilar no pensamento social brasileiro. As diversas correntes teóricas e metodológicas de interpretação das formas de organização do campesinato e a luta pela terra perpassam por diferentes paradigmas¹ divergentes em disputa no campo científico (FELÍCIO, 2010).

Esta dissertação está vinculada ao paradigma da questão agrária em contraposição ao paradigma do capitalismo agrário. Essas duas perspectivas de abordagem científica problematizam as transformações do mundo rural e divergem em suas matrizes teóricas, metodológicas e em suas visões de mundo.

Na análise da questão agrária, o cerne do problema está centrado na luta pela terra, sendo um processo contínuo de resistência do campesinato no âmbito do desenvolvimento das relações de produção capitalista (FERNANDES, 1999); já o paradigma do capitalismo agrário, o problema está centrado na interpretação das metamorfoses dos camponeses em agricultores e conseqüentemente a sua integração ao mercado capitalista (ABRAMOVAY, 1992).

Nestas duas perspectivas, a primeira defende que os problemas desencadeados pelas contradições capitalistas fizeram emergir a luta pela terra, como forma de promover resistências dos camponeses para a reprodução social no campo; a segunda, porém, mostra que a insistência na manutenção do campesinato é o problema, pois as disputas territoriais podem ser solucionadas pelo próprio capitalismo, absorvendo-os pela profissão de agricultores.

O núcleo estrutural da conflitualidade, predominantemente na perspectiva da questão agrária, é substituído conjuntamente por questões de integração, redes, logísticas e preços, etc. A tendência interna é a formação de uma agricultura familiar integrada ao mercado financeiro.

¹ Segundo Kuhn (1991), entende-se por paradigmas os conjuntos de ilustrações recorrentes e quase padronizados de teorias, conceitos e procedimentos metodológicos que constituem regras abstratas e a ideia de um modelo exemplar completo. No âmbito de um paradigma científico vigente, é lançado um padrão de trabalho e as perspectivas heurísticas. A predominância desse modelo de interpretação é compreendida a partir da validação do conhecimento e aceito pela comunidade científica.

Em vista deste amplo debate travado no campo científico e paradigmático, a proposta não é retomar toda a problemática oriunda desta questão, mas estabelecer um diálogo com a perspectiva marxista da questão agrária e os seus desdobramentos na análise da luta pela terra, como também os elementos fundamentais que compõem a organização dos acampamentos.

A principal tese da questão agrária era de que, com o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo provocaria, inevitavelmente, a desintegração e o desaparecimento do campesinato em razão da proletarização rural. Esta tese foi parcialmente desenvolvida por Marx² no século XIX e aprimorada por Kautsky (1980) e Lênin (1985). Os autores marxistas voltaram-se para compreender o papel ocupado pela agricultura no capitalismo e o destino do campesinato em decorrência das transformações ocorridas na Europa, durante o final do século XIX e, sobretudo, no início do século XX. As experiências da modernização da agricultura em diferentes países e contextos deram suporte para a formulação deste pressuposto. Essa perspectiva teve uma grande influência nas produções acadêmicas ao longo do século XX (BOSETTI, 2012).

No caso da particularidade histórica da realidade agrária brasileira, o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo colocou, na centralidade da discussão teórica, as duas possíveis vias de interpretação deste paradigma em questão: permanência ou fim do campesinato?

No âmbito deste debate, é importante salientar que, na formação histórica da sociedade brasileira e as formas de vida social, os camponeses foram concebidos apenas como um resíduo durante este percurso, ora transportado de experiências europeias, ora atropelados historicamente pelos termos: senhor-escravo e capital-trabalho. Em cada etapa do desenvolvimento das forças produtivas, são exaltados apenas os protagonistas de suas contradições (MARTINS, 2000).

A condição camponesa no Brasil abrange uma diversidade de grupos, que incluem pequenos proprietários, posseiros de terras públicas e privadas, extrativistas, povos das florestas, ribeirinhos, pescadores artesanais, agroextrativistas, trabalhadores rurais, sem-terra, arrendatários não capitalistas, parceiros, foreiros, meeiros, quilombolas,

² Bosetti (2012) salienta que a posição dos camponeses na obra de Marx é bastante controversa e problemática. Isso porque o autor não conseguiu explorar profundamente os temas que envolvem a agricultura e o campesinato de forma sistematizada em suas produções, o que levou certamente várias interpretações e até mesmo equívocos teóricos em algumas passagens de suas obras.

povos indígenas integrados ao mercado, serranos, caboclos, colonos, agricultores familiares e assentados de reforma agrária (GODOI; MENEZES; MARIN, 2009).

No contexto das lutas sociais, o campesinato, enquanto sujeito político, busca expressar a unidade contraditória e antagônica da sua posição social de classe (MARTINS, 1981). A identidade do campesinato é plural, variando conforme as regiões, a participação em movimentos sociais, sindicatos, associações, o acesso às políticas públicas e as relações de trabalho estabelecidas no campo. No entanto, não se trata de uma concepção de diluição do campesinato e sua adesão ao mercado capitalista, mas sim de uma classe que está constantemente em movimento de resistência e recriação do seu modo de vida.

Desde a década de 1980, esta problemática vigorou de forma hegemônica e influenciou as principais correntes e discussões teóricas, ainda com grande efervescência nas décadas posteriores. A perspectiva da questão agrária adotada nesta pesquisa, não só fundamenta a permanência do campesinato, como também se volta para compreensão dialética da dinâmica de classes presentes no campo, centrado especialmente na luta pela terra e as organizações de acampamentos.

Os estudos sobre os espaços de acampamentos ainda são incipientes no campo das ciências humanas. As pesquisas que privilegiam os acampamentos como objetos de estudos são recentes, ainda mais quando se trata de analisar a realidade social, a partir das experiências e o ponto de vista de homens e mulheres de carne e osso, que operacionalizam na vida diária a luta pela terra (LOERA, 2015).

Os trabalhos realizados se voltaram para a compreensão das diferentes manifestações sociais e simbólicas da vida cotidiana, além de traduzir as experiências socioculturais, as práticas políticas e os significados intersubjetivos atribuídos pelos sujeitos ao espaço vivenciado (SIGAUD, 2000).

As investigações desse fenômeno social foram importantes para identificar as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores sem-terra, as estruturas de poder e as hierarquias subjacentes. Além disso, constatou-se a dinâmica interativa e o aprendizado adquirido entre os sujeitos que participam dos acampamentos na luta pela reforma agrária (TURATTI, 2005). Esses elementos fazem parte da realidade vivenciada pelos trabalhadores acampados que decidiram reivindicar seu direito à terra.

Em vista disso, poucas pesquisas fizeram a relação dos acampamentos com o eixo teórico da questão agrária. Esta vertente paradigmática visa captar as dinâmicas do capital no campo, que caracteriza a premissa substancial para a interpretação do processo

que resultou historicamente na expropriação e a exploração do campesinato brasileiro. A questão agrária deve ser apreendida como um problema estrutural, político e, especialmente, de classes.

O pressuposto teórico desta pesquisa defende que houve dois momentos cruciais que caracterizam historicamente os processos de espacialização da luta pela terra, sendo elementos essenciais para compreender a questão agrária. O primeiro momento refere-se à separação dos trabalhadores de suas condições objetivas de subsistência e dos meios necessários para produzir seus próprios meios de sobrevivência. O segundo momento diz respeito à aliança entre o capital e os proprietários de terras, o que resultou na modernização e no predomínio do latifúndio como estrutura agrária dominante no meio rural.

Esta dissertação tem como foco de análise a organização dos trabalhadores na luta pela terra a partir de acampamentos mediados pelo sindicalismo rural. Para a realização da pesquisa empírica, foi selecionado um recorte que examina a organização de dois acampamentos formados simultaneamente no início de 2007, localizados na região meridional do estado de Mato Grosso do Sul.

Neste estudo, serão analisados dois acampamentos: o Nova Esperança, localizado às margens da rodovia federal BR-463, próximo à divisa internacional entre o Brasil e o Paraguai, no município de Ponta Porã, e o Carimbó, situado às margens da rodovia estadual MS-295, na faixa de fronteira com o Paraguai, próximo ao município de Tacuru. Esses acampamentos foram organizados, respectivamente, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pela Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (Fetagri).

A luta pela reforma agrária é um tema “polêmico” que gera diversas opiniões, críticas e análises sobre sua legitimidade histórica. Embora seja amplamente conhecida e discutida no âmbito nacional, a questão permanece complexa e muitas vezes mal compreendida em sua essência por diferentes setores da sociedade. De um lado, movimentos sociais, associações e sindicatos de trabalhadores rurais persistem em denunciar o problema, realizando ocupações e organizando acampamentos como forma de reivindicar o direito à terra. Por outro lado, são duramente criticados por sindicatos patronais, proprietários de terras, capitalistas, bancadas políticas e veículos de comunicação de grande alcance e influência nacional, que trabalham para deslegitimar tais ações no contexto das lutas sociais.

Ao percorrer as rodovias brasileiras, é notável a presença de um conjunto de barracos montados e alinhados às margens das estradas. A maioria deles com suas bandeiras hasteadas, representadas pelos mediadores que as coordenam. Essa condição social já se tornou um fenômeno quase imperceptível para grande parcela da sociedade. O excesso de visibilidade do problema não resolvido, denunciado durante décadas, acarretou possivelmente a sua invisibilidade.

O estudo deste fenômeno social é visto como uma fase periférica, em comparação com a realidade dos assentamentos rurais. Destacam-se dois motivos centrais para que isso ocorra: o primeiro refere-se às ocupações realizadas que encontram, durante esta ação, uma condição adversa, sobretudo, através dos embates travados no âmbito do poder público, gerando um conjunto de liminares e reintegração de posse, despejo e conflitos que caracterizam tensão e violência; o segundo refere-se à omissão por parte do Estado diante da desapropriação dos latifúndios para destiná-los à reforma agrária. Isso resulta em um longo período de impasses na conquista da terra, além da permanência prolongada dos acampamentos montados às margens das rodovias.

Os acampamentos têm sido associados às práticas de luta e resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A produção científica tem concentrado grande parte dos estudos acadêmicos nas experiências deste movimento. Em vista disso, são escassas as pesquisas que têm como enfoque os acampamentos organizados pelo sindicalismo rural.

A escolha dos movimentos sindicais como foco desta análise baseou-se na intenção de destacar as peculiaridades que os diferenciam dos movimentos sociais em termos de sua essência, especialmente ao abordar as características de organização e as formas de atuação na luta pela terra.

No estado de Mato Grosso do Sul, ao examinar os dados da reforma agrária, foi constatada a ausência de novos assentamentos rurais desde 2010. A questão da reforma agrária já vinha enfrentando desafios no âmbito nacional há algum tempo. Durante o período de ausência de assentamentos, observou-se também uma diminuição da pressão social e das ocupações de terras por parte das organizações sindicais. Esse fenômeno ocorreu gradualmente devido ao alinhamento ideológico dessas organizações com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que estavam no poder. Os dados preliminares foram utilizados como base para formular o problema de pesquisa em relação aos acampamentos organizados nesse contexto político.

A compreensão da organização da luta pela terra não se fundamenta apenas nos resultados numéricos das ocupações e assentamentos rurais criados nos últimos anos. Essa discussão possui uma historicidade intrinsecamente vinculada ao desdobramento do eixo paradigmático da questão agrária. Ao se concentrar exclusivamente nos avanços e declínios das ações do Estado na criação de assentamentos rurais, corre-se o risco de distorcer a verdadeira essência do problema.

Os assentamentos rurais caracterizam as principais conquistas oriundas das ocupações de terras. Estes espaços configuram aspectos de múltiplas territorialidades, resultando na desapropriação de latifúndios, que são divididos, loteados e redistribuídos aos trabalhadores sem-terra. Essas áreas beneficiam as famílias que vivem em acampamentos por meio de programas governamentais da política de reforma agrária.

O processo de intervenção estatal no reordenamento agrário desencadeia elementos fundamentais acerca da própria interpretação e historicidade do problema. A questão agrária não pode ser confundida com as propostas e metas de novos assentamentos rurais designadas no cenário político, bem como supor que foi criada pela conjuntura recente, pois ela não está vinculada ao tempo de governo e tampouco possui um caráter monolítico e invariante. Essa questão tem sua própria temporalidade em decorrência das contradições das relações sociais do campo, com diferentes desdobramentos nas dinâmicas econômicas e políticas sustentada no modelo de desenvolvimento capitalista (MARTINS, 2004).

Diante desse contexto, emergiram questionamentos que guiaram a elaboração deste estudo, a saber: Quais são as principais contradições geradas pelo desenvolvimento capitalista no campo e como elas influenciam a organização do campesinato na luta pela terra? De que forma a aliança entre o capital e os proprietários de terras, facilitada pela modernização do latifúndio, intensifica a questão agrária no Brasil? Como as ocupações e acampamentos se tornaram os principais instrumentos de reivindicação social na busca pela criação de assentamentos rurais? Quais são as funções e o papel das organizações sindicais como mediadoras entre os acampamentos de trabalhadores rurais e o Estado, especificamente na região meridional de Mato Grosso do Sul, na luta pela reforma agrária? Quais são os impasses enfrentados pelas organizações sindicais no contexto da luta pela terra, e como isso se relaciona com a priorização da negociação com o Estado em detrimento do confronto com as forças políticas dominantes?

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizado o método dialético como aporte. A partir dessa perspectiva, é possível analisar as transformações estruturais e as

contradições presentes no contexto histórico, social, político e econômico, bem como apreender as dimensões da singularidade e da universalidade do objeto em suas determinações materiais.

Essa abordagem histórica tem uma tendência de captar tanto os fenômenos estruturais nos processos macrossociais, ou seja, de grande escala, quanto a singularidade resultante das transformações ocorridas. Isso significa que ela busca compreender as estruturas sociais mais amplas, mas também leva em consideração as particularidades e nuances das mudanças que ocorrem ao longo do tempo. O princípio da dialética é essencialmente caracterizado pela investigação das contradições mediadas pelos conflitos sociais evidenciados ao longo do processo histórico (DEMO, 1985).

A opção de escolha por este método de abordagem busca verificar as transformações ocorridas na realidade histórico-social. O enfoque desta pesquisa não consiste em investigar apenas o novo em detrimento da fase anterior, mas sim as contradições que emergem das relações e conflitos sociais decorrentes das dinâmicas de classes entre o novo e as velhas estruturas.

No âmbito da luta pela terra, essa perspectiva permite captar a dinâmica das relações sociais, afastando-se de uma compreensão estática da realidade concreta. Nesse sentido, o presente estudo busca centrar-se no dinamismo e nos conteúdos presentes, principalmente nas sínteses históricas, levando em consideração as mudanças e permanências nas relações sociais. Dessa forma, o movimento dialético convida a observar as determinações reais do objeto de pesquisa, evitando uma transposição mecanicista de outras realidades históricas.

Após apresentar o eixo paradigmático da questão agrária e o método de abordagem dialética ao qual este estudo está vinculado, segue-se uma breve exposição das principais técnicas de pesquisa adotadas para a coleta de dados. Essas técnicas foram essenciais no desenvolvimento da dissertação.

A observação direta desempenhou um papel fundamental como ferramenta metodológica, permitindo a compreensão do objeto de estudo e a interação do pesquisador com os interlocutores durante a pesquisa de campo. As entrevistas e a observação foram essenciais para acessar o mundo social dos trabalhadores rurais acampados, proporcionando uma compreensão mais abrangente das complexidades que compõem a investigação do problema de pesquisa.

Essa técnica de pesquisa é amplamente utilizada no campo da Antropologia e, quando combinada com outras técnicas, demonstra ser um recurso metodológico

fundamental para a Sociologia. A utilização dessa técnica demanda um investimento significativo de tempo e disponibilidade para aprofundar as questões observadas. No entanto, devido ao limite de tempo disponível para esta pesquisa em particular, optou-se por combinar diferentes instrumentos metodológicos. Essa combinação foi realizada visando atender prioritariamente os objetivos propostos no plano de trabalho.

A análise e exposição dos resultados relacionados às fontes primárias adotaram uma abordagem qualitativa, que busca compreender os significados, interpretações e contextos sociais presentes nos dados coletados. Por sua vez, a análise dos dados das fontes secundárias foi baseada na sistematização da estatística descritiva, utilizando métodos quantitativos para apresentar informações numéricas e padrões observáveis.

É importante ressaltar que a relação entre abordagens qualitativas e quantitativas supera a ideia de uma dicotomia, reconhecendo que ambas são instrumentos metodológicos válidos. Ambos os modelos de análise sociológica desempenham um papel fundamental na construção de um estudo científico, contribuindo para a produção do conhecimento e a compreensão do mundo social. Não se pode atribuir superioridade a uma abordagem em relação à outra, pois seu uso conjunto enriquece a pesquisa e permite uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado.

A avaliação qualitativa adotada nesta pesquisa exigiu uma análise minuciosa para descrever os fenômenos observados e as entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo. Por sua vez, a estatística descritiva permitiu organizar as informações de dados numéricos, além de situá-las no contexto espacial e temporal. A combinação dessas técnicas possibilitou uma interpretação da realidade social, evidenciando aspectos importantes que os números por si só não revelam.

No que diz respeito à abordagem estatística, é essencial que o pesquisador seja capaz de interpretar os dados, uma vez que os dados secundários foram coletados por outras agências de pesquisa e autarquias governamentais. Nesse contexto, é importante reconhecer que essas instituições muitas vezes atendem interesses específicos do Estado, o que pode influenciar o processo de coleta e processamento dos dados, especialmente quando se trata de adaptar os números às ações realizadas pelos governos.

As fontes utilizadas nesta pesquisa são de natureza primária e secundária. As fontes primárias consistem em dados coletados diretamente no campo, por meio da interação direta entre o pesquisador e os interlocutores. Essas fontes incluem entrevistas, observação direta e registros documentais obtidos durante o trabalho de campo. Já as fontes secundárias são compostas por dados que já foram processados e coletados de

forma primária, sendo disponibilizados em arquivos públicos, relatórios anuais e bancos de dados de instituições e autarquias governamentais.

Os dados foram obtidas nas seguintes plataformas: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com destaque para os censos demográficos e agropecuários; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e a Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul (SR-16/MS), em relação aos dados dos assentamentos rurais; a Comissão Pastoral da Terra (CPT), especificamente os cadernos de conflitos; a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), em relação ao painel de políticas de acesso ao crédito fundiário, e o Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA) sobre as ocupações de terras.

Os censos agropecuários do IBGE foram empregados para analisar a utilização e distribuição das terras no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul, enquanto os censos demográficos foram usados para destacar a redução populacional do espaço rural do estado, resultante da modernização conservadora da agropecuária.

Para a constatação da espacialização da luta pela terra, foram utilizados os relatórios do DATALUTA, abrangendo ocupações ocorridas em diversos estados do Brasil. No caso específico de Mato Grosso do Sul, foram consultados também os relatórios anuais dos cadernos de conflitos da CPT, contando com a participação dos movimentos sindicais, para o mapeamento das ocupações e acampamentos. Essas fontes desempenharam um papel fundamental na compreensão da distribuição geográfica e da intensidade das ocupações de terras no estado.

Os dados do panorama histórico de assentamentos rurais conquistados pelos trabalhadores rurais sem-terra foram obtidos por meio da plataforma do Incra e da Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. Já a plataforma do SEAD foi fundamental para a identificação das regiões do estado que tiveram acesso ao crédito para a aquisição de imóveis rurais por meio de financiamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

As fontes secundárias, após serem coletadas, foram armazenadas e organizadas em planilhas no acervo particular do pesquisador. O processamento dos dados foi sistematizado em *software*, levando em consideração a classificação temática e a temporalidade histórica. Os resultados obtidos foram apresentados por meio de mapas cartográficos e gráficos.

Os dados estatísticos foram submetidos a um tratamento minucioso, permitindo a identificação dos primeiros registros da luta pela terra por meio das ocupações e acampamentos, bem como dos desafios enfrentados pelos trabalhadores ao longo do processo histórico. A partir da sistematização desses dados, foi possível atingir um grau de generalização fundamental em uma pesquisa científica.

Destaca-se que um dos desafios superado nessa pesquisa foi a conquista da confiança das famílias acampadas para a participação no processo de construção das fontes. A relação do pesquisador com o âmbito empírico requer sempre um contato prévio e autorização pelos interlocutores. No caso dos acampamentos, apenas o contato preliminar não significa a efetivação e a garantia da realização da pesquisa, por se tratar justamente de um contexto de disputas e conflitos sociais, bem como também haver a possibilidade da desconfiança por parte dos integrantes. Por isso, além de expressar sempre uma incerteza nos trabalhos acadêmicos, a realização dessa etapa demanda uma série de critérios estabelecidos para sua efetivação.

Os diálogos com as famílias acampadas ocorreram desde o início da pesquisa. Além das reuniões no final do mês, ocorreu também a participação das rotinas diárias dos acampamentos. A presença do pesquisador nesses espaços foi percebida pelos acampados como uma autoridade capaz de negociar com representantes do Estado a desapropriação de imóveis rurais. Essa relação estabelecida permitiu que os trabalhadores se sentissem mais motivados a participar do estudo, pois acreditavam que poderiam contribuir para trazer visibilidade e fortalecer suas demandas coletivas na luta pela terra.

Nas primeiras etapas da pesquisa de campo, foram realizados esforços para esclarecer os objetivos da pesquisa e definir o que poderia ser alcançado pelo pesquisador. Durante as visitas realizadas, foi solicitado o consentimento dos trabalhadores acampados para participarem da pesquisa, incluindo a concessão de entrevistas, a participação em reuniões e o registro fotográfico dos espaços individuais e coletivos nos barracos. A colaboração e a confiança dos trabalhadores acampados e das lideranças dos acampamentos foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

O uso de fotografias foi empregado com o propósito de contribuir para a construção de fontes primárias e para oferecer uma representação detalhada da realidade social vivenciada pelos trabalhadores nos acampamentos. A fotografia, nesse contexto, é um instrumento capaz de transcender as fronteiras do visível e do invisível nos desencontros e conflitos sociais, permitindo destacar aspectos singulares das desigualdades vividas pelos sujeitos (MARTINS, 2008).

O registro fotográfico desempenhou um papel fundamental como técnica de pesquisa, permitindo a constatação empírica das condições sociais e econômicas enfrentadas pelos trabalhadores rurais no contexto da luta pela terra. Essa ferramenta possibilitou a documentação científica dos aspectos observados, contribuindo para a produção de evidências visuais que possibilitam uma melhor compreensão da realidade investigada.

As entrevistas desempenharam um papel crucial nesta pesquisa, sendo conduzidas por meio de um roteiro semiestruturado. Essa abordagem é amplamente utilizada, permitindo que o pesquisador introduza o tema da pesquisa e dê espaço para que os participantes forneçam informações relevantes por meio de diálogos. Essa flexibilidade na coleta de dados é uma estratégia importante, pois possibilita o aprofundamento em questões específicas e a retomada do tema central em caso de desvios nas narrativas.

É importante destacar que foi estabelecido um tempo para a coleta de dados, considerando que as entrevistas podem atingir um ponto de saturação, no qual as narrativas dos participantes se repetem devido às experiências compartilhadas nos acampamentos. Essa repetição de relatos contribui para a formação de acúmulos de informações e ajuda a compreender as vivências e perspectivas dos sujeitos no contexto atual dos acampamentos.

Os critérios de seleção dos entrevistados basearam-se nas lideranças dos acampamentos, nos trabalhadores com mais tempo de residência e naqueles que participam regularmente das reuniões mediadas pelos sindicatos. Conforme mencionado anteriormente, os trabalhadores concederam permissão e consentimento para a realização das entrevistas e registro fotográfico. No entanto, a fim de preservar a identidade dos participantes, optou-se por não divulgar seus nomes, enfatizando apenas sua vinculação ao movimento sindical.

O objetivo principal era coletar o máximo de informações possível. Durante os diálogos, muitas vezes informais, procurou-se interferir o mínimo possível, priorizando a obtenção aprofundada de questões relacionadas à espacialização da luta pela terra, às dificuldades enfrentadas, aos limites da mediação sindical e às diversas formas de resistência constituídas nesses espaços.

Os diálogos foram produzidos com o uso de um gravador durante as visitas às residências particulares (barracos) e também nas rodas de conversas. Em alguns momentos, foi preciso desligar o aparelho gravador para não comprometer algumas

informações ali narradas. As entrevistas seguem o critério ético, respeitando as condições previstas no termo de consentimento, tornando público, para finalidade científica, apenas os dados e as informações que foram integralmente concedidos pelos interlocutores.

As entrevistas não foram construídas de forma coerente e linear, pois as narrativas dos sujeitos são um conjunto de fragmentos, muitas vezes, desconexos, ambíguos e incoerentes. Portanto, coube ao pesquisador o papel de compreender os relatos orais, a fim de organizar, classificar e traduzir os aspectos importantes que pudessem contribuir para o objetivo do estudo.

Posterior ao processo de coleta, as entrevistas foram transcritas integralmente, em seguida, classificadas conforme o eixo temático, sistematizadas e analisadas, respeitando a originalidade das informações obtidas, transformadas em fonte oral para a análise e descrição dos elementos.

As fontes orais trazem em evidência, sem dúvida, a construção de novos documentos para interpretação do objeto de pesquisa, ainda mais quando se propõe estudar a organização dos acampamentos através das experiências e ações dos sujeitos que transformam a realidade social e que estão às margens do processo totalizante da produção do conhecimento científico. Por isso, trabalhar com fontes orais, no âmbito sociológico, é priorizar a perspectiva dos sujeitos desprivilegiados da história.

Para uma exposição mais clara dos procedimentos teórico-metodológicos presentes nesta dissertação, a seguir, será feito um breve resumo dos três capítulos construídos, destacando as questões centrais abordadas em cada tópico desenvolvido.

No primeiro capítulo, analisa-se a questão agrária sob a perspectiva dialética, abordando os processos de desenvolvimento das relações capitalistas no campo, com foco nas contradições geradas entre o capital, a propriedade fundiária e a dinâmica da luta de classes. Por último, são evidenciadas as principais implicações da sindicalização dos trabalhadores rurais.

No segundo capítulo, busca-se compreender a formação territorial a partir da apropriação capitalista e os impactos da modernização conservadora no estado de Mato Grosso do Sul. Realizou-se também uma contextualização histórica da formação da luta pela terra na abertura política da Nova República, bem como um mapeamento da atuação sindical no estado, com foco nas ocupações e acampamentos organizados.

No terceiro capítulo, problematizam-se os elementos fundamentais da organização e espacialização dos acampamentos de trabalhadores rurais. São

apresentados também os principais limites da mediação sindical e os dilemas vivenciados na luta pela terra na região meridional de Mato Grosso do Sul.

Em suma, será demonstrado no decorrer dos capítulos desenvolvidos que esses elementos, apreendidos de forma articulada, compõem o conjunto das contradições da territorialização do capital no campo, colocando em evidência o problema central da questão agrária e as implicações da espacialização da luta pela terra em contextos de acampamentos.

CAPÍTULO I

QUESTÃO AGRÁRIA E SINDICALIZAÇÃO RURAL

No presente capítulo, aborda-se, a partir de uma perspectiva dialética, os processos sociais da reprodução do capitalismo no campo e suas contradições. Ao término, é realizada uma avaliação histórica das implicações da sindicalização dos trabalhadores rurais e dos dilemas subjacentes à luta pela reforma agrária.

A aliança estabelecida entre o latifúndio e o capital firmou as bases do poder e da dominação no contexto rural brasileiro. As transformações nas relações capitalistas ocorridas no final do século XIX e ao longo do século XX desencadearam uma série de mudanças sociais, políticas e econômicas, que exigiram uma reavaliação das perspectivas teóricas que buscam analisar as implicações da questão agrária.

À medida que o capital se territorializa no campo, ocorre simultaneamente a desterritorialização dos trabalhadores. Essa dinâmica dialética descarta a ideia de que o latifúndio seja um modelo de produção pré-capitalista ou um regime feudal. Os novos arranjos sociais e os incentivos das relações de compra e venda da força de trabalho resultaram em regimes de exploração na propriedade privada, o que gerou novos conflitos decorrentes dessas relações de trabalho.

Nesse contexto, o surgimento dos sindicatos desempenha um papel importante na organização e na representação política dos trabalhadores. Eles surgem motivados tanto pela necessidade dos próprios trabalhadores quanto pela intervenção do Estado, cumprindo assim uma função burocrática na regulação das relações entre capital e trabalho no campo.

1.1 TERRA, TRABALHO E CAPITAL

Neste tópico, será abordada a construção das raízes da propriedade fundiária e a inserção do modo de produção capitalista. Segundo Marx, a terra é um recurso natural, finito e encontrado na natureza. Ela não pode ser criada e nem reproduzida socialmente pelo trabalho humano. Ela serve essencialmente para a produção e reprodução social da vida e da subsistência da humanidade no contexto global.

A terra (que, do ponto de vista econômico, também inclui a água), que é para o homem uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes (MARX, 2013, p.256).

De modo distinto, o capital é fruto de uma relação materializada socialmente no trabalho humano. O trabalho é uma categoria ontológica, ou seja, uma atividade sensível, primária e fundante do ser social, que media, regula e transforma o metabolismo com a natureza para a produção e reprodução das necessidades básicas que surgem nas interações. Esta atividade altera profundamente as relações sociais com a natureza externa, modificando também o seu próprio meio.

No processo de produção do capital, a atividade do trabalho, que de antemão serviu secularmente através do processo histórico e em tempos imemoriais como potência de ação sobre a matéria natural para a sobrevivência dos seres humanos, é espoliada do trabalhador e passa a ser apropriada de maneira privada no regime de produção capitalista moderno. A relação entre a expropriação da força de trabalho e a geração de mais-valia é uma premissa central da teoria marxiana.

Nas relações capitalistas, o capital se apropria do trabalho excedente dos trabalhadores, gerado por meio da exploração da força de trabalho nos processos de produção. Essa exploração ocorre quando o valor criado pelos trabalhadores excede o valor remunerado a eles na forma de salários. A mais-valia resultante é então apropriada pelo capitalista como lucro, impulsionando a acumulação e a reprodução do capital. Dessa forma, o capital depende essencialmente do trabalho humano para a criação de valor econômico.

A relação entre a terra e o capital se dá pela mediação do trabalho. Existe outra diferença fundamental, que se baseia no processo de produção e acumulação. Por exemplo, quando alguém desenvolve alguma atividade de trabalho na terra, não é para produzir mais terra, mas sim os frutos que ela proporciona. Em relação ao capital, o processo do trabalho realizado tem como finalidade produzir mais capital e, conseqüentemente, a sua acumulação.

Nessa perspectiva, a terra seria uma mercadoria ou um equivalente, mas não é necessariamente capital. “A própria terra é um meio de trabalho, mas pressupõe, para

servir como tal na agricultura, toda uma série de outros meios de trabalho e um grau relativamente alto de desenvolvimento da força de trabalho” (MARX, 2013, p.257).

No caso brasileiro, desde meados do século XIX, a terra passou a ter a atribuição de valor para a compra e venda. Este fato pode ser constatado a partir da promulgação Imperial da Lei de Terras de 1850, sendo o marco inicial do período, na qual passou a ser comprada, negociada e vendida como mercadoria (MARTINS, 1975).

Antes disso, a distribuição desigual das terras teve seu início no século XVI, durante o período colonial, a partir do instituto jurídico português para a concessão de terras destinadas à produção agrícola. Este sistema ficou conhecido como capitânicas hereditárias, sendo a primeira forma de distribuição de terras pela Coroa, que já vigorava em Portugal desde o século XIV, mas com adaptações à colônia. A distribuição era destinada aos membros da nobreza portuguesa, aos prestadores de serviços e àqueles que realizavam trocas de favores. Esse formato previa o direito de herança das terras (STEDILE, 1998).

A Lei de Terras, que antecede a abolição da escravatura (1888), tinha como principal propósito, tendo em vista a futura emancipação dos trabalhadores cativos, regularizar a posse da terra e estabelecer critérios para sua aquisição, pois “supunha-se que a ampla faixa de terras livres ou devolutas do país poderia ser ocupada por escravos emancipados, promovendo uma evasão de força de trabalho se o Estado não restringisse a abundância de terras” (MARTINS, 1975, p.52-53).

A referida Lei, do ponto de vista social, concretizou a expropriação legal do direito de propriedade dos trabalhadores. A legislação vigente do período propiciou que as terras devolutas retornassem ao domínio do Estado, entretanto, só poderiam ser adquiridas através de sua compra. Este dispositivo estatal demarcou a reorganização social, política e econômica sobre o uso e a posse da terra.

A partir deste período histórico, somente os grandes grupos econômicos e as oligarquias regionais possuíam condições para investir e negociar por elas. Este instrumento jurídico garantiu o monopólio e colocou o peso do Estado em favor do grande fazendeiro, fato este que dificultou evidentemente o possível acesso à terra por parte dos camponeses (MARTINS, 1975).

Nesse contexto histórico, é evidente que a terra permaneceu predominantemente nas mãos das classes dominantes, incluindo latifundiários e investidores nacionais e estrangeiros, que adquiriram o direito de explorá-la mediante pagamento. Um acontecimento significativo ocorrido nesse período foi o estabelecimento de um

“mercado de terras” destinado a atrair colonos europeus para trabalhar de forma assalariada. Essa condição favoreceu a consolidação da propriedade privada por meio da institucionalização dos latifúndios (MARTINS, 1994).

A formação da estrutura agrária do Brasil, tendo em vista o processo durante e posterior à colonização europeia, teve, em sua base, o latifúndio, a monocultura e o regime de trabalho escravo. Este tripé sustentou sistematicamente a expropriação, a violência e o esbulho do território tradicional das populações indígenas em diferentes regiões da sociedade nacional.

A inserção do modo de produção capitalista no campo não ocorreu de forma linear, tampouco na instauração das relações típicas salariais de compra e venda da força de trabalho, a exemplo do capitalismo desenvolvido nos países centrais, mas na instauração da propriedade privada, marcada pela relação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade. Martins explica que:

Enquanto para o modelo europeu no centro do desenvolvimento capitalista está o capital, no modelo brasileiro, profundamente marcado pela tradição da dependência colonial, a terra é essencial para o desenvolvimento capitalista porque propicia uma acumulação de capital com base no tributo e na especulação, isto é, com base na renda da terra. Portanto, nessas circunstâncias, o desenvolvimento se nutre de formas sociais e modalidades de relações sociais que lembram com facilidade o feudalismo, embora não o sejam (MARTINS, 1994, p.129).

Apesar das distintas etapas históricas do desenvolvimento das forças produtivas em diferentes países, a aurora do capitalismo está alicerçada na acumulação “primitiva” (*previous accumulation*), que promoveu a separação radical entre os camponeses e os meios de produzir a própria subsistência. A acumulação “primitiva” que marcou a gênese do capitalismo na Europa, especialmente no caso clássico inglês, refere-se a uma prévia da acumulação capitalista, que embora não seja resultado da mesma, tem o seu ponto de partida. Conforme Marx (2013), esse modelo histórico de acumulação não se baseia na racionalização e na divisão do trabalho social, mas sim em processos de expropriação territorial, saques, exploração das colônias, monopólios mercantis, especulação e tráfico de escravos. Esses elementos contribuíram para o enriquecimento e a ascensão da burguesia mundial.

Para consolidar o modelo econômico capitalista, é indispensável estabelecer o trabalho livre e, especialmente, a expropriação territorial. Essa forma de organização do trabalho não apenas mantém a separação entre os camponeses e os meios de produção,

mas também amplia cada vez mais a distância entre eles na capacidade de produzir seus próprios meios de subsistência. De acordo com Marx:

A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas (MARX, 2013, p.787-788).

O Brasil apresenta uma singularidade em relação às experiências históricas dos países europeus. Enquanto a Europa passou por uma crise do feudalismo e testemunhou a ascensão da sociedade burguesa, com etapas de transição para o capitalismo, a América Latina, incluindo o Brasil, não seguiu um formato burguês típico de transição. Além disso, não havia um sistema de relações feudais no campo como modo de produção anterior ao estabelecimento do modelo econômico capitalista. Essas características tornam a experiência do Brasil singular e distinta em relação à formação socioeconômica europeia. Conforme pondera Fernandes:

Na verdade, assim como não tivemos um “feudalismo”, também não tivemos o “burgo” característico do mundo medieval. Apesar da existência e da longa duração forçada das corporações de ofícios, não conhecemos o “burguês” da fase em que não se diferenciava o mestre do artesão senão nas relações entre si – o “burguês” como típico morador do “burgo” (FERNANDES, 2006, p.34).

Deste modo, constata-se que houve um processo tardio das transformações das forças produtivas no contexto nacional, não seguindo as mesmas tendências de transição no continente europeu. O Brasil é marcado profundamente pela exploração de suas riquezas naturais e, posteriormente, teve sua inserção periférica no sistema econômico internacional, passando a ser dependente dos países centrais. A matriz originária das relações de produção no campo “é um capitalismo baseado na propriedade da terra, no latifúndio, na desigualdade dos estamentos, na hierarquia do mando e do medo” (MARTINS, 1993, p.25).

As características deste sistema econômico desenvolvido não estão baseadas propriamente nas mediações da abstração do capital e do cálculo racional. Apesar do núcleo ser um modelo predatório das forças produtivas, ele é dependente, sustentado na expropriação e exploração do trabalho, o que pode reativar as formas arcaicas de produção abolidas do antigo regime para fins de acumulação capitalista.

As relações não capitalistas persistiram mesmo com a introdução do modo de produção capitalista no período pós-abolição da escravatura. Essas relações ainda são recorrentes em empreendimentos agrícolas e industriais considerados “modernos”. Por mais contraditório que possa ser, há uma tendência histórica no processo de reprodução do capital em reativar relações não capitalistas, especialmente o trabalho escravo, afastando de uma possível contradição do próprio sistema de produção, cumprindo, assim, uma função primordial no processo de acumulação (MARTINS, 1993).

O trabalho escravo só foi abolido porque se tornou economicamente inviável, devido ao avanço progressivo da industrialização e das novas formas de trabalho. No final do século XIX, o Brasil enfrentou instabilidade em meio ao rápido processo de expansão global do sistema capitalista. O antigo regime, fundamentado na tríade do latifúndio, escravidão e agroexportação, que se baseava na exploração total da força de trabalho, entrou em decadência devido à proibição do tráfico negreiro, ao aumento do preço dos escravos e às pressões externas. Esse regime não se sustentou e deu lugar ao surgimento do “trabalho livre” (MARTINS, 1993).

Essa dinâmica histórica apresenta, sucintamente, como se estruturou a propriedade privada e as relações de trabalho livre. Este é o ponto de partida que caracterizou a condição de sujeição do campesinato aos proprietários fundiários e aos capitalistas detentores dos meios de produção.

A transformação em trabalhadores assalariados só ocorre quando os mesmos deixam de possuir os meios necessários para sua reprodução social. Portanto, se tornam vendedores de sua força de trabalho após terem sido expropriados. Nesse sentido, “o próprio capital, ademais liberado pela abolição da escravatura, instituiu relações de produção baseadas no tributo, disfarçado, porém como numa relação capitalista, pela suposta equivalência da compra e venda” (MARTINS, 1993, p.168).

O trabalho escravo fora, na verdade, substituído pelo regime de colonato, que combinava várias relações arcaicas de trabalho, como a prestação gratuita de serviços, a renda em trabalho e a produção direta dos meios de vida (MARTINS, 2013, p.37).

A disseminação dessas relações de trabalho se acentuou nas grandes fazendas de café no Sudeste³; nos engenhos de cana-de-açúcar no Nordeste; nas coletas de castanhas

³ O caso mais emblemático do regime de colonato foi das fazendas de café no estado de São Paulo, nas quais o pagamento pelo trabalho realizado do colono tinha uma aparência de salário, quando, na verdade, era pago café em espécie como forma de remuneração.

e extração da borracha no Norte; e no extrativismo da erva-mate⁴ no Centro-Oeste brasileiro. Com isso, “o excedente econômico, em todos os casos, passou a ser extraído como um tributo pela concessão, ao trabalhador, do direito de produzir, diretamente nas terras do fazendeiro, os seus meios de vida” (MARTINS, 1993, p.169).

A expansão do mercado mundial ocorreu com o desenvolvimento industrial na Europa entre os séculos XVIII e XIX, impulsionando a circulação de mercadorias provenientes da produção capitalista. Nos países centrais, a mercadoria representa valor de troca e é caracterizada pela igualdade do direito de compra e venda, bem como pelas relações contratuais de trabalho. Porém, nos países de origem colonial, a mercadoria é em parte composta por tributos que sobreviveram, disfarçando seu verdadeiro valor. A partir dessa base, o capital produziu, em diferentes contextos e sociedades, uma lógica própria de acumulação, operando a partir de diversas estruturas (MARTINS, 1993).

Esses são os principais elementos que deram origem à expropriação territorial, resultando na formação de um campesinato desvinculado da terra. Desde suas origens, os camponeses foram privados da posse da terra. Essa é a razão subjacente que diferencia o camponês ligado à propriedade privada de outros contextos históricos.

No Brasil, os camponeses, enquanto categoria de classe, permaneceram à margem da sociedade por um longo período. Assim, eles possuem apenas a propriedade de sua força de trabalho, sendo necessário vendê-la ao proprietário detentor dos meios de produção. Essa é uma relação social mediada pela concepção jurídica igualitária de liberdade de compra e venda da força de trabalho.

As formas de obtenção de terras e a compra da força de trabalho regulam a exploração do processo produtivo e a extração de renda que ela proporciona. Essa relação viabiliza a apropriação da riqueza produzida socialmente. O capital só existe, nesse caso, porque é fruto e resultado direto do trabalho não pago.

O capital, monopolizando os meios de produção, impede que o trabalhador trabalhe por sua conta; só lhe resta trabalhar para o capital. Assim, através da separação radical entre o trabalhador e os meios de produção de que ele necessita para trabalhar, o capital cria as condições para se apropriar do seu trabalho, para fazer com que o trabalho apareça como parte do capital quando é comprado pelo capitalista (MARTINS, 1981, p.160).

⁴ Destaca-se a região sul do antigo estado de Mato Grosso, onde as relações de trabalho para a exploração da erva-mate eram baseadas no trabalho compulsório e na escravidão por dívida.

O movimento combinado do capital resulta no pagamento de salário pela força de trabalho realizada como uma parte expropriada do trabalho acumulado, que será direcionada aos trabalhadores, para continuarem ampliando ainda mais o capital do dono dos meios de produção. Portanto, “assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital, apareça dominada por este último” (MARTINS, 1981, p.160).

O sistema do capital se reinventa para fins de acumulação, produção de mercadorias e a exploração para a obtenção de maiores lucros. A tendência geral é transformar e subordinar todos os setores e ramos da produção agrícola e industrial⁵ (MARTINS, 1981).

A relação dos proprietários de terras com o capital é o ponto de partida da subordinação dos setores produtivos e pressupõe um pagamento. A partir da cobrança de um tributo ao capital, a terra passa a ser apropriada. A renda da terra é uma forma de mediação das relações capitalistas. Essa mediação ocorre pela conversão de parte do capital em renda, sendo o preço para remoção do obstáculo.

A conversão é classificada como uma “imobilização improdutiva”. O capital imobilizado investido significa um prejuízo para o capitalista e também para o proprietário. Todavia, esse prejuízo é recompensado pelo Estado, que retira o peso de manter os subsídios e redireciona para toda sociedade a manutenção da propriedade fundiária e a sua classe detentora (MARTINS, 1981, p.161).

A terra, por si só, não gera riqueza de forma direta. É necessário contar com ferramentas, maquinários e a contratação da força de trabalho para viabilizar o processo produtivo. São esses elementos que verdadeiramente estabelecem as relações capitalistas. Dessa forma, sob tais condições, o capital pode exercer controle e domínio.

A apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital. A terra assim apropriada opera como se fosse capital, ela se torna equivalente de capital e, para o capitalista, obedece a critérios que ele basicamente leve em conta em relação aos outros instrumentos possuídos pelo capital (MARTINS, 1981, p.162).

⁵ A reprodução do capital no campo denota o rompimento dos limites impostos que foram gradativamente superados. Conforme Silva (1981), um exemplo disso é a possibilidade de “fabricar terras”, ou seja, em determinados setores de produção, o capital não precisa utilizar diretamente a propriedade da terra para produzir alimentos e a criação de animais, como a agricultura hidropônica e o confinamento de animais.

Embora ambas procedam da mesma relação, “de fato, o que ela produz, do ponto de vista capitalista, é diferente do que produz o capital. Assim como este produz *lucro* (isto é, a parcela da mais-valia, de riqueza a mais, que o capitalista retém), e o trabalho produz *salário*, a terra produz *renda*” (MARTINS, 1981, p.162). Essas especificidades demarcam os elementos fundamentais do processo de territorialização do modo de produção capitalista no campo brasileiro.

1.2 RELAÇÕES DE CLASSE NO CAMPO

Após a compreensão dos elementos que instauraram as relações capitalistas, incluindo a apropriação da terra e suas contradições, serão abordadas neste tópico as dinâmicas de classes presentes no campo como resultado desse processo. Não se tem a pretensão de revisar toda a literatura sobre a formação de classes no campo, mas sim captar as particularidades dessas relações construídas historicamente, estabelecendo conexões com a luta pela terra realizada pelos trabalhadores.

As relações de classes no campo brasileiro são paradoxais. No entanto, antes de tudo, é importante deixar claro que os trabalhadores engajados na luta pela terra constituem-se, sem dúvida, em uma classe. São trabalhadores livres que dependem da venda da força de trabalho, o que os torna livres também de quaisquer meios para produzir sua própria subsistência.

No meio rural, existem diferentes categorias profissionais que se dedicam a atividades distintas, o que levanta questões fundamentais relacionadas à organização política e à própria noção de classe. Por essa razão, em relação à diversidade de classes, o campesinato não obteve destaque social ao longo do desenvolvimento das forças produtivas como agentes revolucionários, transferindo o protagonismo e a missão histórica das grandes transformações sociais para o proletariado industrial (MARTINS, 1993).

No Brasil, o campesinato foi identificado como os principais personagens que simbolizavam a defesa da propriedade, o conservadorismo e o isolamento. Portanto, alheios a qualquer transformação da ordem social e política, constituindo-se como os principais patrocinadores do atraso, além de serem retratados como uma figura folclórica das festividades populares (MARTINS, 1989).

Ao considerar um panorama histórico mais abrangente, pode-se observar o surgimento de importantes revoluções nos cenários europeu, africano, asiático e latino-americano a partir dos trabalhadores do campo. Destacam-se revoluções e revoltas ao longo da história, nas quais os camponeses desempenharam papéis centrais, tais como a Revolução Mexicana, a Revolução Russa, a Revolução Chinesa, a Revolução Cubana, a Revolução Vietnamita, bem como as guerras de libertação nacional em países africanos. No contexto nacional, também ocorreram revoltas em diferentes regiões, como o Contestado em Santa Catarina e Paraná, as revoltas de Trombas e Formoso em Goiás, e Porecatu no norte do Paraná, evidenciando um cenário de intensos conflitos sociais e resistências protagonizados pelo campesinato (MARTINS, 1989).

As disputas e os conflitos pelo direito à terra representam historicamente uma luta de classes. Essa dinâmica compõe o conjunto da totalidade do problema instaurado no meio rural, baseado prioritariamente no domínio sobre a propriedade privada, que demarcam a posição social de classe na estrutura de produção capitalista.

A classe social é concebida como produto direto da divisão social do trabalho. Ela absorve a dinâmica das transformações históricas de cada realidade nacional onde ocorreu a inserção do sistema econômico capitalista. A relação de trabalho no campo é composta por três classes, a saber: 1) os proprietários da mera força de trabalho; 2) proprietários do capital; e 3) proprietários de terras, sendo aqueles que possuem como fonte de receita: salário, lucro e renda fundiária.

A divisão social do trabalho fragmenta a consciência histórica e dificulta o reconhecimento e pertencimento de classe. Antes mesmo da definição da consciência de classe, as condições objetivas já determinam a posição pertencente nas dinâmicas sociais. Para Marx (2008), não são as ideias que formam a consciência, mas o contrário, as condições materiais que determinam a mesma. Entretanto, mesmo que não ocorra um reconhecimento da unidade de classe, os trabalhadores estão unificados dialeticamente por serem despossuídos de qualquer meio de produção.

A terra é o principal objeto de disputa por diferentes grupos econômicos do capital. Ela possui uma característica que movimenta toda dinâmica, especialmente devido ao seu caráter especulativo. Além de ser um recurso natural, a terra também é o principal instrumento de trabalho no campo, possibilitando a produção de mercadorias que atendem às necessidades da sociedade. No entanto, a utilidade da terra possui finalidades distintas entre as classes que a disputam.

Nas relações de produção, a força de trabalho produz valor; o capitalista obtém o lucro, extraído através do trabalho excedente, ou seja, aumentando a sua riqueza; o proprietário de terras recebe a renda paga pelo capitalista a partir da distribuição da mais-valia. A renda da terra, nesse caso, não é fruto direto da produção, mas da distribuição de mais-valia (MARTINS, 1981).

A apropriação da renda é a forma econômica que se realiza essencialmente a propriedade fundiária e a partir deste aspecto, a renda da terra pressupõe a propriedade. Esse movimento resulta na evidência de que uma classe seja proprietária de determinadas parcelas ou monopólio das terras. Assim, o conjunto da sociedade paga o preço para manter a classe dos proprietários, bem como o monopólio atribuído pelo capital sobre o domínio territorial. Apesar de estarem em posições de classes distintas, os capitalistas e os proprietários, exceto quando os mesmos estão personificados na mesma posição socioeconômica, possuem interesses mútuos (MARTINS, 1981).

Ambas as classes se constituem proprietários privados do capital e da terra. Por essa condição histórica em comum, já os fazem aliados de interesses antagônicos aos dos trabalhadores despossuídos de meio de produção e capital.

O monopólio de classe sobre a propriedade da terra e o monopólio de classe sobre o capital – as ferramentas, as matérias-primas, o dinheiro dos salários – são imprescindíveis no capitalismo para subjugar o trabalho dos trabalhadores, para fazer com que estes trabalhem para o capital, para que a sua capacidade de produzir mais riqueza do que aquela que necessitam para sobreviver apareça como fosse uma virtude da propriedade da terra e do capital (MARTINS, 1981, p.165).

Os proprietários fundiários e os capitalistas estão objetivamente separados e unidos dialeticamente para subjugar e explorar a força de trabalho. “Essa é a razão, também histórica, que faz com que ambos possam surgir unificados numa única figura, a do proprietário de terra que também é proprietário do capital” (MARTINS, 1981, p.166).

A reprodução capitalista no campo não se baseia na formação de sociabilidades, mas sim na busca pelo poder de se apropriar de uma parcela da mais-valia socialmente produzida. O investimento capitalista na terra desempenha um papel fundamental ao possibilitar a acumulação incessante de capital.

A terra abre para o capitalista que nela emprega seu dinheiro possibilidades diferentes de enriquecimento em relação às possibilidades que lhe são abertas pelo seu capital. O dinheiro empregado na terra será recuperado mais tarde, com acréscimos. Com

o passar do tempo, com o trabalho, a terra não se desgasta, ela melhora, ela se enriquece, ela enriquece o proprietário (MARTINS, 1981, p.166-167).

A terra não está sujeita ao risco de perda de sua própria materialidade, uma vez que, se utilizada de forma adequada, não sofre danos nem desaparece. Além disso, por meio do uso de fertilizantes e maquinários, é possível corrigir os impactos naturais decorrentes. Os instrumentos de trabalho, por sua vez, sofrem desgaste ao longo do tempo e, eventualmente, precisam ser substituídos por novos. O capital investido nesse caso representa a aquisição do direito de extrair renda da sociedade.

Esse processo pode ser caracterizado como uma forma de renda capitalizada, na qual o capitalista realiza um investimento que retornará no futuro com acréscimos possíveis. Nesse sentido, ocorre uma transformação do capital na conversão da renda antecipada com o objetivo de acumulação posterior.

É importante ressaltar que a concentração da exploração no campo não requer a aquisição da terra. O capital pode adquirir parcelas de terra de diferentes proprietários por meio de pagamento, independentemente do tamanho da propriedade, seja ela pequena, média ou grande. Assim, “a propriedade da terra não é exatamente um empecilho à expansão do capital no campo; ela é fundamentalmente uma das contradições do capitalismo, movimento, transformação e possibilidade de transformação” (MARTINS, 1981, p.170).

A terra possui duas utilidades distintas: como terra de negócio e terra de trabalho. A terra de negócio refere-se à sua utilidade para o capital e os proprietários fundiários. Nesse sentido, ela permite a produção de mercadorias, a exploração da força de trabalho e a geração de mais-valia. Além disso, a terra de negócio pode ser arrendada, vendida e alvo de especulação imobiliária por parte do capital transnacional. Por outro lado, a terra de trabalho tem como finalidade a produção da própria subsistência e a reprodução familiar da vida no campo. Ela está voltada para as necessidades dos camponeses, que utilizam a terra como meio de sustento e reprodução de suas atividades agrícolas e familiares (MARTINS, 1991).

A relação estabelecida pelo campesinato com a sociedade de mercado é mediada pela venda da mercadoria produzida na terra de trabalho como valor de troca. Esse valor de troca é convertido em dinheiro no momento da venda. O dinheiro obtido pode ser utilizado para a compra de mercadorias, mas não implica necessariamente a acumulação

de capital⁶. A utilização da propriedade como terra de negócio ou terra de trabalho não é determinada apenas pela sua extensão territorial, mas também pela finalidade atribuída pelas diferentes classes sociais.

No âmbito da luta de classes, as diferentes formas de apropriação e uso da terra no campo brasileiro representam disputas em torno de projetos políticos e econômicos. O campesinato luta pela posse e utilização da terra como meio de trabalho. O capitalista busca extrair lucro, pois “onde o capital não pode tornar-se proprietário real de terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair renda. Ele não opera no sentido de separar o proprietário e o capitalista, mas no sentido de juntá-los” (MARTINS, 1981, p.176).

A unificação dos interesses entre proprietários e capitalistas é evidenciada pela dependência e demanda por crédito bancário para financiamentos do processo produtivo. Nesse contexto, o capitalista atua em favor do capital. A aliança entre proprietários e capital contribui, por um lado, para a concentração e acumulação de riqueza, mas, por outro lado, é o principal fator gerador de pobreza, desigualdade e exclusão social (ou integração deficitária). Essas relações são caracterizadas pela expropriação, exploração e submissão à renda da terra. Como resultado, esse modelo econômico de produção não promove uma integração plena e, contraditoriamente, provoca o desemprego estrutural.

A partir desse quadro antagônico, é evidente que existe uma questão agrária no Brasil. No entanto, essa questão muitas vezes é desvinculada das condições objetivas e históricas que exigiriam uma resolução estrutural. O resultado é uma questão agrária que é gerenciada e controlada pelo Estado.

Os conflitos sociais relacionados à luta pela terra são administrados burocraticamente pelo Estado, com o intuito de evitar possíveis riscos à estabilidade do sistema econômico e político dominante. Dessa forma, a questão agrária se manifesta como um problema residual, não sendo abordada de forma estritamente vinculada a uma análise histórica e estrutural das classes sociais.

⁶ Para demonstrar a diferença fundamental entre a concepção da terra de trabalho e a terra de negócio, recorre-se à fórmula da esfera de circulação da mercadoria, conforme apresentada por Marx (2013): M - D - M. Nesse sentido, a mercadoria é convertida em dinheiro para, em seguida, ser novamente transformada em mercadoria. Basicamente, trata-se do processo de comprar para vender. Por outro lado, a distinção fundamental reside na fórmula simples da produção capitalista, em que o dinheiro inicial se transforma em mercadoria para, finalmente, retornar como dinheiro. Essa fórmula é representada como D - M - D. No entanto, o dinheiro convertido em mercadoria deve ser vendido a um preço maior, pois não retorna com a mesma quantidade. É por isso que o autor atribui a seguinte formulação: D - M - D', que representa a fórmula geral do capital.

1.3 A SINDICALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS

A abordagem dialética das relações capitalistas no campo brasileiro é fundamental para compreender os elementos da questão agrária, bem como as relações antagônicas de classes entre os proprietários fundiários, capitalistas e os trabalhadores rurais. Nesse sentido, é importante analisar as implicações do surgimento do sindicalismo rural, assim como a unificação e representação da categoria dos trabalhadores rurais e sua postura em relação à defesa da reforma agrária, caracterizada pela negociação na esfera institucional.

No Brasil, a formação do sindicalismo é muito recente. No início do século XX, o país passou por grandes mudanças econômicas e um rápido processo de industrialização, onde a classe operária ganhou destaque diante dos conflitos entre trabalho e capital como uma questão política. Em vista disso, foi criada uma estrutura sindical de caráter corporativista e atrelada ao Estado, além do Ministério do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)⁷ de 1943.

Segundo Rodrigues (2009), um fato que deve ser considerado na história do sindicalismo brasileiro é o formato de estrutura que foi estabelecido durante a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e sua subsequente manutenção durante o Estado Novo (1937-1945). Essa estrutura sindical foi diretamente influenciada pelas doutrinas fascistas da *Carta Del Lavoro*⁸, que se refletiram na legislação trabalhista. Mesmo após a redemocratização do país em 1945, essa estrutura sindical não passou por mudanças significativas em sua matriz.

No caso do sindicalismo rural, a construção deste percurso que viabilizou a representação dos trabalhadores diversos nas atividades do campo é decorrente de uma série de mobilizações ocorridas em diferentes regiões do país e inúmeros conflitos sociais. As primeiras organizações dos camponeses estiveram ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e à Igreja Católica entre os anos de 1945 a 1964.

Neste período, foram realizados inúmeros encontros, eventos, congressos, associações e reivindicações. As grandes mobilizações ocorridas a partir da década de 1940 emergiam de diferentes setores e atividades profissionais vinculadas às relações de trabalho no campo, desde pequenas propriedades, posseiros, parceiros, movimentos

⁷ Conforme o Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943.

⁸ A *Carta Del Lavoro* (Carta do Trabalho) refere-se ao documento composto por um conjunto de leis trabalhistas apresentada pelo regime fascista italiano de Mussolini, contendo as principais linhas de orientação que deveriam regular as relações de trabalho entre o patronato, os trabalhadores e o Estado.

grevistas nos cafezais e engenhos de cana-de-açúcar, as lutas salariais e a permanência na terra (MEDEIROS, 1989).

Durante as décadas de 1950 e 1960, a atuação das Ligas Camponesas assumiu um importante papel na luta pela reforma agrária no Brasil. O projeto radical de transformação visava atingir o cerne da estrutura fundiária. Esta organização camponesa formada no Nordeste brasileiro, especificamente no estado de Pernambuco, constituiu a principal frente popular de enfrentamento ao poder político dos grandes proprietários de terras. A expansão massiva das Ligas em diversas regiões havia se tornado, naquele período, uma grande ameaça para a estabilidade política e econômica do país (MEDEIROS, 1989).

As Ligas Camponesas começaram a dividir o espaço de organização dos trabalhadores com o florescimento e disseminação dos sindicatos. É durante a década de 1960 que surge a necessidade de institucionalização das entidades de representação jurídica de uma categoria profissional do campo, durante a vigência do governo de João Goulart (1961-1964), sendo o momento marcado pela ascendência e a extensão dos direitos trabalhistas previstos na CLT para diferentes atividades do meio rural (PICOLOTTO, 2011).

Os sindicatos já eram uma forma de organização jurídica legalizada. Destaca-se que antes mesmo deste período, existiam muitos sindicatos espalhados pelo Brasil, mas apenas uma parcela mínima tinha reconhecimento por parte do Estado. A disputa pela representação foi um dos principais aspectos que deu origem à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em dezembro de 1963, constituindo-se como o resultado histórico das experiências e acúmulos gerados pelas lutas sociais no campo. A Contag é uma entidade oficial de representação, sendo reconhecida nacionalmente como um dos maiores movimentos sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil (MEDEIROS, 1989).

O impulso da sindicalização rural foi a medida encontrada pelo Estado para estimular o enfraquecimento da ação direta das organizações camponesas. Em decorrência disso, outro marco decisivo, durante este período, foi a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214/63), por parte do Estado, que objetivou definir apenas uma categoria profissional e exercer o controle sobre as relações de trabalho. O Estatuto unificou historicamente todas as categorias não patronais de trabalho desempenhadas no campo em uma única designação, que passou a ser denominada como “trabalhadores rurais” (OLIVEIRA, 2002).

No contexto descrito, para promover a plena sindicalização no meio rural, foi estabelecida a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (Consir), cujo objetivo foi impulsionar a criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR)⁹ e expandi-los por todo o país. Esse foi o instrumento político para disseminação de novos sindicatos e a regulamentação dos já existentes (OLIVEIRA, 2002).

A Consir estabelecia a criação de apenas um sindicato por município, o que resultava em uma competição acirrada para obter a carta sindical e cumprir a documentação necessária para sua criação junto ao Ministério do Trabalho. A busca pelo reconhecimento, legalização e criação de novos sindicatos significava a garantia do controle burocrático em diferentes níveis, abrangendo os âmbitos municipais, estaduais e nacional. Esses eventos configuraram um cenário no qual as forças políticas do Estado buscavam o domínio do maior número de sindicatos possível (MEDEIROS, 1989).

O formato de sindicatos era defendido por grande parte das instituições, sendo evidenciado como uma tentativa de enfraquecer as organizações autônomas dos camponeses ligados à luta pela terra, subordinando os mesmos aos interesses e às decisões do Estado (FERNANDES, 1999).

A sindicalização rural transformou as organizações autônomas em formatos burocráticos de sindicatos, federações e confederações, tornando-as entidades de representação sindical nos processos decisórios das políticas destinadas aos interesses dos camponeses. Segundo Fernandes (1999), embora tenham ocorrido vários encontros locais e estaduais, a maioria dos trabalhadores estava à margem desse processo de disputa, que se dava no âmbito das cúpulas das organizações.

A unificação e representação sindical dos trabalhadores rurais acarretaram questões fundamentais que envolvem diretamente a luta pela terra. Por um lado, os trabalhadores obtiveram legitimidade jurídica e representação legal na esfera do Estado para a validação de seus direitos trabalhistas e outras garantias. Por outro lado, apesar do reconhecimento jurídico, os movimentos sindicais não conseguiram fortalecer um projeto político de reforma agrária compatível com os interesses dos trabalhadores rurais sem-terra.

Para Medeiros (1989), no âmbito do Estado não havia uma proposta de reforma agrária que atingisse o cerne da estrutura agrária. Apesar das conquistas encaminhadas ao

⁹ Houve uma mudança na nomenclatura dos sindicatos municipais, ou seja, anteriormente, a sigla era representada por STR, porém, ocorreu a inclusão de trabalhadoras em razão da valorização e reconhecimento das mulheres sindicalizadas. Atualmente, utiliza-se em alguns sindicatos a sigla STTR.

Congresso Nacional para a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em contrapartida, ocorreu o fracasso das tentativas de constituição de canais institucionais para encaminhar os problemas que o latifúndio representava para o desenvolvimento econômico do país.

Durante certo período, havia um consenso entre alguns setores da sociedade nacional de que a superação do atraso econômico na agricultura poderia ser alcançada por meio da desconcentração da estrutura fundiária. No entanto, o domínio do latifúndio prevaleceu sobre a sociedade e nenhuma ameaça à manutenção do poder das grandes propriedades rurais surgiu.

A questão agrária se intensificou com a instauração do golpe e durante o regime civil-militar (1964-1985), uma vez que o Estado assumiu o papel de modernizar o latifúndio. A ditadura militar apresentava uma “dupla face” em relação aos interesses dos trabalhadores. A primeira refere-se à perseguição e desarticulação dos movimentos sociais, como as Ligas Camponesas, que sofreram impactos diretos em sua organização e foram alvo de intervenções militares nos sindicatos recém-criados. A segunda está relacionada ao Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), promulgado durante o regime militar. Essa legislação se estabeleceu como a principal lei de reforma agrária, definindo a noção de função social da propriedade e os critérios para desapropriação de latifúndios improdutivos (MEDEIROS, 1989).

Nesse último, o Estatuto da Terra se insere como um mecanismo legal de regulamentação das instâncias jurídicas e interesses sociais, que garante a legitimidade da reforma agrária no Brasil. No entanto, o sentido oposto adotado pela política agrária do Estado concedeu uma abertura para o controle efetivo em face do problema instituído no meio rural. Além disso, serviu para maquiagem os problemas referentes à verdadeira questão agrária (MARTINS, 1981).

O Estatuto da Terra faz da reforma agrária uma questão superficial, de emergência, baseada na tentativa de desmobilizar os movimentos camponeses, onde o problema da terra podia se tornar conflituoso, oferecendo risco político ao regime. De forma aparente, o Estatuto seria o avanço para a política de reforma agrária assegurada por lei federal. A garantia de fazer a redistribuição de propriedades improdutivas e promover a democratização do acesso à terra ficou à margem¹⁰. Assim sendo, tratava-se

¹⁰ Segundo o relatório do Incra, durante a vigência do regime, foram criados 48 assentamentos rurais, em uma área total de 13.851.395 hectares. A política agrária adotada nesse período, sobretudo, na criação

de uma resolução focada nos conflitos sociais isolados e atendia somente áreas de tensão, ignorando de que se tratava de um problema político, nacional e especialmente de classe (MARTINS, 1981).

O dispositivo institucional serviu como uma forma de controle e suporte para a modernização conservadora e a reprodução ampliada do capital na agricultura. O sindicalismo rural defendia o Estatuto da Terra como marco legal para a realização da reforma agrária dentro das instâncias jurídicas e competências do Estado (SAUER, 1999).

A reforma agrária é uma das bandeiras defendidas pelo sindicalismo rural. Porém, os sindicatos possuem diferentes pautas políticas voltadas para as relações de trabalho, como a garantia da previdência do trabalhador rural, a educação, a defesa de linhas de créditos, movimentos grevistas para novos acordos e arrochos salariais. Por conta da ampla agenda de pautas, que são também importantes para a classe trabalhadora, a luta pela terra não ocupou a centralidade de suas demandas, limitando-se as negociações na esfera política. Segundo Medeiros:

Onde havia conflito de terra, quando o sindicato agia, era no sentido de tentar garantir a manutenção dos trabalhadores na área, quer impetrando medidas legais cabíveis (ações de manutenção ou reintegração de posse, por exemplo), quer demandando a desapropriação, nos termos do Estatuto da Terra (MEDEIROS, 1989, p.88).

Acreditava-se que, por meio do Estatuto, seria possível realizar desapropriações progressivas de latifúndios e destiná-los à reforma agrária. O principal argumento que motivava essa forma de atuação era o entendimento de que abdicar do dispositivo institucional resultaria em uma lacuna na esfera legal da questão. Portanto, colocariam em risco os direitos que foram conquistados historicamente pelos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989).

Havia uma cobrança para a realização da reforma agrária por parte do sindicalismo rural, tendo em vista os diversos conflitos sociais e os casos de despejos e ameaças constantes, visto que estes eram elementos favoráveis para reivindicar a desapropriação dos latifúndios improdutivos, mas, invocando sempre o Estatuto da Terra como base legal.

desses projetos, teve como finalidade a colonização e não a democratização do acesso à terra previsto no Estatuto da Terra.

Dessa forma, ia se constituindo um padrão de ação onde o recurso à justiça era dominante. Para tanto, as federações e os sindicatos mais envolvidos com a defesa dos trabalhadores acabaram por montar assessorias jurídicas, peças-chave no encaminhamento dos conflitos (MEDEIROS, 1989, p.93).

A postura política do sindicalismo rural em defesa da reforma agrária é compreendida como uma prática voltada especialmente para validar o reconhecimento do direito já conquistado na legislação, mas negado pelo Estado. Essa forma de negociação aponta evidentemente o seu caráter avesso ao embate político, fato que comprova a atuação dentro dos limites institucionais.

No final da década de 1970, começaram a emergir diferentes organizações e movimentos sociais com novas demandas e pautas políticas, tanto no meio rural quanto no meio urbano. No caso dos movimentos sociais do campo, a transição democrática significou a abertura do espaço social para a participação e a reivindicação de direitos que já haviam sido assegurados. Estas organizações colocaram em questionamento a postura adotada pelos sindicalistas em relação à reforma agrária, que estava alinhada aos interesses do Estado, onde o Estatuto da Terra serviu como mecanismo de controle estatal para o desenvolvimento capitalista no campo (MEDEIROS, 1989).

Os trabalhadores rurais se organizaram para demandar uma reforma agrária que atingisse o cerne do problema. A organização sindical subordinada aos interesses do Estado caracterizou a emergência da construção de um novo sindicalismo rural que representasse definitivamente os trabalhadores rurais e as suas reivindicações políticas.

Na década de 1980, o resultado disso foi o marco histórico da formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), entre outros (PICOLOTTO, 2011). Trata-se de uma oposição à confederação, às federações e aos sindicatos municipais.

A organização institucionalizada havia chegado ao seu limite e a rachadura política foi inevitável. A reorganização do novo sindicalismo marca a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), que passou a atuar nas unidades federativas por meio da implementação dos Departamentos Estaduais dos Trabalhadores Rurais (DETR) vinculados à CUT (ALMEIDA, 2003).

Martins (1986) avalia que este processo político agregou diversos sujeitos que não possuíam terra, absorvidos, principalmente pelos impactos do capitalismo, motivados

pela necessidade histórica de romper com os laços da dominação, exploração e, principalmente, da expropriação sofrida.

O principal fruto das lutas do campo é a emancipação política dos trabalhadores rurais, cujas consciências têm sido secularmente escravizadas pela dependência pessoal e pelo clientelismo político. Os trabalhadores que lutam pela terra, lutam, também, contra esse tipo de opressão: lutam também pela liberdade, pelo rompimento com tais vínculos de dependência. Cortam, assim, o arame farpado da sujeição (MARTINS, 1986, p.18).

A reorganização das lutas sociais ganhou novos contornos políticos em decorrência do processo de redemocratização do país. O sindicalismo rural hegemônico saiu abatido durante este período. As estratégias começaram a se manifestar com o fenômeno das ocupações de terras e formação de acampamentos, iniciados na região Sul do Brasil, que havia ganhado proporções no cenário nacional, constituindo-se em uma forma alternativa para garantir o direito à terra.

Ao mesmo tempo em que isso se dava, ocorriam acampamentos e ocupações de terra, completamente fora de seu controle. Na verdade, eram eles que criavam os fatos políticos que permitiam que a reforma agrária permanecesse na ordem do dia (MEDEIROS, 1989, p.204).

As diversas manifestações estavam completamente fora do controle sindical, sendo uma forma autônoma de organização desenvolvida pelos movimentos sociais contra a dominação histórica. Tratava-se de um novo horizonte político e social aberto para a demanda do direito à terra.

Essa forma de atuação foi alicerçada notadamente pelo MST. O sindicato estava acostumado a redigir cartas, realizar assembleias, audiências e coleta de assinaturas para a reivindicação ao Estado, entretanto, essas práticas já havia demonstrado as suas debilidades e conseqüentemente os seus limites na reivindicação pela reforma agrária. Logo, o MST cristalizou as lutas de massas e práticas diferenciadas de organização no campo político (STEDILE; FERNANDES, 2012).

O sentido dessas ações foi o meio estratégico para a legitimação da luta pela terra. Durante a década de 1990, o sindicalismo rural teve que se reorganizar, alterando a sua orientação e mobilização dos trabalhadores rurais, especialmente após a filiação da Contag à CUT em 1995, na realização do 6º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais.

Essa filiação representou o marco estratégico na organização sindical para construir novamente a hegemonia no campo (SAUER, 1999).

As ocupações tiveram uma centralidade durante este período como parte do fortalecimento das ações em defesa do acesso à terra. Os movimentos sociais e os sindicatos possuem peculiaridades que os distinguem em suas estratégias e ações. Em suma, conclui-se que a gênese das ocupações de terras e a formação de novos acampamentos colocaram em destaque as estratégias formuladas pelos trabalhadores rurais para enfrentar os novos desafios e o velho dilema da questão agrária.

Em seguida, no próximo capítulo, será realizada uma contextualização histórica e geográfica com um crivo de particularidade no estado de Mato Grosso do Sul, visando problematizar os aspectos da configuração territorial, as ocupações de terras, a organização de acampamentos e as conquistas como resultado desse processo social desencadeado.

CAPÍTULO II

A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA EM MATO GROSSO DO SUL

Para contextualizar a maior parte deste capítulo, serão apresentados alguns dados históricos referentes à antiga região sul de Mato Grosso, que corresponde ao atual estado de Mato Grosso do Sul¹¹. Para isso, será necessário analisar as principais transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na formação territorial, bem como a apropriação capitalista da terra baseada no modelo hegemônico do agronegócio.

Desde o final do século XIX, esta porção do território brasileiro foi cenário histórico de grandes transformações, marcadas profundamente por projetos econômicos de colonização e extração dos recursos naturais. O monopólio sobre a propriedade privada provocou a disparidade na estrutura da posse da terra e os impulsos para a intensificação da luta pela reforma agrária.

Os camponeses e os povos indígenas já não são mais os personagens estereotipados e folclorizados das festividades populares, que concomitantemente tem sido associado ao atraso e ao isolamento social no contexto brasileiro. Pelo contrário, são estes que, na vivência cotidiana, concretizam reivindicações, lutas e resistências para promoverem as transformações sociais.

Por último, destaca-se o mapeamento da atuação das organizações sindicais nos contextos de ocupações e acampamentos formados em Mato Grosso do Sul. Os movimentos sindicais, especialmente a CUT e a Fetagri, tiveram uma participação fundamental na organização dos trabalhadores na luta pela terra, entretanto, nos últimos anos, vivenciaram impasses políticos e um recuo das ações ofensivas frente aos grupos dominantes e ao Estado.

2.1 A EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS

A região sul de Mato Grosso abrange o espaço geográfico marcado intensamente por projetos econômicos de ocupação e colonização, impulsionados pelo Estado e

¹¹ Destaca-se a Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, quando o então presidente Ernesto Geisel, durante o regime civil-militar, determinou o desmembramento do estado de Mato Grosso para a criação de Mato Grosso do Sul.

liderados por oligarquias regionais e interesses capitalistas que vislumbravam, neste território, o signo de uma “terra próspera” e propícia à extração das riquezas naturais, caracterizando o domínio territorial e a apropriação capitalista.

A gênese desse processo remonta à delimitação das fronteiras nacionais com a República do Paraguai, que ocorreu após o término da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), conhecida também como “Guerra do Paraguai”, para iniciar a ocupação e a instauração de novos empreendimentos econômicos na região conquistada e anexada ao território nacional.

No final do século XIX, especificamente no ano de 1882, por meio do decreto Imperial¹², Thomaz Laranjeira, organizou a Companhia Mate Laranjeira, adquirindo o direito de concessão para explorar os ervais nativos¹³, através do regime de arrendamento das terras devolutas. O monopólio extrativista desta empresa estendeu-se por um longo período, conforme novos decretos concedidos durante o primeiro governo republicano¹⁴.

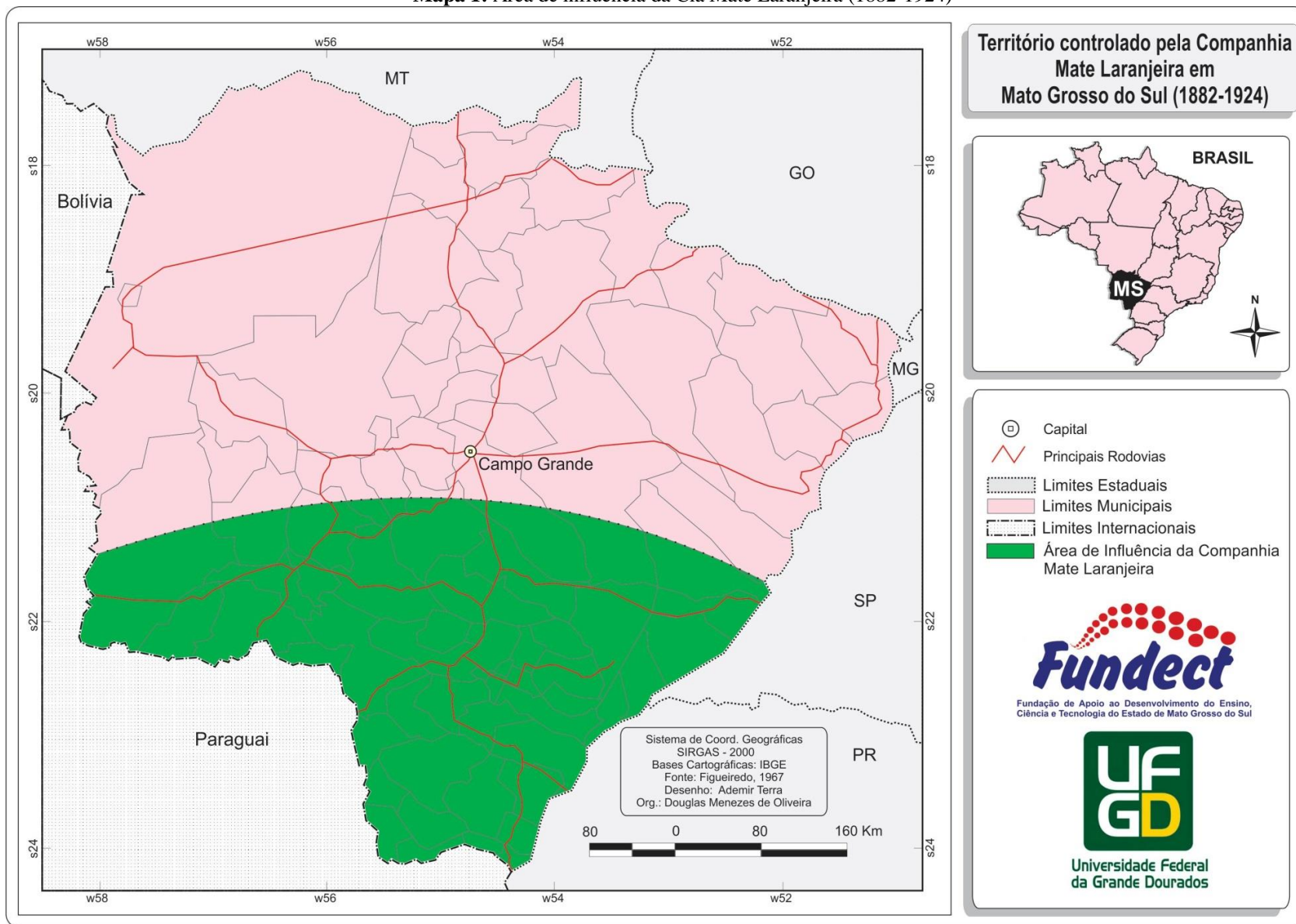
A área destinada à exploração dos ervais teve como abrangência o antigo sul de Mato Grosso. Os domínios econômicos dessa empresa ampliaram-se desde as bacias fluviais do rio Paraguai, localizado no município de Porto Murtinho, abrangendo às margens do rio Paraná, integrando os municípios limítrofes com outros estados e os municípios que estão situados na faixa de fronteira com o Paraguai.

¹² Decreto nº 8.799 (1882).

¹³ A erva-mate é uma planta de origem nativa de vários países da América do Sul, com destaque para o Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

¹⁴ Decreto nº 9.692 (1886) e Decreto nº 520 (1890). No ano de 1892, foi assinado um novo contrato para os contornos da fronteira com a República do Paraguai. Posteriormente, foi assinada a Resolução nº 103 (1895) para estabelecer novos limites para exploração dos ervais.

Mapa 1: Área de influência da Cia Mate Laranjeira (1882-1924)



A área arrendada não era composta apenas por matas, mas também de campos favoráveis para a criação de gado. O arrendamento foi um dos fatores que impulsionou os fluxos migratórios de colonos de diferentes regiões do Brasil e também do Paraguai em busca de trabalho e acesso à terra. As populações indígenas das etnias Guarani e Kaiowá foram os primeiros habitantes no meridional de Mato Grosso, pois, antes mesmo da delimitação territorial, já havia suas formas de organização sociocultural do território e modo de vida tradicional.

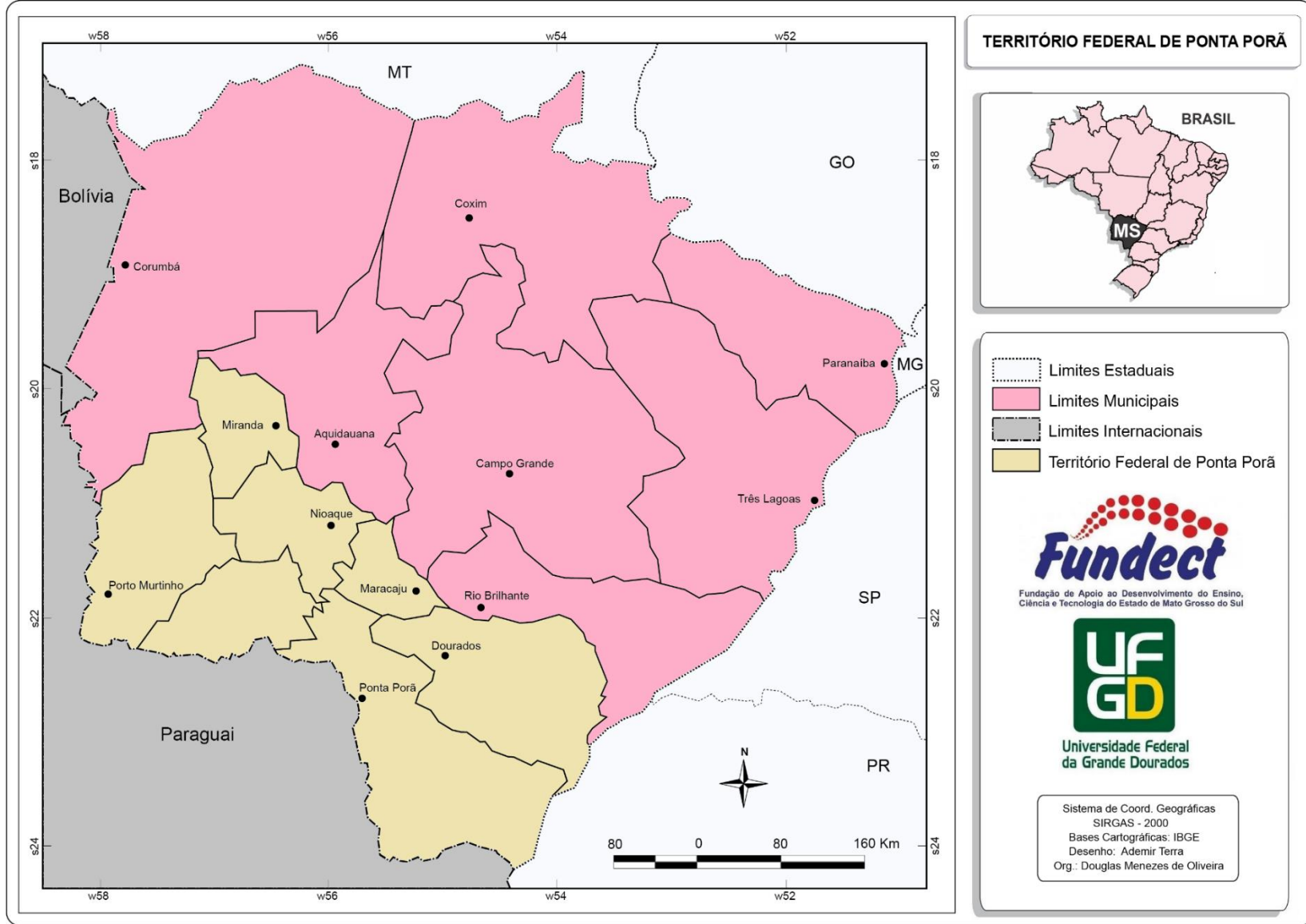
A exploração extrativista propiciou as primeiras formas de apropriação capitalista da terra. As relações não eram tipicamente salariais de compra e venda da força de trabalho, tendo em vista que as primeiras concessões no final do século XIX ainda estavam em vigência o regime escravocrata no Brasil. Após a abolição da escravatura, ocorreram, nesses empreendimentos, a combinação de formas arcaicas de trabalho, como a escravidão por dívida.

Os processos de desenvolvimento no estado estiveram atrelados aos interesses de empresas transnacionais extrativistas, responsáveis pela extração dos recursos minerais e dos ervais nativos nesta parte do território. Estes mesmos espaços, posteriormente, foi cenário de instalação de grandes propriedades fundiárias¹⁵, que permaneceram com uma estrutura concentrada e desigual em sintonia com a formação econômica nacional (TERRA, 2009).

A criação do Território Federal de Ponta Porã (1943), que visava inicialmente atender as políticas de nacionalização das fronteiras, objetivou desarticular o domínio da exploração dos ervais, não renovando o direito de arrendamento de novas áreas. A configuração territorial construída pela atividade econômica ervateira não estava alinhada aos ideais do Estado Novo e, para isso, era necessário desarticular o monopólio da Companhia Mate Laranjeira.

¹⁵ Um exemplo da implantação de grandes empreendimentos agrícolas é a antiga fazenda Itamarati (atualmente Assentamentos Itamarati I e Itamarati II), localizada no município de Ponta Porã. Segundo Terra (2009), a fazenda possuía uma área total de 50.000 hectares, destinada ao cultivo de grãos e algodão. Na década de 1980, havia se tornado a maior área contínua de cultivo de soja do mundo.

Mapa 2: Território Federal de Ponta Porã



Com o fim do monopólio e o declínio gradual do domínio empresarial na extração de ervais nativos a partir da década de 1940, foram iniciadas no Brasil as políticas de colonização oficial por meio da intervenção federal. O objetivo do governo era desenvolver economicamente e povoar o oeste brasileiro, principalmente por meio da expansão das atividades agropecuárias. Esse movimento ficou conhecido como Marcha para o Oeste. A migração recebeu suporte das políticas de colonização para solucionar o problema da falta de mão de obra para a lavoura e a substituição do trabalho escravo pelo assalariado com o concurso de colonos estrangeiros¹⁶.

O desmatamento sistemático e a implantação de fazendas eram a principal marca da política nacional desenvolvimentista do Estado Novo. A região meridional se transformou num espaço de disputas violentas entre requerentes de terras, com a maioria vinda do Sul do Brasil para desbravar o atual estado. A ocupação e o povoamento resultaram no esbulho das terras indígenas, bem como promoveram a sua subordinação e dependência ao Estado.

A expansão das fronteiras agrícolas compreende o deslocamento do conjunto de atividades capitalistas no meio rural, que caracteriza a ocupação territorial e os conflitos sociais. Todavia, os desencontros das temporalidades históricas entre os grupos proporcionados por essas relações demarcaram as principais formas de organização, protestos, resistências, sonhos e esperanças do campesinato e também dos povos indígenas que foram lançados às margens deste processo totalizante de ocupação, apropriação e domínio do território (MARTINS, 2012).

A abertura de novas fronteiras agrícolas que atingiu a região sul de Mato Grosso do Sul foi subsidiada pelo Estado e motivada pela colonização de áreas ainda “não ocupadas”¹⁷. A herança dos processos de ocupação territorial resultou nas principais atividades econômicas voltadas para a agricultura e a pecuária bovina, que foram tradicionalmente desenvolvidas no latifúndio (MENEGAT, 2009).

A frente de expansão sustenta a frente pioneira dominada não apenas pelos “agentes da civilização”, mas também pelos “agentes da modernização”, baseada na

¹⁶ O governo de Vargas, por intermédio do órgão estatal de Divisão de Terras, criou as chamadas Colônias Agrícolas Nacionais (Conforme Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941). No ano de 1943, foi criado a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), conforme o Decreto-Lei 5.94 de 28 de outubro, que tinha como principal objetivo a ocupação e o povoamento da região da Grande Dourados e também desenvolver economicamente as cidades no entorno, com o suporte da agricultura e da pecuária.

¹⁷ Segundo Brand (1997), neste espaço, havia a existência dos povos nativos indígenas. As frentes de colonização que avançavam em direção ao território dos Guarani e Kaiowá não se limitavam a invadir suas terras, mas utilizavam-se de vários expedientes para atraí-los, submetê-los e explorá-los, seja na extração dos ervais nativos, na agricultura ou na pecuária.

racionalidade capitalista e na mentalidade da inovação empreendedora. A frente pioneira é mais que o deslocamento para novos territórios, ou seja, é a situação social que induz ao processo de modernização, as contradições e os conflitos sociais evidentemente (MARTINS, 2012).

A economia capitalista consolidou suas bases no campo a partir da modernização do latifúndio. Esse processo foi conduzido pelo Estado autocrático durante a ditadura militar, por meio da introdução de maquinários agrícolas, insumos, defensivos e fertilizantes para o solo, representando novas ferramentas de trabalho, além da implementação do pacote tecnológico do capital para a racionalização e elevação do processo produtivo (FARIAS, 2006).

A modernização deu suporte para a mecanização da agricultura intensiva e a pecuária extensiva do gado de corte. A abertura de novas pastagens transformou a pecuária bovina na principal atividade econômica dominante no campo. A partir da década de 1970, as transformações ocorridas demarcam os novos fluxos migratórios, com a chegada de novos colonos gaúchos para instalação nesta região, impulsionados, sobretudo, em razão da valorização das terras. Os benefícios oferecidos eram atraentes, uma vez que o Estado proporcionou uma série de vantagens para a aquisição de grandes extensões territoriais a preços relativamente baixos, além de facilidades de financiamento e diversas linhas de crédito disponíveis (MENEGAT, 2009).

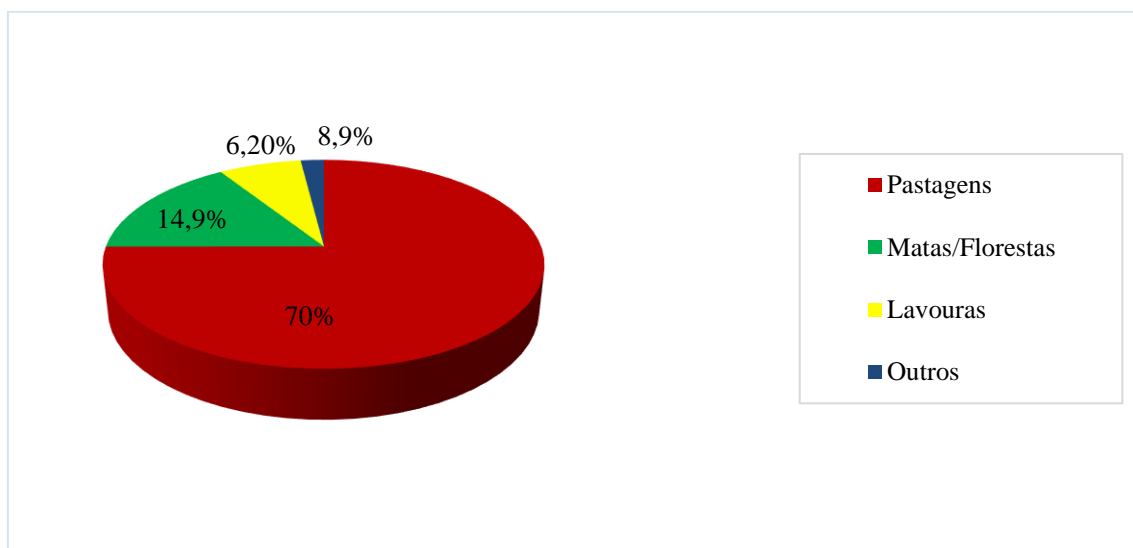
O Estado reverteu a lógica contraditória entre a propriedade fundiária e o capital por meio da modernização conservadora e incentivos fiscais. O latifúndio deixou de representar o atraso econômico e o impedimento ao desenvolvimento capitalista. A manutenção da estrutura fundiária criou condições para a reprodução ampliada e a concentração no campo.

Os incentivos do Estado para o setor dominante da agropecuária tiveram um papel significativo na concentração territorial nas mãos dos grandes latifundiários, o que afetou diretamente os camponeses e os povos indígenas. Desde o início da configuração territorial e a criação de Mato Grosso do Sul, é evidente que o estado nasceu com uma estrutura concentrada devido às extensas áreas destinadas às atividades hegemônicas da agricultura capitalista.

No gráfico 1, os dados do censo agropecuário de 1985 registraram que, durante este período, a área total de Mato Grosso do Sul era de 31.108.815 ha. A distribuição e posse das terras estavam estruturadas da seguinte maneira: 70% destinadas às pastagens naturais e plantadas; 14,9% para a preservação das matas e florestas; 6,2% destinadas às

lavouras permanentes, temporárias e em fase de descanso; 8,9% referentes às terras não utilizadas. Essas porcentagens correspondem aos dados catalogados após a criação oficial do estado.

Gráfico 1: Distribuição territorial após divisão do estado de Mato Grosso



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018). IBGE, Censo Agropecuário – 1985.

Na realização do novo censo agropecuário, no ano de 1995, foi constatada uma área total de 30.942.772 ha, obtendo uma breve redução de 166.043 ha em relação à constatação anterior. Apesar dessa redução, ocorreu um aumento no percentual da concentração destinada às pastagens. A área destinada foi de 21.810.708 ha, representando um total de 71%, com aumento de 1% (7.955 ha).

A evidência constatada nos dados é a manutenção da estrutura destinada às pastagens. Nesse caso, houve também uma diminuição relativa da área destinada às lavouras, representando cerca de 4% do uso total das terras. As áreas referentes à preservação de matas e florestas aumentaram em 4,1%. Desse modo, ocorreu uma redução de 2,9% das terras inutilizadas. Em comparação ao período anterior, os estabelecimentos com menos de 10 ha (64.490 ha) representavam 0,2% dos imóveis rurais cadastrados no estado. Neste censo, houve uma queda para 0,1% (39.681 ha), ou seja, a diminuição do espaço para as pequenas propriedades familiares.

No censo agropecuário de 2006, foi constatada uma área total de 30.274.975 ha¹⁸. É evidente que uma década depois não haveria mudanças significativas no domínio

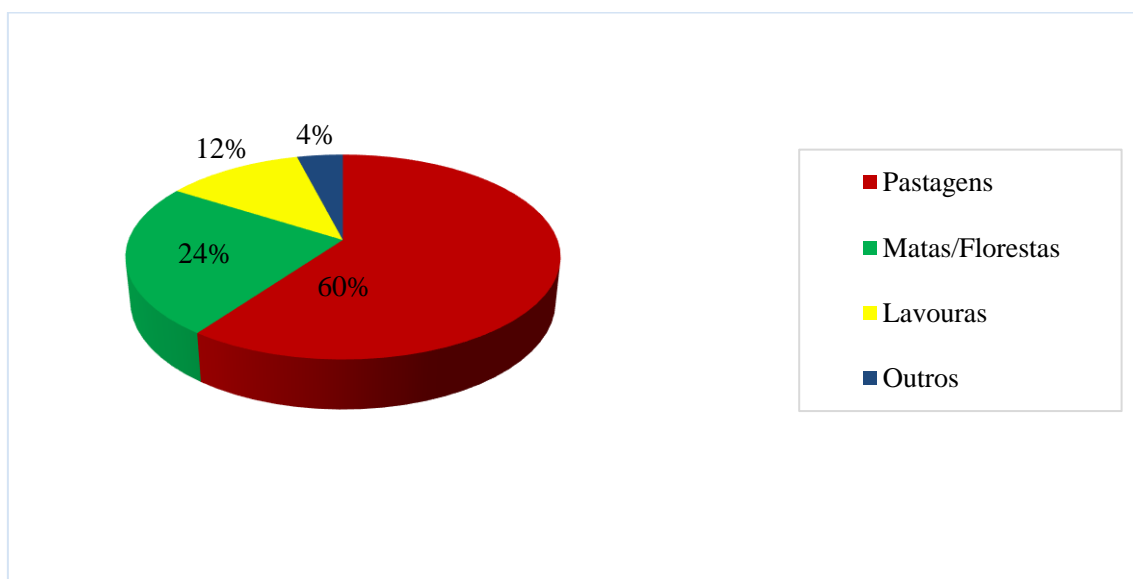
¹⁸ Este censo já compõe a atividade da agricultura familiar, previsto pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

territorial do uso das terras vinculada às pastagens, portanto, manteve uma porcentagem de 70% em relação às outras formas de utilização.

Neste período, houve uma redução da área destinada às pastagens naturais e um aumento de novas áreas com pastagens plantadas. Desde a formação do estado, não ocorreram mudanças estruturais no domínio da posse da terra. Os dados comprovam significativamente que a estrutura fundiária permaneceu sob o monopólio dos proprietários rurais e da hegemonia do agronegócio.

No gráfico 2, as porcentagens presentes na distribuição e uso das terras apresentam o diagnóstico recente. Os dados do censo agropecuário de 2017 registraram uma área de 29.159.982,984 ha. A área destinada às pastagens representou 60% da área total. Houve uma redução de 10% se comparado ao censo anterior. Nesse sentido, outro aspecto apresentado nos dados é a área de preservação de matas e florestas com 24%, que obteve um aumento.

Gráfico 2: Utilização das terras em Mato Grosso do Sul (2017)

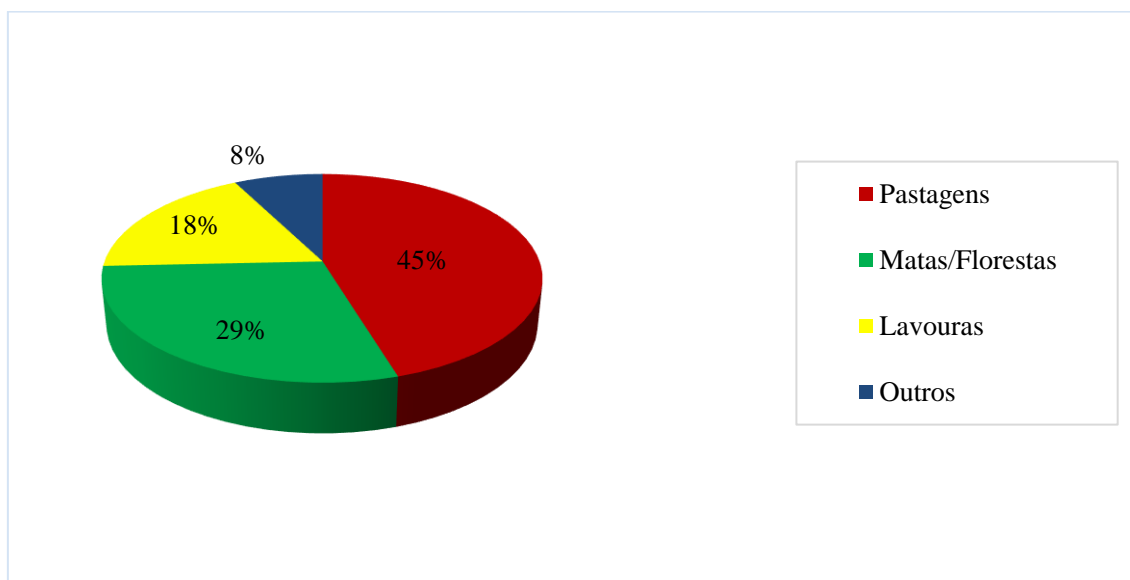


Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018). IBGE, Censo Agropecuário – 2017.

Apesar da redução de 10% da área destinada às pastagens, os resultados desse censo revelam que o estado de Mato Grosso do Sul é o segundo maior entre as unidades federativas do Brasil que possuem propriedades rurais acima de 10.000 ha, atingindo 341 latifúndios, atrás apenas de Mato Grosso, que possui 868 imóveis rurais nessa mesma proporção.

No gráfico 3, os dados indicam que o Brasil apresenta um total de 5.072.152 estabelecimentos agrícolas, abarcando uma extensão territorial de 350.253.329,273 ha. Tanto no âmbito estadual quanto nacional, a pecuária permanece como atividade econômica de maior domínio territorial, com 45% das terras destinadas às pastagens.

Gráfico 3: Utilização das terras no Brasil (2017)



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018). IBGE, Censo Agropecuário – 2017.

A partir dos dados censitários, constata-se que a pecuária voltada para a criação de bovinos se manteve como a atividade econômica de maior domínio no meio rural de Mato Grosso do Sul e também no contexto nacional. O monopólio de classe sobre a propriedade fundiária, com o uso destinado às pastagens, apresenta problemas referentes à própria utilidade da terra e os entraves para desconcentração fundiária.

De modo geral, a pecuária bovina demanda uma quantidade demasiada de terras para a sua prática. A criação de gado nessas extensões territoriais é como se fosse uma “reserva de valor”, ocultando a ocupação da propriedade para a sua manutenção. Esta atividade “não é a ocupação efetiva do solo no sentido de fazê-lo produzir, mas sim, uma ‘ocupação pela pecuária’ com a finalidade precípua de garantir a propriedade privada daquela terra” (SILVA, 1982, p.117).

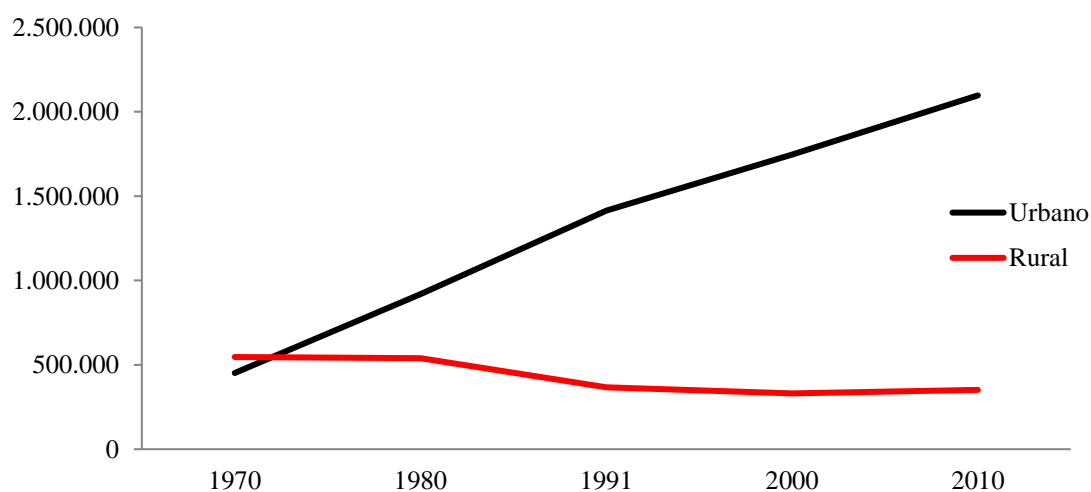
A inserção de novas tecnologias e o domínio da pecuária bovina¹⁹ no campo foram os fatores decisivos que garantiram, de forma crucial, o êxodo rural, como também

¹⁹ É importante destacar que, na atividade de criação de bovinos em fazendas, geralmente uma única família ou um trabalhador rural é capaz de administrar uma propriedade. Essa atividade torna desnecessária um contingente considerável de contratação da força de trabalho no campo.

tornando dispensável a compra da força de trabalho. Isso gerou como problema central o amplo fluxo de trabalhadores para as áreas urbanas.

Antes mesmo da divisão do estado de Mato Grosso, a área rural compreendia 55% da população total (546.468) em relação ao total de 998.160 habitantes. De acordo com o gráfico 4, inicialmente o estado era predominantemente rural, com uma taxa de urbanização relativamente baixa. No entanto, a partir da década de 1980, observa-se um aumento significativo da população urbana, representando 63% (919.256) do total populacional. Esse cenário reflete uma tendência de crescimento urbano e uma mudança na estrutura demográfica do estado. Num intervalo de uma década, especificamente no início de 1990, esse percentual teve um aumento de 16%, obtendo um crescimento correspondente a 79% (1.414.447) da população total. Nas décadas posteriores, houve significativamente uma redução do contingente populacional do campo.

Gráfico 4: Redução populacional no campo de Mato Grosso do Sul



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018). IBGE, Censos Demográficos – 1970-2010.

Os dados demográficos evidenciam as profundas alterações estruturais no contingente populacional do campo e a rápida absorção da modernização conservadora, sendo o principal motivo que culminou drasticamente no deslocamento dos trabalhadores do campo para o meio urbano.

A concentração fundiária como resultado da permanência dos latifúndios inviabilizou um projeto de transformação radical na estrutura agrária. A própria distribuição do uso das terras é uma questão fundamental para evidenciar o seu caráter

monopolista. Mesmo que a terra não esteja sendo trabalhada, ela está em constante processo de valorização imobiliária por ser alvo de especulação do capital.

A característica que sustenta a especulação imobiliária é justamente a necessidade social por mercadorias. O capital tem preferência de expandir suas relações de produção em setores econômicos mais lucrativos, como a pecuária de corte, a monocultura de grãos e a cana-de-açúcar, destinada às exportações no abastecimento do mercado internacional.

A atividade econômica capitalista e seus empreendimentos resultam gradativamente na diminuição do espaço para a reprodução social do campesinato. A luta pela terra remete ao questionamento da estrutura fundiária concentrada que ocasiona diretamente a expropriação. A presente disparidade territorial produziu como efeito contraditório o aumento significativo de famílias sem-terra. Essa mesma estrutura viabilizou o surgimento das ocupações e a organização de acampamentos por todo o território nacional.

2.2 A OCUPAÇÃO COMO FORMA DE ACESSO À TERRA

As experiências da luta pela terra na sociedade contemporânea foram intensificadas no processo de redemocratização do país. A construção da Nova República foi marcada pela redefinição de estratégias políticas desenvolvidas pelos movimentos sociais e apropriadas pelos sindicatos para a afirmação de direitos fundamentais que outrora foram sufocados na ditadura militar.

Os movimentos sociais criaram uma nova forma de demandar a reforma agrária ao Estado, por meio de ocupações e organização de acampamentos. Esse fenômeno social se generalizou por todas as unidades federativas do Brasil. Vale ressaltar que, nos períodos anteriores ao regime ditatorial, ocorreram diversas lutas sociais pelo direito à terra, porém estas não possuíam a característica peculiar de organização do espaço com a construção de barracos (LOERA, 2015).

A vigência dos governos civis desencadeou o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), dando impulso para as diversas formas de lutas e resistências por parte dos trabalhadores. As ocupações de terras e a organização de acampamentos, especialmente às margens das rodovias, representavam uma estratégia histórica inédita no cenário nacional.

As ações dos movimentos sociais, que demandam a reforma agrária por meio de ocupações e organização de acampamentos, não representam uma ruptura histórica completa com os acontecimentos anteriores, como a atuação das Ligas Camponesas na luta pela reforma agrária. Embora o problema da reforma agrária ainda não tenha sido resolvido, essas ações trazem mudanças significativas na forma de reivindicação, incorporando elementos simbólicos que antes não eram tão evidentes.

Em Mato Grosso do Sul, os primeiros ciclos da luta pela terra foram identificados em meados da década de 1980. As manifestações ocorreram de forma dispersa, ou seja, com a formação inicialmente de três acampamentos²⁰ e a criação de apenas um assentamento²¹ (FARIAS, 2006).

A disseminação da luta pela terra se manifestava de forma incipiente e com pouco impacto no cenário nacional. A partir dessas primeiras experiências, ocorreu a espacialização de novas ocupações e acampamentos, principalmente na região meridional do estado. Diante desse contexto histórico, os povos indígenas também consolidaram um movimento de luta pelo território nessa mesma região. Os povos Guarani e Kaiowá têm realizado acampamentos às margens das rodovias, de forma semelhante aos trabalhadores sem-terra, visando retomar seus territórios ancestrais expropriados durante o processo de expansão das fronteiras agrícolas.

Os acampamentos indígenas de retomadas dos *tekoha*²² são descritos como um processo de mobilização sociocultural e histórico, organizado por lideranças indígenas e composto por suas redes de parentela. O marco das disputas territoriais se intensificou com a inviabilização progressiva da vida econômica, social e cultural nas aldeias diminutas²³, fato que tem sido decisivo no agravamento dos problemas relativos à pauperização da vida, à violência e aos ataques contínuos aos seus movimentos organizados.

²⁰ Os municípios onde ocorreram acampamentos são: Ivinhema, Vila São Pedro/Dourados e Três Lagoas.

²¹ Destaca-se o Assentamento Tamarineiro I de Corumbá.

²² A concepção de *tekoha* não se limita apenas ao território, mas engloba uma definição nativa dos próprios indígenas na afirmação de seus direitos tradicionais. Os *tekoha* são identificados como o espaço físico e social no qual os povos indígenas vivenciam verdadeiramente o seu modo de ser. Nesse sentido, o termo refere-se não apenas ao território em si, mas também aos elementos que possibilitam a reprodução de seu sistema sociocultural (PEREIRA, 2016).

²³ A criação de aldeias indígenas no antigo sul de Mato Grosso, como parte da política governamental do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) entre 1915 e 1928, tinha como objetivo estratégico estabelecer “confinamentos geográficos”. Durante esse período, o SPI demarcou apenas 8 aldeias com a intenção de fixar os indígenas em locais específicos. Essa política subsidiou as frentes de colonização e exploração dos recursos naturais nessa região.

A crescente mobilização de acampamentos de retomadas no contexto brasileiro é identificada como resultado da persistência e intensificação de disputas e impasses históricos em relação aos direitos dos povos indígenas sobre seus territórios tradicionais²⁴. Esses espaços de resistência têm enfrentado condições adversas, especialmente devido a uma série de liminares de reintegração de posse e despejo emitidas pelo Poder Judiciário, além de casos de assassinatos e ataques diretos. Essas situações adquirem uma dimensão conflituosa em relação ao agronegócio dominante em Mato Grosso do Sul²⁵.

Nas últimas décadas, independentemente das diferentes regiões geoeconômicas do Brasil, as populações tradicionais têm ocupado o espaço político de enfrentamento ao latifúndio e, ao mesmo tempo, estão ressignificando o debate em torno da questão agrária (PORTO-GONÇALVES, 2013).

A região da América Latina se estabeleceu como a principal fronteira de expansão mineral do mundo, impulsionada pela lógica de grandes projetos de domínio territorial conduzidos por empresas transnacionais. Esses projetos visam à extração de minérios estratégicos para as indústrias de alta tecnologia. No entanto, os povos indígenas e camponeses representam um obstáculo direto ao avanço das forças dominantes do agronegócio, mineração, hidronegócio e financeirização ambiental, as quais sustentam a lógica predatória neoextrativista (GONÇALVES, 2016).

Embora as populações indígenas e camponesas estejam envolvidas em lutas distintas, principalmente devido a suas características diversas e demandas específicas em relação à terra e ao território, eles estão unidos dialeticamente. Na sociedade contemporânea, esses grupos sociais constituem as principais frentes de resistência (MARTINS, 1993).

As estratégias de luta se intensificaram com a pressão social exercida sobre o Estado, resultando em repercussões na política agrária e na possibilidade de transformação da territorialidade dominada pelo latifúndio em assentamentos rurais. As organizações dos trabalhadores rurais presentes nos estados brasileiros são compostas por uma diversidade histórica e identitária relacionada ao campo. Apesar das diferentes

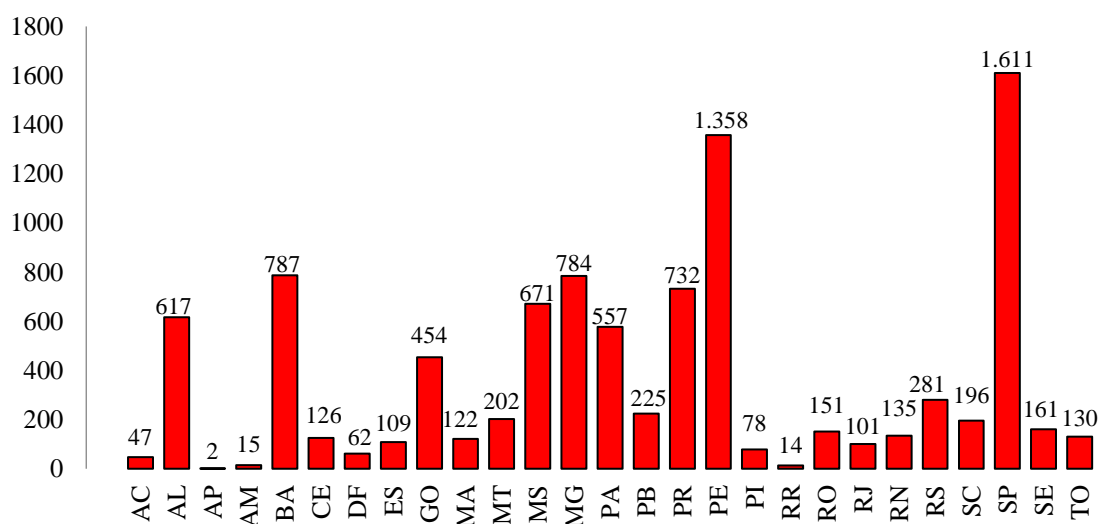
²⁴ Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), existem 16 áreas em processo de estudo para identificação e demarcação dos territórios tradicionalmente ocupados no estado de Mato Grosso do Sul. Entre elas estão as etnias: Guarani, Kaiowá, Kinikinau e os Terenas.

²⁵ Os acampamentos indígenas não são objeto de estudo desta dissertação. No entanto, se fez necessário destacar também a existência de outras formas de lutas que abrange o estado de Mato Grosso do Sul. Para o aprofundamento das reivindicações e resistências Kaiowá e Guarani pela demarcação dos territórios tradicionais, ver Cavalcante (2013); Crespe (2015); Mota (2015) e Morais (2016).

formas de identificação, são sujeitos engajados na luta contra a expulsão causada pelo modo de produção capitalista.

Desde meados da década de 1980, as ocupações tiveram um grau de generalização como estratégia de luta pela terra em todas as regiões do país. A região Norte atingiu 936 ocupações (9,60%), com a participação de 120.101 famílias (8,95%), sendo o percentual mais baixo das ocupações e número de famílias participantes nas mobilizações. Na região Nordeste, ocorreram 3.609 ocupações (37,02%), com a participação de 476.944 famílias (35,53%), obtendo o percentual mais alto de participações no contexto nacional. Em relação à região Centro-Oeste, ocorreram 1.339 ocupações (14,25%), com a participação de 224.004 famílias (16,69%). No Sudeste, ocorreram 2.605 ocupações (26,72%), com 320.936 famílias envolvidas (23,91%). Já na região Sul, ocorreram 1.209 ocupações (12,40%), com 200.445 famílias (14,93%). No total, entre os anos de 1984 a 2017, foram registradas 9.748 ocupações, com a participação direta de 1.342.430 famílias.

Gráfico 5: Ocupações realizadas por estados no Brasil (1984-2017)



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018). DATALUTA – 2017.

As ocupações realizadas em todas as unidades federativas comprovam evidentemente a disseminação da luta pela terra. Destaca-se que essas ações foram impulsionadas desde o lançamento do I PNRA no ano de 1985. O PNRA previa a aplicação rápida do Estatuto da Terra, com uma projeção de assentar 1,4 milhões de famílias (GRAZIANO NETO, 2002).

A proposta ficou apenas no papel, não obtendo sucesso. Como consequência, o governo de José Sarney (1985-1990) evidenciou seu fracasso em cumprir as metas estabelecidas. As ocupações, por sua vez, representaram uma ação coletiva que subverteu o pacto político firmado entre os setores dominantes da burguesia, os partidos políticos e os latifundiários durante a transição para o regime político da Nova República. Nesse contexto, os trabalhadores foram deixados à margem (MARTINS, 1986).

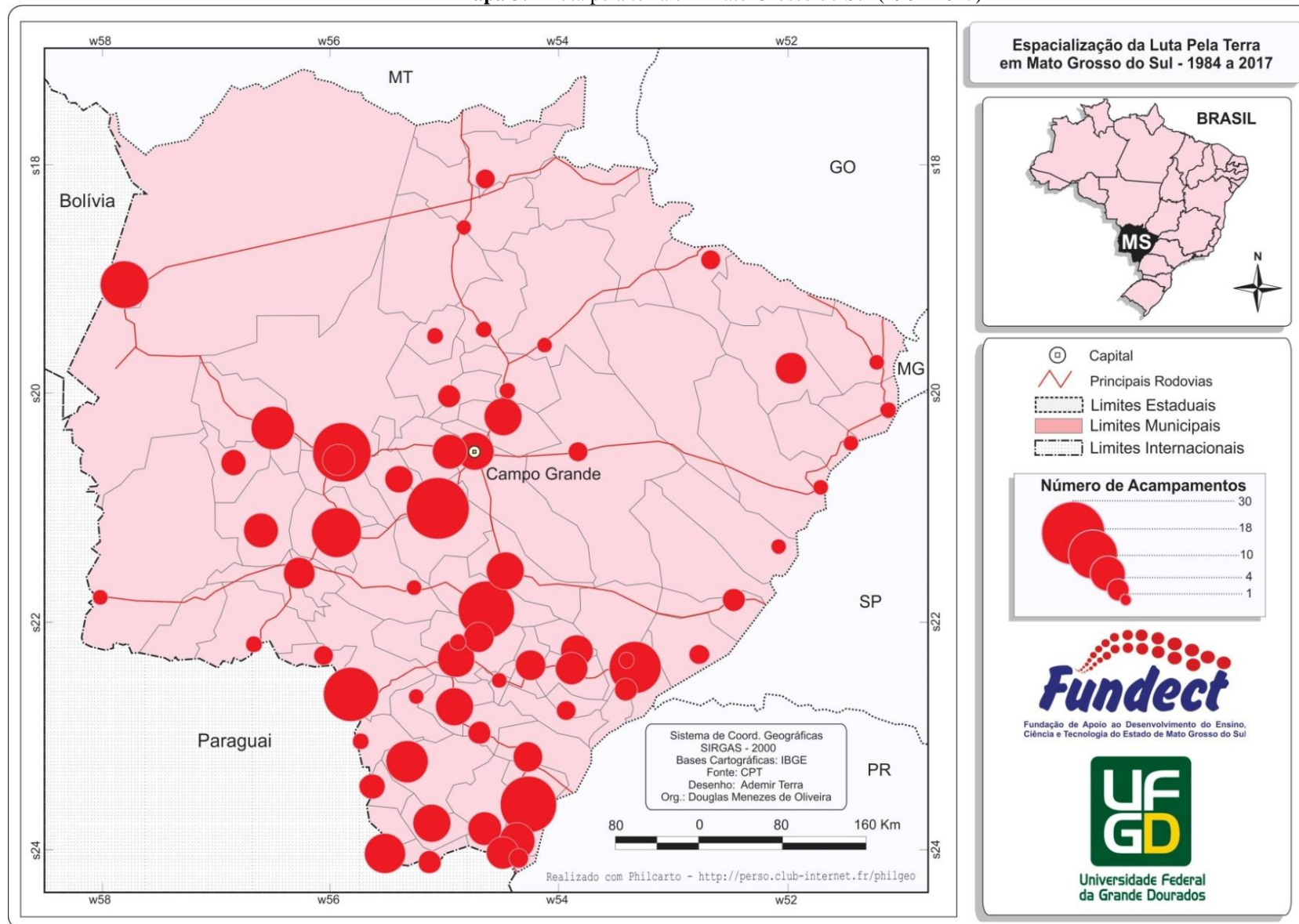
Na última década do século XX, foi observado um número significativo de ocupações de terras e demandas por reforma agrária no Brasil. O impacto dessas ações levou à promulgação de uma medida provisória pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) em 2001. Essa medida foi uma resposta agressiva do Estado e resultou na criminalização dos movimentos sociais. Apesar dessa criminalização e do aumento da violência no campo, as ocupações e a formação de acampamentos continuaram ocorrendo, mas em ritmo gradual.

As ocupações tiveram um aumento expressivo com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à presidência da República, no ano de 2003, com destaque pela ausência de aplicabilidade da medida de criminalização do governo anterior. Durante o mandato presidencial, foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária, em novembro de 2003, estabelecendo diretrizes e reafirmando os compromissos com as novas metas propostas da política de reforma agrária.

O segundo PNRA ficou distante dos objetivos propostos inicialmente, pois não houve efetivamente o cumprimento das metas previstas durante a vigência do governo. Em vista disso, as ocupações de terras continuaram promovendo fissuras no consenso político do Estado, visto que os trabalhadores vieram a público apresentar os seus interesses e denunciar o impasse da reforma agrária, que vigora desde os tempos do regime militar.

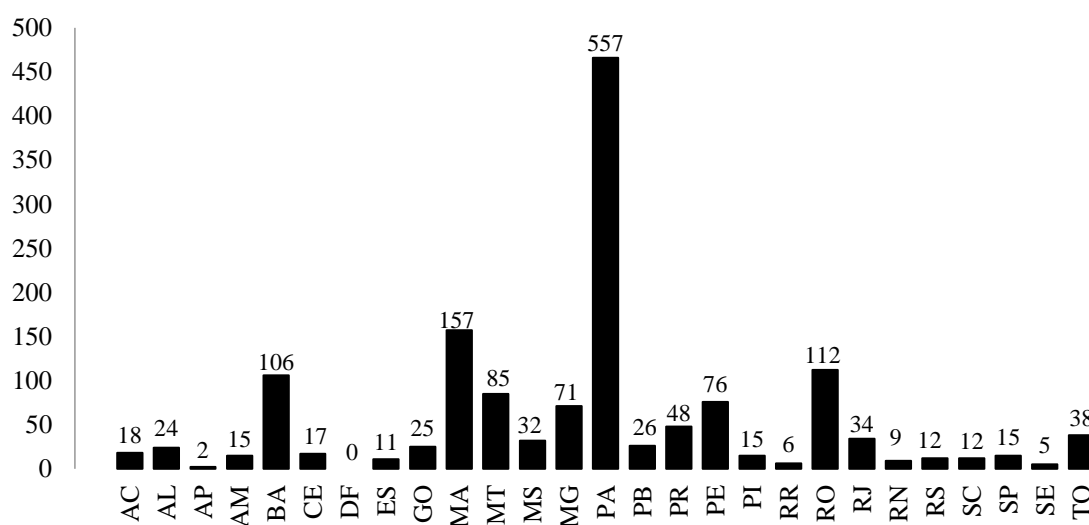
No mapa 3 a seguir, apresenta-se um mapa cartográfico da espacialização das ocupações de terras, com destaque para a região sul de Mato Grosso do Sul. Essas ocupações resultam de um processo de luta pela reforma agrária e demarcação dos territórios indígenas.

Mapa 3: A luta pela terra em Mato Grosso do Sul (1984-2017)



Os dados apresentam a espacialização da luta pela terra, bem como os conflitos sociais que historicamente se concentraram nesta região específica do estado, com o envolvimento direto de camponeses e povos indígenas²⁶. No gráfico 6, foi identificado, entre os anos de 1985 a 2017, o total de 1.438 casos de conflitos sociais no campo, envolvendo diretamente 1.904 vítimas de assassinatos no Brasil:

Gráfico 6: Conflitos no campo brasileiro (1985-2017)



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018). Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT.

A luta pela terra tem gestado um cenário conflituoso no campo. Os camponeses e as populações indígenas têm tido seus direitos violados, configurando impactos profundos em suas organizações. A cada etapa histórica, esses sujeitos têm arquitetado diversas formas de resistência contra a violência institucionalizada, sobretudo para manter a sua sobrevivência e a reprodução social em face dos problemas que afligem o mundo rural.

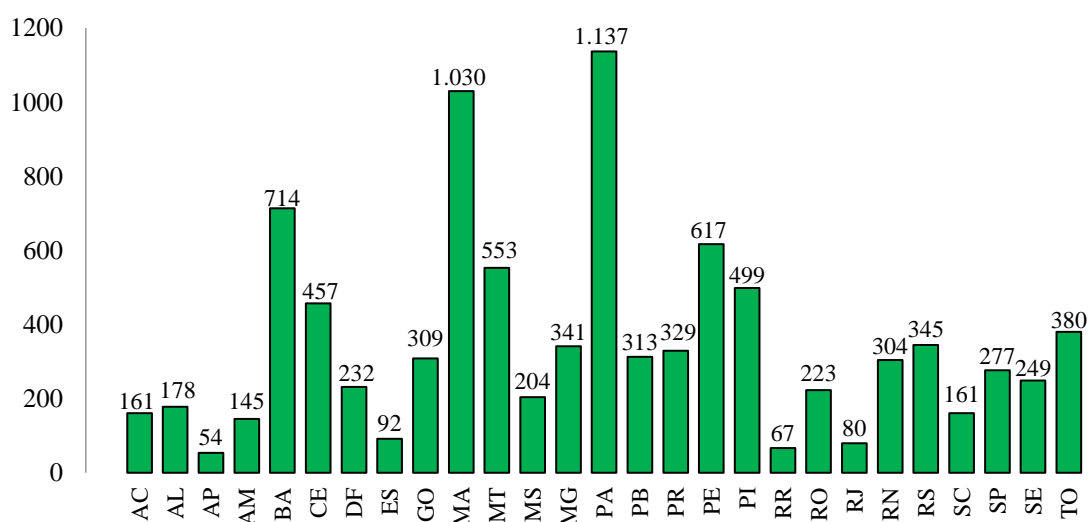
O governo desempenha um papel fundamental no atendimento das demandas sociais. No entanto, em vez de promover a democratização do acesso à terra, ele tem atuado no sentido de conter os conflitos sociais decorrentes das pressões exercidas. Os assentamentos rurais são conquistados por meio de diversas mobilizações sociais, movidas pela afirmação do direito à terra e ao trabalho. Por esse motivo, as disputas e os

²⁶ Segundo os dados da CPT, nas últimas duas décadas, houve mais ocupações relacionadas à demarcação das terras indígenas do que ocupações de latifúndios por parte dos trabalhadores sem-terra no estado de Mato Grosso do Sul.

conflitos sociais conferem um significado simbólico às transformações do território conquistado (SAUER, 2010).

Os resultados das lutas, manifestações e ocupações de terras, juntamente com a organização dos acampamentos, culminaram na conquista de novos assentamentos rurais. Conforme os dados apresentados no gráfico 7, no período de 1984 a 2017, foram conquistados no Brasil um total de 9.451 projetos de assentamentos. Esses projetos estão distribuídos por todos os estados²⁷ do país e abrangem 971.767 famílias assentadas, em uma área total de aproximadamente 88.399.044,8115 ha.

Gráfico 7: Assentamentos criados por estados no Brasil (1984-2017)



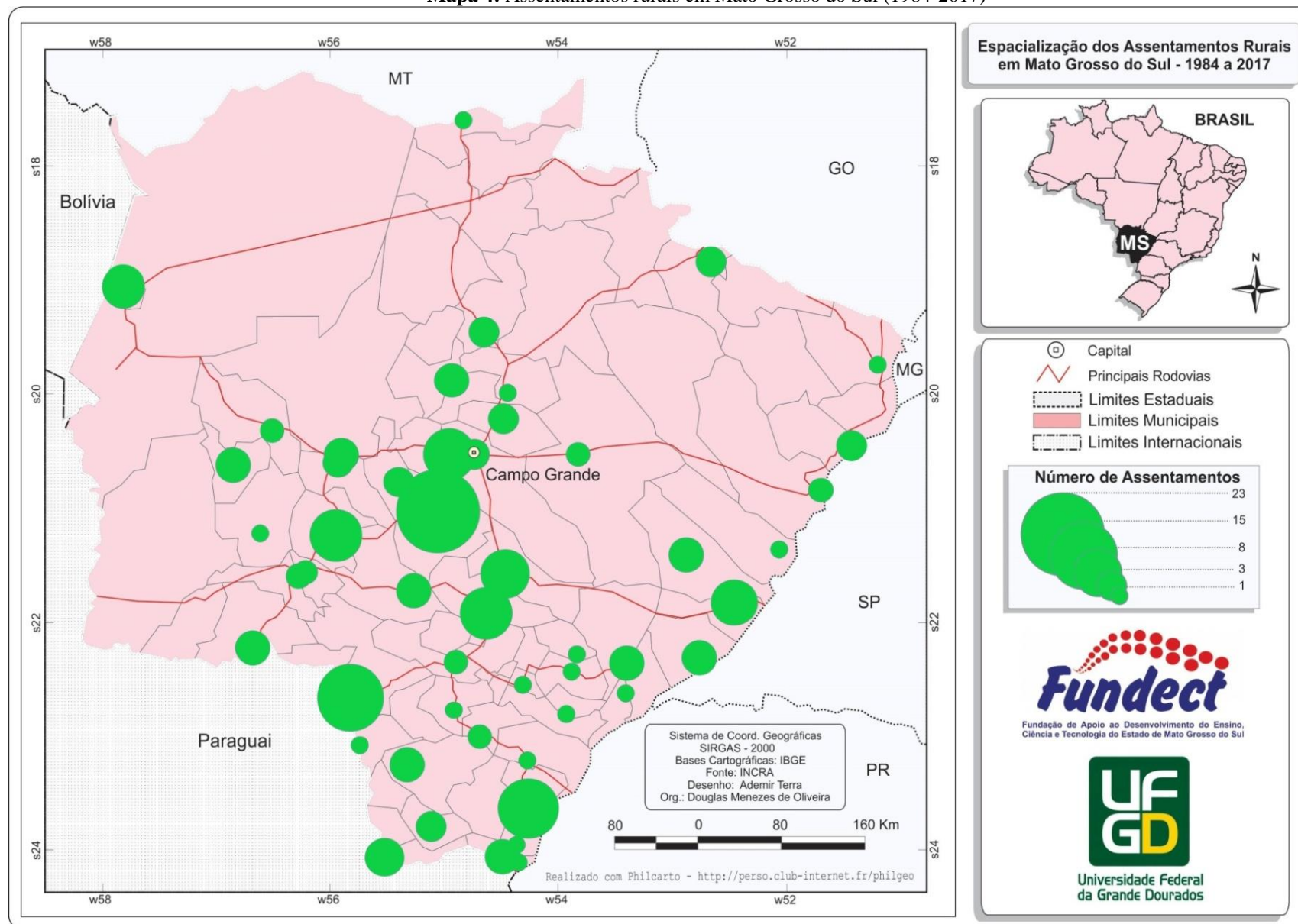
Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018). In cra – Assentamentos da Reforma Agrária.

A criação de assentamentos rurais está diretamente associada às ocupações como estratégia de luta e resistência. No estado de Mato Grosso do Sul, foram conquistados 204 projetos de assentamentos²⁸, beneficiando um total de 27.872 famílias e abrangendo uma área de 716.121,19 ha. No mapa 4, é possível visualizar a distribuição do campesinato nas diversas regiões do território conquistado:

²⁷ O Distrito Federal compreende em seu entorno a parte dos estados de Goiás e Minas Gerais, referente aos dados da Superintendência Regional (SR-28). Os números de projetos de assentamentos do estado do Pará compreendem a soma das Superintendências Regionais (SR-01 Pará/Belém; SR-27 sul do Pará; SR-30 Pará/Santarém). O mesmo ocorre com o estado de Pernambuco, que corresponde à soma dos números da SR-03 Recife/PE e SR-29 Petrolina/PE.

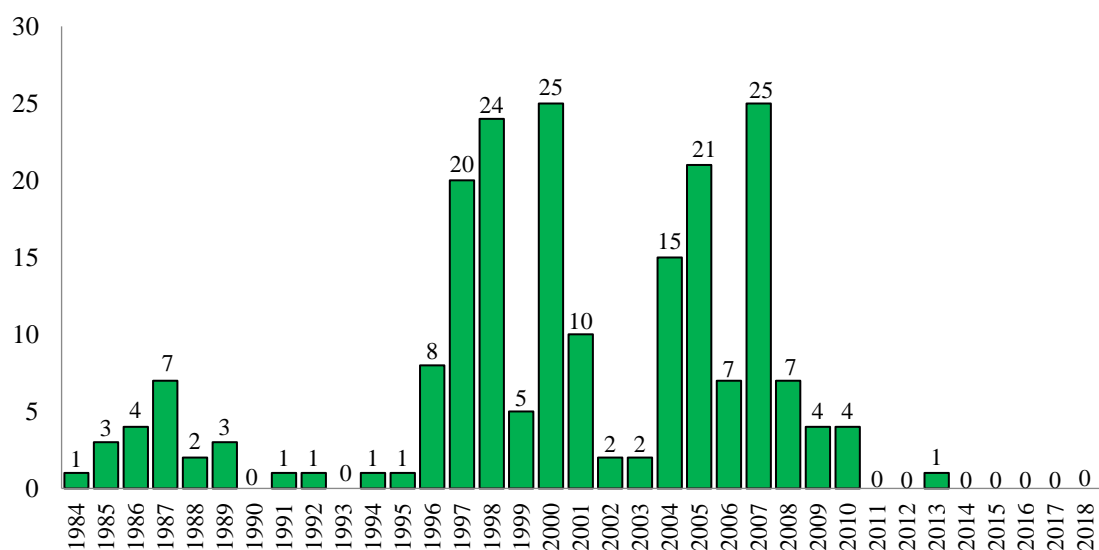
²⁸ Na catalogação dos projetos de assentamentos, ocorreram as seguintes situações: o PA Itamarati I (2000) e PA Itamarati II (2004) de Ponta Porã estão registrados como 9 projetos. Na verdade, são apenas 2 projetos divididos em movimentos sociais e sindicais (MST, CUT, Fetagri e FAF) e ex-funcionários da antiga fazenda. O mesmo caso ocorreu no PA Indaiá (2007) do município de Aquidauana, composto pela CUT, FAF, Fetagri e MST. Destaca-se que o modelo de divisão de um projeto de assentamento não é o mesmo que a quantidade criada.

Mapa 4: Assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul (1984-2017)



Apesar das conquistas significativas alcançadas na luta pela reforma agrária, é importante destacar a ausência de novos assentamentos rurais nos últimos anos. No gráfico 8, os dados evidenciam que não houve desapropriação de imóveis rurais desde o ano de 2010, pois o último assentamento criado foi no município de Sidrolândia²⁹. Contudo, o imóvel rural desapropriado resulta de uma obtenção feita pelo Incra em abril de 2010, no final do governo Lula, concretizado somente em 2013.

Gráfico 8: Assentamentos criados em Mato Grosso do Sul (1984-2018)



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018). Incra – Superintendência Regional (SR-16/MS).

As ausências de novas desapropriações mantêm estáveis as fileiras de acampamentos por diferentes regiões do estado. A questão latente nos dados dos assentamentos criados é que, a cada nova ascensão presidencial ou mandato consecutivo, a criação de projetos de assentamentos obtém um grau de elevação, mas, em seguida, ocorre um declínio no final de mandato.

Os dados indicam que, em geral, quando um novo presidente é eleito, já existem processos de desapropriação em andamento. Quando o novo presidente assume o cargo, ele finaliza a desapropriação ou a compra do imóvel rural para iniciar a efetivação do projeto de assentamento. Ao quantificar o novo assentamento criado, é concretizado como se tivesse sido realizado durante o seu mandato.

A disseminação da luta pela terra representa a manifestação de diversas demandas da sociedade, que buscam expandir o sistema econômico e o espaço destinado

²⁹ Portaria nº 52. Decreto de 29 de abril de 2010.

à agricultura de base familiar. Essa luta contínua visa promover um modelo de produção alternativo ao sistema capitalista, voltado para a subsistência dos camponeses.

A posse da terra é mantida pelo Estado em um pequeno número de proprietários, o que resulta na marginalização socioeconômica de um grande contingente de famílias sem-terra. A reforma agrária implementada até o momento não atingiu efetivamente as raízes da desigualdade social.

Esses fatores contribuem para a ampliação da vulnerabilidade social dos trabalhadores que atualmente residem em acampamentos localizados às margens das rodovias. As condições históricas da questão agrária têm apresentado inúmeras barreiras à organização sindical no contexto político atual, caracterizado pela diminuição do ímpeto em relação à reforma agrária, conforme será discutido a seguir.

2.3 A ATUAÇÃO DO SINDICALISMO RURAL

Neste tópico, realiza-se um mapeamento dos avanços e, conseqüentemente, dos limites da atuação do sindicalismo rural na reforma agrária em Mato Grosso do Sul. Ao analisar apenas essas organizações sindicais sob a perspectiva da estrutura burocrática de representação dos trabalhadores rurais, é bastante provável que a própria existência dos sindicatos e o seu papel de mediador seja questionado, devido à sua fragilidade diante das investidas do capital.

O sindicalismo rural tem historicamente desempenhado um papel crucial ao conferir legitimidade jurídica aos trabalhadores rurais, por meio de conquistas e ampliação de direitos trabalhistas. A atuação sindical se estabeleceu como um canal institucional importante, permitindo uma maior aproximação e diálogo dos trabalhadores com os governos.

No caso da luta pela terra, as experiências realizadas nas últimas décadas resultaram no protagonismo histórico do campesinato. É importante reconhecer que a mediação desempenhou um papel fundamental na organização política. Os movimentos sociais e sindicais estiveram presentes nas ocupações de terras e acampamentos organizados em diferentes estados no processo de redemocratização.

Em meados da década de 1980, a classe de proprietários de terras já havia estabelecido uma estrutura amplamente dominante para representar seus interesses econômicos no âmbito do Estado, em várias esferas do poder legislativo, tanto estadual

quanto federal. Segundo Germer (2002), o empresariado rural, nessa ocasião, procurou fortalecer sua estrutura política e ideológica por meio de duas principais organizações atuantes, com destaque para a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) e a União Democrática Ruralista (UDR).

A FAAB desempenhou um papel de unificação ao integrar outras entidades empresariais existentes e ao atuar junto ao Congresso Nacional na construção de um projeto econômico e hegemônico dos grandes proprietários de terras. Nesse sentido, a UDR promoveu a legitimação do discurso conservador e reacionário, difundindo a visão tradicional dos proprietários rurais sobre modernização e alinhando-se aos princípios da concepção neoliberal no contexto global. Assim, contribuiu para renovar as bases de sustentação da perspectiva conservadora e dominante na agricultura brasileira (GERMER, 2002).

Neste período, com o fortalecimento das forças políticas no âmbito do Estado, as classes dominantes ingressaram na Nova República com ampla participação em diferentes setores econômicos e decisivos da política nacional. Além de integrarem a composição produtiva agroindustrial, estão alinhadas aos circuitos industriais, financeiros e econômicos mais importantes do país.

Os proprietários de terras assumiram o papel de atores econômicos centrais na estrutura capitalista, uma vez que possuem o monopólio da terra e também desfrutam de representação política no âmbito estatal. Esses mesmos agentes utilizam-se das ações do Estado para assegurar seus interesses econômicos e perpetuarem-se no poder, inclusive recorrendo ao uso da força diante de qualquer avanço ou ação dos movimentos de trabalhadores em um contexto de luta de classes polarizada.

O regime democrático burguês da Nova República não prioriza em sua agenda política medidas direcionadas à resolução e combate à desigualdade social no meio rural, nem à promoção da autonomia nas relações de trabalho, que seriam essenciais para garantir condições dignas e fomentar uma reforma agrária e a democratização do acesso à terra.

O Estado e as classes dominantes (capitalistas e proprietários de terras) abriram mão de qualquer projeto de transformação e desenvolvimento nacional. Ao contrário disso, garantiram a persistência e manutenção do modelo agroexportador, viabilizado pela concentração desigual das terras, além de promover a fusão com as indústrias que

caracterizaram a “estrangeirização” de grande parte do território nacional³⁰.

A abertura para o investimento e a entrada de capital estrangeiro no campo brasileiro desencadearam a mobilização de movimentos sociais e sindicais que buscavam promover uma transformação do meio rural, com o objetivo de garantir a reprodução social do campesinato. Nesse contexto, destaca-se a atuação da CUT, que representa o sindicalismo “autêntico” em oposição aos sindicatos pelegos, e o MST, que se tornou um dos maiores movimentos camponeses da América Latina (GERMER, 2002).

Os movimentos sociais e sindicais convergiram para a construção de uma pauta política emergencial em defesa amplamente de uma reforma agrária. Em decorrência disso, houve, concomitantemente, o fortalecimento da mediação da luta pela terra. A oposição ruralista foi constituída com o propósito de promover a desarticulação dos camponeses, sobretudo investindo em ataques violentos e deslegitimando as organizações do campo (GERMER, 2002).

No contexto de Mato Grosso do Sul, a conquista da terra por meio da formação de assentamentos rurais foi resultado dos processos organizativos e da atuação das agências de mediação, com destaque para o método de ação proposto pelo MST³¹. Este movimento se difere das organizações sindicais por possuir formas e características de embate que dinamizam a luta pela terra.

O sindicalismo rural tem sua base social constituída por uma diversidade de grupos, incluindo pequenos agricultores, autônomos de diversos setores e trabalhadores rurais assalariados. Para analisar as bases sociais da organização sindical no estado, serão examinadas especificamente cada uma das entidades envolvidas.

A Fetagri é uma entidade sindical de segundo grau, filiada nacionalmente a Contag³², sendo a agência de mediação que possui influência e notoriedade entre os acampamentos organizados, justamente por agregar uma quantidade favorável de STTR e assentamentos rurais conquistados. Desde a sua criação oficial e reconhecimento pelo Ministério do Trabalho em 1979, a Fetagri tem atuado em diversas regiões do estado de Mato Grosso do Sul, por meio dos sindicatos municipais. Esta condição proporciona a

³⁰ Ver DATALUTA, 2017.

³¹ Destaca-se que existem outras agências de mediação no estado de Mato Grosso do Sul, assim como o Movimento Popular de Luta (MPL), Ligas Camponesas e Urbanas do Brasil, Federação da Agricultura Familiar (FAF), Movimento da Agricultura Familiar (MAF), Movimento dos Sem Terra do Brasil (MSTB), dentre outros.

³² Atualmente a Contag possui 27 Federações e mais 4.000 sindicatos filiados.

ampliação de sua força entre os trabalhadores sindicalizados e a inserção nas organizações de luta pela terra.

A Federação é responsável por mobilizar as famílias que não possuem terra a se organizarem em acampamentos e também por vistoriar latifúndios improdutivos, visando promover a desapropriação junto ao Incra e destinar essas terras à reforma agrária. Além disso, segundo Falchi:

Como um movimento sindical, a Federação está voltada ao trabalho com famílias de trabalhadores rurais. Os sindicatos cumprem também outros trabalhos sociais que não só a mediação da luta pela terra, como por exemplo, a negociação de piso salarial, a exigência de direitos trabalhistas, a qualificação profissional, a orientação na busca por benefício previdenciário, a homologação de serviço, o cálculo de rescisão de contrato de trabalho, entre outros serviços (FALCHI, 2007, p.75-76).

No final da década de 1990, atuante em diferentes campos políticos, a Federação já havia se consolidado como uma das principais entidades de organização de ocupações e acampamentos no âmbito estadual. Durante este período, devido à estruturação da CUT, o setor rural passou a disputar espaço na mediação dos trabalhadores rurais. Após perderem as eleições para a direção da Fetagri, os sindicalistas decidiram fundar uma entidade em oposição, ao que se convencionou classificar a Federação como “sindicalismo pelego”. A formação do “sindicalismo autêntico” da CUT está relacionada aos processos de disputa na representação política dos trabalhadores rurais com a Fetagri. A atuação em defesa da reforma agrária, com o apoio e acompanhamento da CPT, se deu no alcance da filiação de sindicatos, que se tornou uma das principais estratégias de organização política (ALMEIDA, 2003).

No âmbito nacional, os conflitos ideológicos no interior do sindicalismo rural tiveram início com a atuação da Contag e o surgimento da CUT. Uma das principais características que demarcava a divergência da nova base sindical em relação à Confederação era a afirmação da ausência de “autenticidade”, ou seja, o sindicalismo vigente não possuía uma postura comprometida inteiramente com os interesses da classe trabalhadora (ALMEIDA, 2003).

Nas décadas posteriores, a CUT havia se tornado um dos principais sindicatos com programas políticos de fortalecimento da luta pela terra no Brasil. A própria filiação da Contag à CUT, no ano de 1995, significava uma possível alternativa ao sindicalismo

rural, além de conquistar espaço político e filiar grande parte das federações e sindicatos existentes. Mas, a unificação do sindicalismo rural durou pouco tempo.

Em encontros posteriores, como no 10º Congresso Nacional da Contag em 2009, foram tomadas novas decisões que levaram diretamente à votação dos delegados para a desfiliação da CUT. Esse processo resultou em uma nova divisão na estrutura de representação sindical em âmbito nacional. No âmbito estadual, a CUT e a Fetagri se estabeleceram como entidades sindicais de oposição no campo político. Esse embate é caracterizado pela disputa pela filiação do maior número de sindicatos municipais.

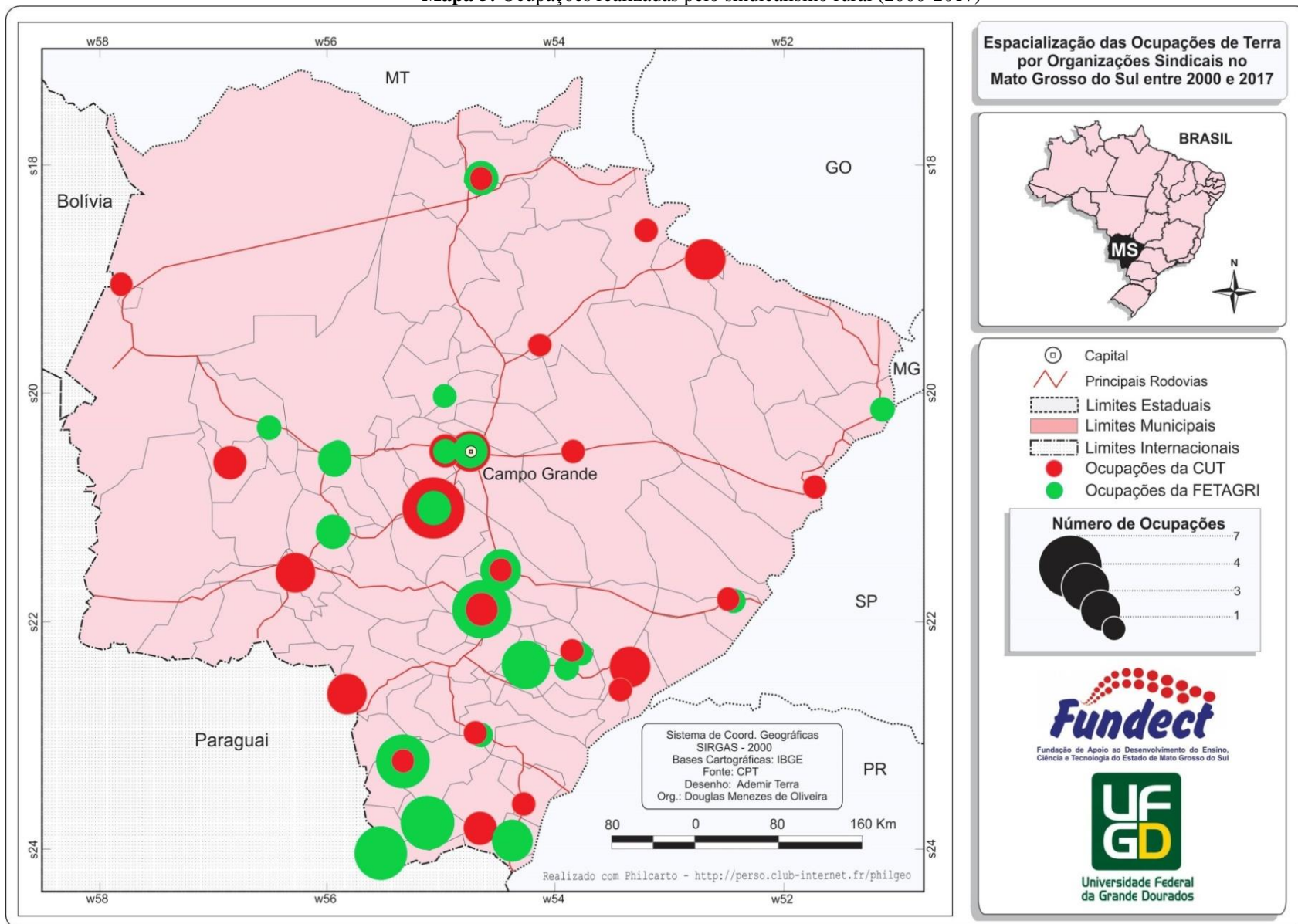
A CUT representa diversas categorias profissionais no estado de Mato Grosso do Sul, incluindo professores municipais e federais, psicólogos, servidores públicos, agentes de segurança, bancários, agricultores familiares, trabalhadores dos setores industriais e agropecuários, transportes e telecomunicações. Em termos quantitativos, a Fetagri é o movimento sindical que obteve mais conquistas de assentamentos rurais, devido à sua capacidade de agregar o maior número de sindicatos filiados.

Todavia, não houve apenas disputas e oposições no âmbito do sindicalismo rural, pois, durante os processos de mediação, ocorreram certas ocasiões de alianças na atuação conjunta com outros movimentos sociais, unificando pautas e dividindo coordenação de ocupações de terras e a organização de acampamentos (FALCHI, 2007).

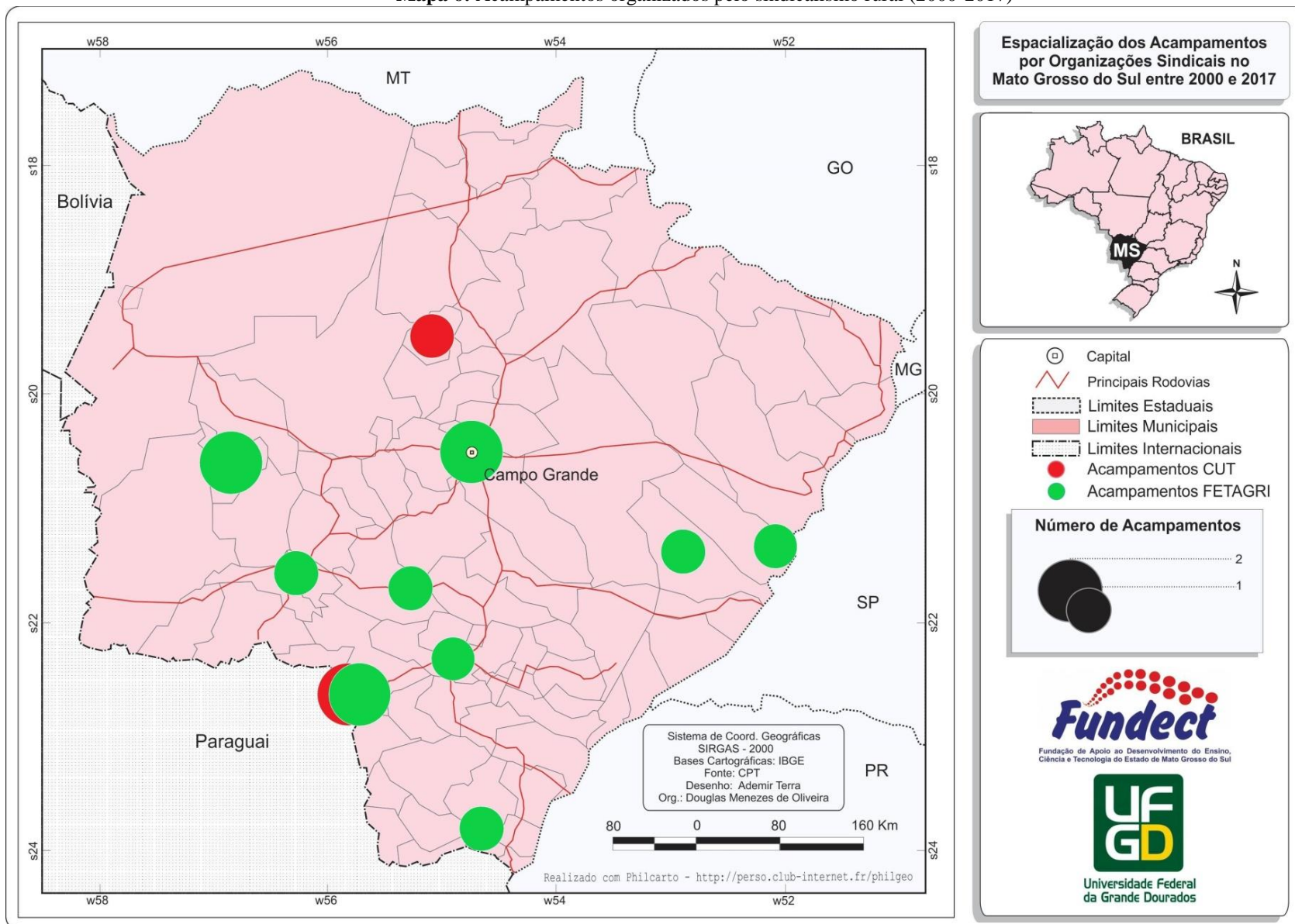
Nos últimos anos, os movimentos sindicais têm enfrentado dificuldades em suas respectivas organizações nos acampamentos sem-terra. O declínio da luta pela reforma agrária abarcou também os outros movimentos sociais do campo que atuam em Mato Grosso do Sul.

No mapa 5, é possível evidenciar a espacialização do sindicalismo rural na luta pela terra, demonstrando que houve uma expressão significativa de ocupações de terras em diversas regiões do estado. No mapa 6, entretanto, constata-se que houve uma redução de novos acampamentos.

Mapa 5: Ocupações realizadas pelo sindicalismo rural (2000-2017)



Mapa 6: Acampamentos organizados pelo sindicalismo rural (2000-2017)



A partir dos anos 2000, a CUT assumiu um papel proeminente na luta pela reforma agrária. No entanto, em relação aos acampamentos e ocupações de terras, houve uma redução significativa e estagnação daqueles que já haviam sido estabelecidos às margens das rodovias. Essa diminuição também afetou a Fetagri de maneira semelhante. A interpretação desse recuo de ações mais ofensivas na luta pela reforma agrária, que incluiu até mesmo o MST, que anteriormente adotava uma postura autônoma em relação ao Estado, está fundamentada na relação simétrica estabelecida com os governos petistas a partir de 2003.

Antes deste período, as ocupações de terras e os acampamentos tiveram um grau elevado e uma intensificação, independentemente dos seus mediadores. As eleições dos governos petistas em âmbito estadual e federal gestaram um alinhamento ideológico, tornando a organização dos trabalhadores menos ofensiva. Esse quadro político ganhou novos contornos a partir do ano de 2010, ao constatar uma redução significativa de ocupações de terras e a ausência de criação de novos assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul.

A conjuntura desses governos é frequentemente descrita como uma etapa de superação do modelo político neoliberal, consolidando-se como governos “pós-neoliberais”. Na concepção neoliberal, a função do Estado em relação à reforma agrária é vista como uma política compensatória, que busca lidar com a concentração de riqueza e a subordinação dos camponeses ao capital. Por outro lado, a concepção “pós-neoliberal” envolve uma postura que busca não apenas a distribuição de terras, mas também o fomento à geração de emprego e renda por meio de políticas públicas. Essas políticas têm como objetivo integrar a agricultura familiar ao mercado financeiro, buscando uma inserção mais ampla e sustentável no plano material (SADER, 2013).

Apesar da atribuição aos governos petistas do rótulo de “pós-neoliberais”, os dados apresentados revelam um fato contrário às medidas políticas e econômicas adotadas. Estes governos assumiram uma postura de adoção política e programas de crescimento econômico, tendo em vista o aumento do gasto público, combinado com os fatores da redistribuição de renda, caracterizados como um modelo “neodesenvolvimentista”, que os distinguem dos governos neoliberais anteriores (ALVES, 2015).

No período mencionado, houve uma tendência de conformação por parte dos movimentos sociais e sindicais do campo, relacionando as políticas favoráveis à classe trabalhadora com medidas como o aumento do salário mínimo, a redução da taxa de

desemprego, a implementação de programas de combate à fome, a disponibilização de linhas de crédito para produção de alimentos e subsídios à agricultura familiar nos assentamentos rurais. Esses elementos apontam para uma possível descentralização da luta pela reforma agrária como pauta central (NARDOQUE, 2017).

Os governos petistas, no entanto, mantiveram a morfologia sociopolítica do Estado neoliberal. Por buscar manter-se no poder, esses governos não enfrentaram o capital para além da ordem social burguesa e não mediram esforços para confrontar o bloco hegemônico do agronegócio. Assim, concentraram-se no combate à miséria e à extrema pobreza dentro dos moldes do capitalismo, sem atingir diretamente o agente provedor dessas condições deficitárias e da miséria (ALVES, 2015).

A ruptura na hegemonia do Partido dos Trabalhadores ocorreu com o golpe político que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff durante seu segundo mandato presidencial em 2016, sendo apoiado pelo parlamento, sistema jurídico e pela mídia conservadora. A questão agrária sofreu impactos significativos com a ascensão de Michel Temer (MDB)³³ à presidência da República, resultando em consequências profundas para a reforma agrária. No entanto, a divergência entre o Estado e os interesses dos trabalhadores rurais já vinha ocorrendo há muito tempo.

O governo Dilma abandonou a política de reforma agrária e criação de assentamentos rurais no Mato Grosso do Sul desde seu primeiro mandato até a concretização do *impeachment*. No governo de Temer, foram propostas ações para regularizar a venda de lotes nos assentamentos rurais, o que colocou novamente a terra de trabalho como alvo do agronegócio e da especulação imobiliária, descaracterizando a reforma agrária.

O Estado adotou medidas políticas para anistiar a dívida bilionária dos proprietários de terras com a União. Essas ações revelaram sua opção de classe, subsidiando a manutenção do poder do agronegócio. Em relação às demandas sociais do campo, o Estado utilizou a força para reprimir duramente a oposição, incluindo a luta pela demarcação das terras indígenas.

A persistência dos acampamentos às margens das rodovias, sem um confronto social mais direto, revela a postura consensual da mediação sindical diante da estagnação da reforma agrária. Os acampamentos mediados pelo sindicalismo rural estão

³³ A partir de 2017, passou-se a utilizar a sigla MDB (Movimento Democrático Brasileiro) para se referir ao partido político que anteriormente era conhecido como PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

subordinados a uma hierarquia burocrática que transcende o controle coletivo e as decisões de liderança nesses espaços.

No próximo capítulo, será realizada uma análise da espacialização e organização desses acampamentos, examinando os limites e as possibilidades da mediação sindical, bem como a resistência dos trabalhadores rurais em suas experiências na luta pela terra.

CAPÍTULO III

ACAMPAMENTOS E MEDIAÇÃO SINDICAL

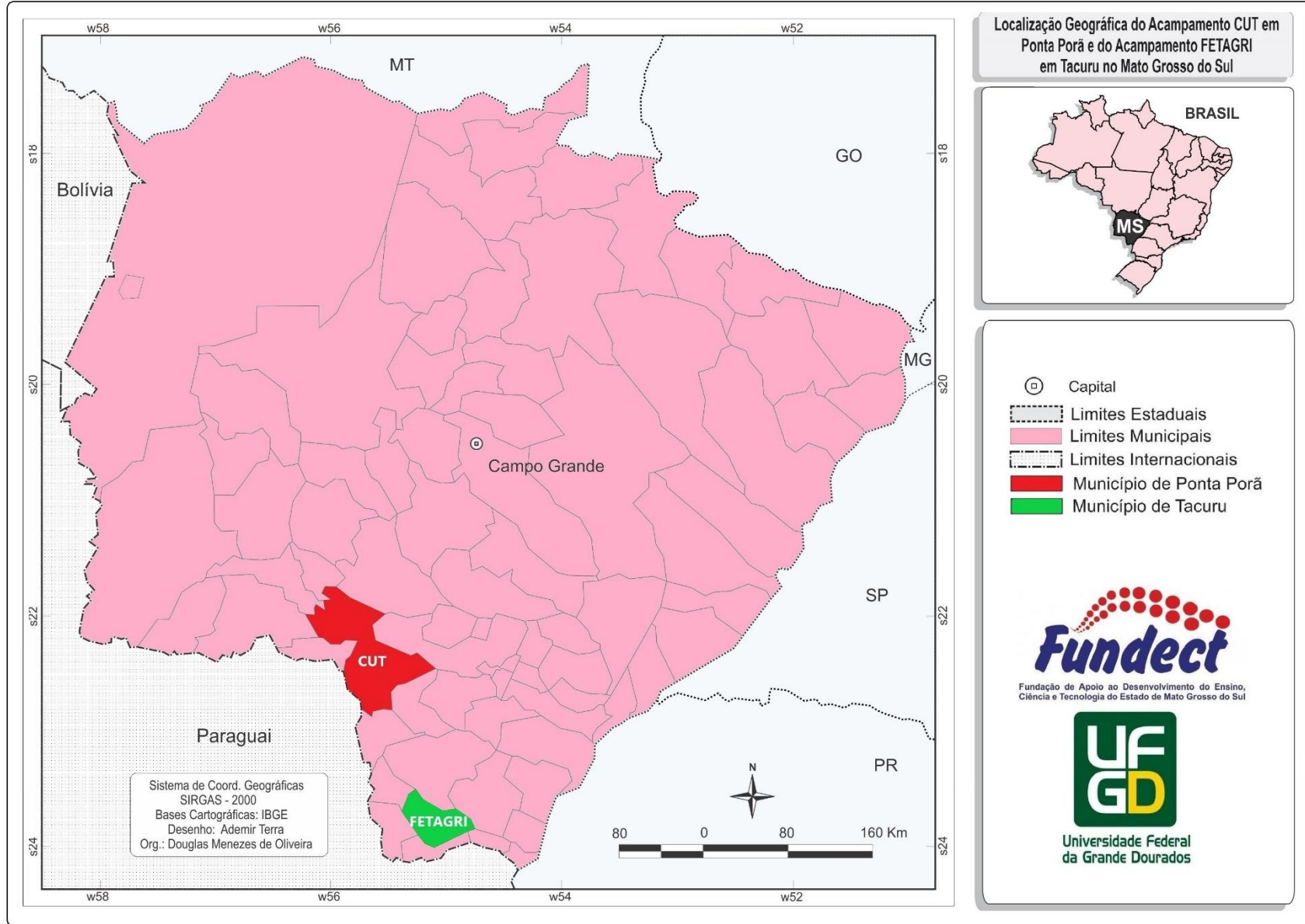
Neste capítulo, será realizada uma análise e descrição dos elementos fundamentais da organização de acampamentos de trabalhadores rurais mediados pelo movimento sindical. Esses acampamentos estão localizados na região meridional do estado de Mato Grosso do Sul, na faixa de fronteira com o Paraguai.

A luta pela terra desempenha um papel fundamental na transformação da realidade social, uma vez que envolve a busca por um local para viver, trabalhar e existir, o que requer uma mudança essencial nas relações materiais e simbólicas com o território, indo além da predominância da propriedade capitalista.

A pesquisa de campo desempenhou um papel crucial na observação e interpretação das relações presentes no contexto empírico da luta pela terra. Os acampamentos, por sua vez, representam um novo processo de transformação das relações sociais e da sociabilidade no campo. A imersão nesse contexto exige que o pesquisador se dedique a compreender as batalhas diárias, as expectativas, os sonhos, as decepções e as contradições que permeiam esse universo social.

Ao constatar as condições sociais e o tempo de permanência das famílias nos acampamentos, fica evidente a insuficiência do Estado, os dilemas da mediação sindical e as contradições do regime de desenvolvimento capitalista, que têm gerado impactos incalculáveis na vida dos trabalhadores.

Mapa 7: Localização das organizações sindicais em Mato Grosso do Sul



3.1 A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Algumas das particularidades da luta pela terra no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul foram traduzidas minuciosamente a partir de fontes secundárias e apresentadas em formatos quantitativos no capítulo anterior. Nesse sentido, somente uma sistematização e a exposição estatística dos resultados de ocupações, acampamentos e assentamentos rurais não seriam suficientes para decifrar os elementos fundamentais da dimensão socioespacial da organização presente nos acampamentos.

Os acampamentos não seguem o mesmo formato de ocupação do espaço. Os conteúdos presentes em cada singularidade transcendem os aspectos visíveis, sendo também o marcador das diferenças entre eles. As ocupações e os acampamentos são as principais formas de resistência adotadas pelo campesinato e, ao longo das últimas décadas, têm sido unificados e difundidos por todo o território nacional. Esse fenômeno social é compreendido por meio da espacialização como uma forma de pressão social e demanda ao Estado para a realização da reforma agrária (FERNANDES, 1994).

Os acampamentos decorrem da necessidade de sobrevivência e reprodução social da vida no campo. “O capitalismo abandonou na beira da estrada do progresso multidões de deserdados e sem destino, mergulhados em formas perversas de sobrevivência” (MARTINS, 2000, p.16).

A sua formação resulta diretamente de uma ocupação de um latifúndio improdutivo, irregular, grilado ou área pública da União. Dessa forma, podem estar relacionados à ocupação de um imóvel rural em que se pretende transformar num futuro assentamento, dentro ou fora da área reivindicada, ou, geralmente, como é o caso, aqueles que se encontram às margens das rodovias.

Estas organizações surgem a partir das condições objetivas e suas demandas materiais, tendo como centralidade a luta pela terra. Este processo ocorre de modo coletivo e interativo entre as famílias acampadas, associações, movimentos e entidades sindicais envolvidas.

Os trabalhadores rurais acampados promovem a espacialização e a territorialização de sua organização, constituindo-se em processo de reprodução e conquista de frações do território. Segundo Fernandes, “a espacialização é o movimento dos sujeitos, carregando suas experiências por diferentes lugares do território” (FERNANDES, 1994, p.177).

A espacialização é um processo constante de mobilidade geográfica e recomeço de novas trajetórias de vida no decorrer de sua formação, pois, quando resulta uma ocupação, são constituídos novos espaços de luta e resistência. Este espaço interativo representa um processo contínuo de aprendizados. O sentido da interação repousa nas diversas trocas de experiências, trajetórias e histórias, que demarcam a similaridade de suas condições materiais e a transição de expropriados para a condição de trabalhadores sem-terra (FERNANDES, 1999).

A socialização viabiliza a constituição de solidariedade para negociar e lutar por um objetivo em comum no ambiente de vivência coletiva. Os acampamentos proporcionam experiências de organização e gestão do espaço aos trabalhadores, implicando diretamente na convivência com pessoas de origens sociais diversas (TURATTI, 2005).

A sociabilidade política refere-se à manifestação concreta da ação coletiva, que busca publicamente reivindicar e estabelecer uma relação de forças com os blocos hegemônicos, como o capital, o latifúndio e o Estado. Nesse contexto, são evidenciados os interesses de classes, que estão centralizados na disputa pela terra.

Os acampamentos apresentam uma “sociabilidade instável” (MARTINS, 2000), mas a convivência e os enfrentamentos conjuntos com pessoas desconhecidas possibilitam uma ressocialização que amplia horizontes e promove interações. Apesar das dificuldades enfrentadas, os acampados encontram uma forma viável de reivindicar e manifestar publicamente seus interesses.

A decisão de acampar implica numa série de articulações que devem ser concretizadas para conseguir legitimar as suas demandas ao Estado. Desde o início, esses espaços passam por diferentes etapas de organização, atribuições e responsabilidades individuais e coletivas no fortalecimento da luta e resistência cotidiana. A organização dos barracos, a numeração de cada um deles e o registro na lista dos requerentes do PNRA são os primeiros passos para o funcionamento.

No caso analisado, o acampamento Carimbó de Tacuru, possui uma forma alinhada espacialmente nos dois lados da rodovia estadual MS-295, acompanhando o formato linear. Os barracos, montados sequencialmente lado a lado, são feitos de madeiras, numerados, possuindo também uma cobertura de lona reforçada e alguns restos de materiais de construção para sustentação.

No ano de 2007, referente ao começo da luta pela terra, o espaço estava praticamente desorganizado, pois não havia registro algum de existência e cadastro na

lista de requerentes de reforma agrária. Logo, os primeiros passos foram institucionalizar e regularizar o acampamento. Houve também uma contribuição coletiva das famílias para realizar o registro, além de cadastrá-los para o recebimento de cestas básicas que seriam disponibilizadas após a realização das inscrições. Antes deste registro, os acampados enfrentaram dificuldades pela ausência de qualquer auxílio e assistência até mesmo por parte dos seus mediadores.

Neste mesmo período, o acampamento Nova Esperança de Ponta Porã havia sido organizado às margens da rodovia federal BR-463. No ano de 2007, o acampamento era apenas um, mas, no decorrer de sua organização, ocorreram algumas divergências internas entre a liderança e dirigentes responsáveis pela mediação, ocasionando alguns grupos de oposição, que decidiram romper e estabelecer uma nova eleição para a liderança do acampamento.

Naquele momento, houve a construção de duas chapas opositoras, que seriam dois novos acampamentos, pois não havia um consenso entre as partes. Isso fez com que ocasionassem uma rachadura e uma divisão em dois acampamentos: Nova Esperança I e Nova Esperança II.

Apenas uma cerca de arame e as paredes dos fundos dos barracos de madeira auxiliaram na divisão entre os dois acampamentos. Apesar de serem coordenados pelo mesmo movimento sindical, os acampamentos passaram a se ver como opositores. Chegou-se inclusive a estabelecer, em uma reunião e por decisão coletiva, a proibição de transitar de um acampamento para o outro.

O acampamento Nova Esperança I não obteve uma organização sólida. Posteriormente, algumas famílias ficaram desiludidas com a nova liderança e acabaram desistindo da luta pela terra. Por isso, grande parte das famílias retornaram para a cidade e outras inevitavelmente migraram para novos acampamentos, inclusive se transferindo para a sua oposição (Nova Esperança II)³⁴. O acampamento Nova Esperança II possui uma ampla composição de famílias e um controle rígido do fluxo e da rotina diária dos trabalhadores.

³⁴ As informações contidas nesta parte do estudo foram analisadas a partir das perspectivas dos trabalhadores rurais sem-terra dos dois acampamentos. Na ocasião da pesquisa de campo, foi aproveitado para realizar uma visita ao acampamento Nova Esperança I da CUT, a fim de compreender a luta pela terra e os embates que resultaram na divisão da organização no início. Durante as visitas, foi constatado um número muito reduzido de acampados residentes, os quais relataram um alto índice de desistências e retorno ao espaço urbano.

Imagem 1: Acampamento da Fetagri



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018).

Imagem 2: Acampamento da CUT



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018).

As posições fixadas dos acampamentos entre as cercas de arames das propriedades rurais, áreas da União e a rodovia pavimentada de veículos transmitem, no primeiro olhar, a impressão de que esses espaços coletivos são amontoados de barracos lançados à própria sorte. Conforme salienta Fernandes, “os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação” (FERNANDES, 1999, p.282).

No acampamento da CUT, na grande maioria, os barracos foram montados semelhantes às residências, possuindo cercas de madeira e arames que delimitam o terreno entre as adjacências e diversos cômodos, por exemplo, quartos, banheiros, cozinhas, salas, escritórios, área de lazer, além de possuir uma estrutura de madeira com cobertura de telhas de fibrocimento e, na parte central, uma pastagem ampla. Na parte interior, são compostos por mangueiras e currais para a pequena criação.

Os acampados mantêm um pequeno comércio feito num barraco onde são vendidos produtos e utensílios³⁵. A área é relativamente maior se comparada ao acampamento da Fetagri, delimitada por duas propriedades rurais e a rodovia federal, possuindo apenas a parte do fundo de cada barraco destinada à criação de animais e mudas. Por conta dessa área, os trabalhadores do acampamento da CUT já produzem coletivamente.

A estrutura das residências da Fetagri se assemelha visualmente com os demais acampamentos de outros movimentos sociais. Já o acampamento da CUT possui uma peculiaridade distinta dos demais constatados, em razão do seu formato, que estão mais próximos de moradias permanentes do que simplesmente barracos improvisados como ocorrem geralmente.

³⁵ Constata-se a comercialização de roupas, pães caseiros, bebidas, leite, doces e produtos de limpeza produzidos pelos próprios moradores do acampamento, além de outras mercadorias revendidas.

Imagem 3: Residência no acampamento da CUT



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018).

Imagem 4: Área interna do acampamento da CUT



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018).

Os acampamentos não possuem rede de energia elétrica e água potável. Para suprir essas necessidades básicas, são utilizadas velas, lanternas e lamparinas. No caso do Carimbó, os acampados buscam água numa propriedade ao lado, devido à colaboração dos moradores com o acampamento. Os trabalhadores sem-terra contribuem no pagamento das despesas referente à conta de energia, uma vez que a bomba d'água é movida por eletricidade. Alguns acampados utilizam ainda um pequeno açude, que atravessa uma fazenda de criação de gado ao lado, para lavarem suas roupas e também contam com a ajuda de um posto de combustível, que fica localizado nas proximidades do acampamento, para buscar água e lavar as louças.

No caso do Nova Esperança II, de forma semelhante, a ausência de recursos hídricos e eletricidade é uma das principais debilidades. Em vista disso, os acampados furaram diversos poços para a obtenção de água nos barracos e na parte central, mas enfrentam dificuldades para mantê-los. Conforme relata a acampada, “a água está difícil por aqui. No começo do acampamento, era mais fácil furar um poço. Agora quando fura um poço, ele já seca. Antes precisava de poucos metros, agora tem que ser com muita profundidade” (Acampada da CUT, 2018).

Os acampamentos enfrentam inúmeros entraves decorrentes do tempo de vivência, tal fato se torna requisito incontornável para a conquista da terra, visto que os acampados compartilham entre eles uma crença comum de um futuro marcado por um horizonte de expectativas e possibilidades (LOERA, 2015).

Nestes espaços, as famílias possuem deveres e requisitos a serem cumpridos tanto pelas exigências da autarquia federal quanto pela regulação dos estatutos normativos internos que regem os acampamentos. Ambas as organizações possuem uma área reservada para realização das reuniões, com bandeiras de suas representações sindicais de mediação na parte central, uma mesa com assentos para as lideranças, secretários, tesoureiros e demais trabalhadores.

Imagem 5: Espaço de reuniões da Fetagri



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018).

Imagem 6: Espaço de reuniões da CUT



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018).

Turatti (2005), ao estudar os acampamentos organizados em diferentes municípios no estado de São Paulo, constatou uma divisão de setores que abrangem a saúde, higiene, alimentação, escolas, segurança, coordenação de grupos e responsáveis pelo trabalho de base, lideranças e representantes do movimento. Estes setores compõem a estrutura dos acampamentos do MST e desempenham uma função primordial no fortalecimento da luta pela terra³⁶.

Nos acampamentos do sindicalismo rural, não se observa uma divisão setorial dessa abrangência. O presidente do sindicato é responsável pela coordenação municipal, com legitimidade para escolher a liderança do acampamento da Fetagri, que ficará responsável pelas reuniões periódicas, além de contar com dois secretários que o auxiliam nessas ocasiões. O dirigente estadual da CUT concede autonomia para os próprios trabalhadores sem-terra escolherem, por meio de eleições, suas lideranças e o secretariado que lhes ajudarão nas atividades.

Apesar dessa diferença, ambos os acampamentos de organização sindical são muito semelhantes, pois possuem uma estrutura composta por um presidente, lideranças, tesoureiros, secretários e espaço destinado às atividades coletivas. Além disso, é obrigatória a participação nas reuniões periódicas como parte do funcionamento desses acampamentos.

Na composição dos dois acampamentos, é evidente a presença de elementos simbólicos, como as normas e os códigos de convivência estabelecidos, uma linguagem própria e uma dinâmica temporal distinta. Essa singularidade se manifesta também nas formas de instalação, organização e apropriação do espaço pelas famílias acampadas. Cada acampamento desenvolve suas próprias características e expressões da vida cotidiana, adaptando-se às necessidades e particularidades dos seus integrantes.

Este espaço reúne diferentes trajetórias de vida e identidades, que dão sentido aos processos interativos na recriação do campesinato enquanto uma unidade de classe diversa. Os acampados se apropriam, constroem e reconstroem suas identidades independentemente de suas atividades profissionais desenvolvidas no meio rural. Estes acampamentos são compostos por uma predominância de trabalhadores sem-terra, “brasiguaios” e também por povos indígenas³⁷.

³⁶ Este mesmo formato de organização do MST foi constatado nos contextos de acampamentos no estado de Mato Grosso do Sul, ver Almeida (2003).

³⁷ Durante a realização da pesquisa de campo, foi constatado um caso peculiar no acampamento Carimbó no município de Tacuru, onde abrigam indígenas e trabalhadores rurais na luta pela terra. Ambos têm se aliado por diferentes regiões do Brasil sob a mesma bandeira de luta contra o capital e o latifúndio. No

Diante das condições evidenciadas, ser acampado implica ser sem-terra, e o acampado que se encontra nessa condição tem como objetivo tornar-se um assentado por meio da reforma agrária. Portanto, são duas categorias que compõem uma nova identidade em formação (FERNANDES, 1999).

Além de representar uma condição social em que não possuem necessariamente a posse da terra, trata-se também da construção de uma unidade de classe que reivindica seus direitos. Assim, “a luta pela terra torna-se também uma luta por um lugar que contrasta com os processos constantes de mobilidade geográfica e identitária, dando novos significados ao local” (SAUER, 2010, p.22).

3.2 OS LIMITES DA MEDIAÇÃO

Neste tópico, busca-se analisar as alternativas e principalmente os limites do sindicalismo rural presente na mediação dos acampados. As formas organizativas dos acampamentos estudados aqui se distanciam das perspectivas elaboradas sobre os outros movimentos sociais, a exemplo do MST, referente a espacialização, as matrizes discursivas³⁸ e a formação política acerca da interpretação da realidade social.

Os acampamentos estudados são constituídos por lideranças mulheres. À frente da coordenação, elas enfrentam desafios para tomada de decisões importantes e os principais rumos da luta pela terra, assumindo um papel importante na articulação dos interesses dos acampados. Essa condição social e política nem sempre foi assim, visto que vem sofrendo transformações recentemente no Brasil.

Desde o final da década de 1980, esse quadro vem se alterando, em relação à participação de mulheres em posições de lideranças nas ocupações de terras, acampamentos e nos assentamentos conquistados. Numa perspectiva histórica, sempre ocorreu uma relação estreita entre o sindicato e as mulheres, referente à aversão em permitir a sindicalização e a extensão dos direitos trabalhistas.

entanto, as demandas e lutas são distintas para cada um deles. Em entrevista com a liderança do acampamento, a mesma relatou que o espaço é aberto para receber povos indígenas, sobretudo, das etnias Guarani e Kaiowá, nativos da região, pois, avalia que eles também são trabalhadores e possuem raízes históricas com o campo. No mesmo entendimento que a liderança, o presidente do sindicato do município, destaca que os povos indígenas têm o direito de integrar a luta em acampamentos para requerer um lote de terra nos assentamentos de reforma agrária.

³⁸ Turatti (2005) afirma que a mística, enquanto matriz discursiva, é uma base essencial para a sustentação do cimento ideológico nos contextos de acampamentos do MST, que assegura a perspectiva e o papel histórico de transformação da sociedade.

Antes mesmo de qualquer reconhecimento dos direitos constitucionais, as mulheres eram representadas pela figura do agricultor, ou seja, na condição de esposa, sendo a “extensão do seu marido”, e não como uma trabalhadora rural que desenvolve uma atividade profissional no campo. A visão predominante era de que o sindicato “não é lugar de mulher” (AMARAL, 2007).

A ascensão das mulheres nas lutas sociais do campo e sua participação no âmbito do sindicalismo rural estão atreladas ao processo de intensificação das ocupações de terras e à luta pela reforma agrária durante a abertura política da Nova República. As principais motivações surgiram a partir do reconhecimento histórico da profissão de agricultora, consagrado e assegurado pela Constituição Federal de 1988. Essa profissão não está estritamente vinculada ao trabalho doméstico, mas é reconhecida como uma categoria profissional que garante direitos como acesso à saúde, sindicalização, previdência social, salário mínimo e seguro-desemprego, conforme a legislação vigente.

No caso da luta pela terra, independentemente de suas orientações políticas e agências de mediação, possui como triunfo máximo a conquista do território. A sociabilidade nos acampamentos não deve ser reduzida meramente a uma ocupação provisória que reúne homens e mulheres para demandarem a desapropriação de latifúndios. Longe dessa percepção imediata, estes espaços apresentam aspectos importantes da realidade e das desigualdades sociais. As características fundamentais que diferem cada um deles são as estratégias políticas de organização e o método de luta utilizado para a construção da resistência coletiva (FERNANDES, 1994).

A luta pela terra ganhou destaque a partir das ocupações e acampamentos, desenvolvida como instrumento de resistência no âmbito do MST. Com relação ao sindicalismo rural, esse método esteve presente nas organizações dos setores rurais da CUT, onde as ocupações passaram a desempenhar a centralidade de suas ações. A Fetagri, baseada numa postura histórica de negociação, não visualizava a ocupação como uma medida viável e uma estratégia definida na luta pela terra. Somente a partir das primeiras conquistas de assentamentos rurais e das disputas pela representação dos sindicatos com a CUT, é que ocorreram algumas alterações no seu escopo de atuação e mediação dos trabalhadores rurais (ALMEIDA, 2003).

A Fetagri aderiu à ocupação com muitas pressões advindas por outros movimentos sociais e sindicais. A disputa pela hegemonia fez com que os sindicatos filiados reorganizassem suas estratégias para viabilizar outros métodos de ação diante dos impasses históricos. Essas alterações se deram a partir das seguintes condições: 1) o

reconhecimento por parte do Estado referente à categoria de acampados, consolidando o cadastramento dos trabalhadores rurais ao Plano Nacional de Reforma Agrária; 2) a simbologia dos acampamentos entre as próprias agências de mediação como aspecto singular do interesse em algum imóvel rural; 3) o aumento de sindicatos filiados a outras entidades sindicais em oposição a atuação “pacífica”; e 4) a progressiva relação entre ocupações e acampamentos que havia resultado na desapropriação de latifúndios para a criação de assentamentos rurais (ALMEIDA, 2003).

A sua influência organizativa ocorre por intermédio dos sindicatos filiados, mantendo a coordenação dos acampamentos. Este é motivo pelo qual a Fetagri possui grande influência nos municípios em relação à mediação e representação dos trabalhadores rurais acampados e também dos assentados da reforma agrária se comparados aos outros movimentos sociais atuantes em diferentes regiões do estado. No caso da CUT, diante da hegemonia da Fetagri em diversos municípios, o vínculo de filiação de sindicatos é inferior, por isso, possui pouca influência na representação dos trabalhadores rurais acampados e assentados (FALCHI, 2007).

Fernandes (1999) afirma que as agências de mediação cumpriram, historicamente, um papel importante na luta pela terra, mas, os trabalhadores são os principais sujeitos desse processo de transformação no campo. Os acampamentos sempre receberam apoio de instituições, de movimentos, de sindicatos e de partidos políticos. As articulações geraram um ambiente de embate político em razão das diferentes concepções e atribuições referentes às alianças que são construídas na vivência da luta pela terra.

O problema é que a dependência da mediação dos dirigentes sindicais não garante uma autonomia nas decisões políticas por parte dos trabalhadores acampados. As agências de mediação sempre interferem diretamente nos rumos da organização dos acampamentos. As organizações sindicais têm centrado sua atuação especificamente no rol das negociações realizadas na esfera institucional.

Esta postura faz com que o sindicalismo rural assuma para si o protagonismo representativo das pautas e reivindicações, descentralizando, assim, o papel decisivo dos trabalhadores, contendo qualquer ação direta, fazendo com que as famílias permaneçam restritos apenas ao espaço de acampamentos à espera de novas informações advindas das cúpulas.

Essa forma de atuação anula uma ação mais direta, isto é, uma iniciativa autônoma que emana dos próprios acampados. Este é o ponto de divergência entre o MST e as organizações sindicais, pois a composição orgânica e os acampamentos deste

movimento são formados geralmente pelos seus próprios militantes. No caso do sindicalismo rural, por se tratar de entidades burocráticas, geralmente mantêm uma coordenação distante da realidade dos acampamentos e apenas busca representá-los³⁹.

No quadro comparativo entre a Fetagri e a CUT, a primeira é menos rigorosa no controle e organização do espaço, pois não exige a presença integral e a residência dos trabalhadores no acampamento. No segundo caso, a residência é requisito obrigatório, mas, por motivos de necessidades básicas⁴⁰, é permitido que os acampados mantenham vínculo de trabalho fora do acampamento. As lideranças reiteram que a prioridade, numa eventual conquista da terra, será destinada apenas aos que possuem “residência” e que estão mais tempo acampados⁴¹.

A Fetagri tem prioridade quantitativa em relação ao maior número de famílias cadastradas e vinculadas aos seus acampamentos organizados. Enquanto a CUT tem preferência qualitativa no fortalecimento de um coletivo que solidifique os seus interesses em comum, permanecendo na mesma condição entre os acampados, resistindo às adversidades.

O ponto de convergência de ambas as organizações sindicais é que todos os acampados participem das reuniões periódicas que ocorrem todo o final de mês. A ausência nestas reuniões dificulta e fragmenta o coletivo, ainda mais quando se trata de possíveis visitas dos técnicos do Incra para vistoriar estes espaços e realizar a contagem dos acampados requerentes da política de reforma agrária.

Os contextos de reuniões⁴² são compreendidos como o momento de maior importância para o funcionamento de qualquer organização coletiva de luta pela terra. Esta ocasião refere-se ao encontro formalmente definido por sindicatos, associações e movimentos, que agrupam um conjunto de pessoas, as quais possuem objetivos, pautas e interesses em comum (COMERFORD, 1999).

Neste agrupamento previamente definido, as discussões vão em direção da definição das etapas e andamento dos trabalhos. Em ambos os acampamentos, é uma

³⁹ É importante destacar que os dirigentes da CUT, da Fetagri e o presidente do sindicato não são residentes dos acampamentos e também não participam regularmente das reuniões realizadas nestes espaços.

⁴⁰ A liderança do acampamento relatou que essa medida foi tomada referente à ausência de cestas básicas que outrora recebiam regularmente. Para as famílias acampadas, as cestas que eram entregues não davam para suprir nem as necessidades básicas, especialmente no caso de mulheres e crianças em relação aos utensílios de higiene pessoal. Por isso, a necessidade de manter relações de trabalho fora do acampamento.

⁴¹ Essa é uma regra coletiva dos participantes dos acampamentos. Sobre essa questão referente à prioridade do acesso à terra aos mais antigos como requisito incontornável, ver Loera (2015).

⁴² As datas e os horários das reuniões são planejados e organizados pelas lideranças com o intuito de possibilitar a presença de todos.

atividade fundamental, pois os acampados não possuem uma rotina de estudos proporcionados pelo trabalho de base e dificilmente ocorrem a participação em atividades fora dos acampamentos, como, por exemplo, em feiras, *workshop* e capacitação técnica.

As reuniões buscam agrupar e direcionar todos os trabalhadores que se encontram nos acampamentos. As lideranças e os secretários são responsáveis por fazer um balanço das possibilidades de acesso à terra e um prognóstico da conjuntura política, além de repassar as informações cedidas pelos mediadores sindicais sobre as propostas de negociação que estão em processo de debate nas cúpulas do Estado e o destaque de outros contextos.

Conforme destaca Fernandes:

Essa leitura política é facilitada para os movimentos socioterritoriais porque estão em contato permanente com suas secretarias, de modo que podem fazer as análises a partir de referenciais políticos amplos, como, por exemplo, as negociações que estão acontecendo nas capitais dos estados e em Brasília (FERNANDES, 1999, p.283).

A evidência de outras reivindicações dos trabalhadores na luta pela terra em diferentes regiões do estado é objeto de discussões nas pautas dos encontros realizados. As reuniões são eventos determinantes nas decisões das lideranças em simetria com o sindicalismo rural sobre os novos rumos dos acampamentos.

Para Comerford (1999), o conteúdo das reuniões abrange as discussões fundamentais para se concretizar um tipo específico de avaliação, propostas e, conseqüentemente, uma conclusão. As reuniões são marcadas também por momentos de angústia, medo e incertezas acerca da própria condição social.

Numa reunião realizada no ano de 2018 no acampamento da Fetagri, a pauta tinha como objetivo analisar os principais motivos da paralisação da reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul na última década. A liderança repassou para os trabalhadores acampados de que se tratava de uma conjuntura adversa. Entretanto, havia a possibilidade de desapropriação de um latifúndio, que estava em processo de vistoria pelo Incra, mas poderia perdurar por muitos anos ainda, porque não havia a constatação efetiva de improdutividade, apenas indícios levantados pelos dirigentes sindicais.

Imagem 7: Reunião geral do acampamento da Fetagri



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018).

Imagem 8: Discussão de pauta entre a liderança e os trabalhadores rurais



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018).

A outra avaliação viabilizada era a de pressionar o Estado para a aquisição de um novo imóvel no município de Campo Grande, onde existiam outras organizações sindicais se articulando. De modo geral, os acampados não estavam dispostos a realizarem novas ocupações em razão, sobretudo, do deslocamento para outros municípios, o que acarretaria a perda de parte de seus vínculos familiares, uma vez que teriam que recomeçar novamente a vida em lugares distantes.

A conclusão dessas possíveis dificuldades que encontrariam, a decisão dos acampados por meio de uma votação aberta, realizada durante a assembleia, foram pautadas na continuidade do acampamento às margens da rodovia, pois, no entendimento dos trabalhadores, teriam de abandonar o emprego e o deslocamento para um novo acampamento não era garantia efetiva do acesso à terra.

As subsequentes reuniões realizadas nos dois acampamentos tiveram como pauta o destaque das principais dificuldades para a obtenção de novas áreas na região sul do estado. Tanto a Fetagri quanto a CUT apresentaram aos acampados apenas a possibilidade de compra de terras mediante financiamentos subsidiados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), antigo Banco da Terra.

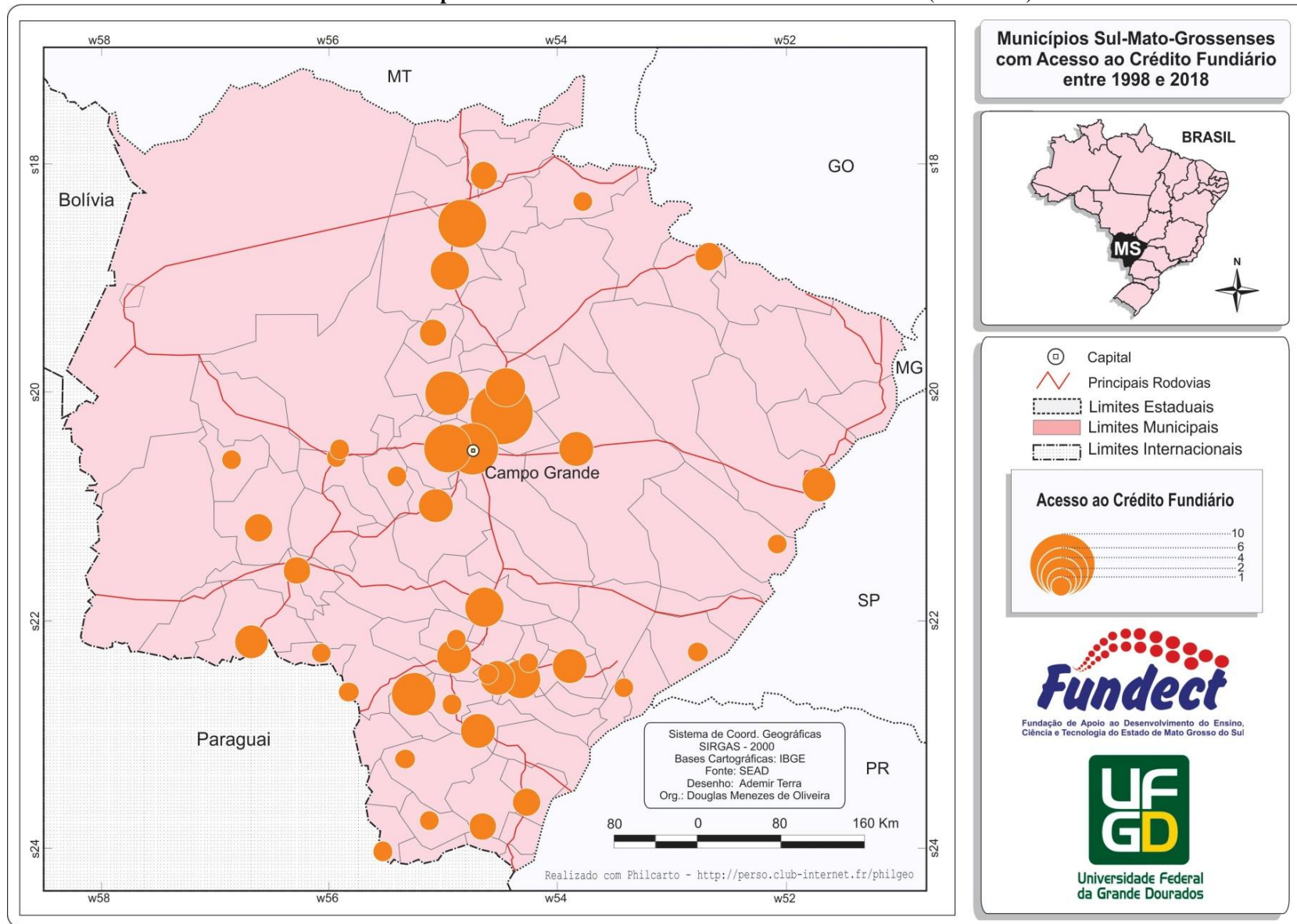
O PNCF tem como principal objetivo o fornecimento de créditos para os trabalhadores rurais adquirirem lotes por meio de financiamento. Este programa de aquisição de terras, teve seu início durante o primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998).

No segundo mandato presidencial de Fernando Henrique (1999-2002), a política de créditos do Banco da Terra teve uma ampla expansão no cenário nacional, visando promover o acesso à terra por meio de financiamentos direcionados aos trabalhadores e agricultores. Essa medida recebeu o nome de “reforma agrária de mercado”, pois tinha como objetivo possibilitar a compra de lotes pelos agricultores familiares por meio de instrumentos financeiros que estavam subordinados ao capital. Nos governos posteriores, o programa passou por reformulações e aprimoramentos, incluindo a alteração de sua nomenclatura⁴³ (PEREIRA; SAUER, 2011).

No mapa 8 a seguir, é possível observar a expansão das áreas adquiridas por meio do crédito fundiário no estado de Mato Grosso do Sul:

⁴³ Conforme a publicação do Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003.

Mapa 8: Acesso ao crédito fundiário em Mato Grosso do Sul (1998-2018)



No primeiro governo Lula (2003-2006), a prioridade não era destinar recursos para a aquisição de novas áreas por meio deste programa. Essa situação pode ser comparada com os avanços das desapropriações de imóveis rurais para a criação de projetos de assentamentos em Mato Grosso do Sul.

No entanto, durante o segundo mandato presidencial de Lula (2007-2010), o programa teve um crescimento e uma adesão maior no âmbito do sindicalismo rural, sendo apresentado como uma alternativa para suprir as lacunas na política de reforma agrária aos trabalhadores acampados.

Nas duas décadas de experiência, desde a vigência deste programa, o acesso ao crédito fundiário tem aumentado no Brasil. Durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2016), foram destinados créditos significativos para o financiamento de terras no estado de Mato Grosso do Sul.

O problema com esse programa de reforma agrária é que, quando há uma expansão das políticas de acesso ao crédito fundiário para a compra de lotes financiados, ocorre uma redução nas desapropriações de imóveis rurais para a criação de assentamentos. Essa opção adotada pelo Estado em resposta às demandas dos trabalhadores acampados revela uma simetria com o capital financeiro.

Esse diagnóstico evidencia alguns aspectos do impasse enfrentado pelos acampados no acesso à terra. A ausência de novos assentamentos rurais ascende relativamente a ampliação de créditos para financiamentos. As medidas propostas por este programa não promovem a democratização do acesso à terra, assim como os critérios estabelecidos para se obter o financiamento, reduzem ainda mais o número dos possíveis beneficiários.

Essa proposta foi oferecida pela CUT aos trabalhadores acampados. No entanto, essa medida se mostrou inviável para suprir suas necessidades devido ao valor do financiamento, aos prazos, às parcelas, às taxas de juros, à assistência técnica e à proporção das áreas destinadas, que eram inferiores aos módulos comuns dos lotes de assentamentos rurais da reforma agrária. Esses fatores combinados indicam condições possíveis de endividamento e subordinação ao capital financeiro. Os valores atribuídos claramente excedem a capacidade de pagamento dos trabalhadores.

No acampamento da Fetagri, nas últimas reuniões realizadas, houve uma quantidade reduzida de acampados em razão das inscrições aceitas para aquisição de lotes

junto ao PNCF, ofertadas pelo presidente do sindicato⁴⁴. Em decorrência disso, este acampamento vem enfrentando dificuldades no fortalecimento da resistência. Conforme avalia a liderança:

Está ficando muito difícil, pois o pessoal tá querendo desistir, e agora tem poucas famílias e o sindicato também se afastou daqui. Algumas famílias foram embora e aceitaram a proposta de financiar o lote. O sindicato deu uma desprezada na gente (Liderança do acampamento da Fetagri, 2019).

Na avaliação da liderança, é possível identificar o enfraquecimento da organização e o distanciamento da mediação em relação ao acampamento. Os dirigentes sindicais ofereceram aos trabalhadores apenas a alternativa de se cadastrarem no financiamento de lotes. No entanto, essas entidades mostram-se avessas às lutas e não propõem alternativas concretas para as famílias acampadas que não têm condições ou renda suficiente para adquirir lotes por meio da compra.

Em relação ao acampamento da CUT, os trabalhadores expressaram uma crítica, alegando que o distanciamento entre a mediação sindical e a realidade social dos acampamentos tem enfraquecido a luta pela terra. Segundo eles, a CUT não possui uma estrutura sindical suficientemente fortalecida e direcionada para a reforma agrária e os trabalhadores rurais. A crítica se baseia na percepção de que a entidade tem priorizado a representação de outras categorias profissionais em vez de focar na defesa dos direitos à terra dos trabalhadores acampados.

Em vista disso, os trabalhadores rurais que participam das atividades nos acampamentos veem as reuniões, que são praticamente obrigatórias, como uma ação ineficaz se comparadas ao tempo que passam às margens das rodovias. A insatisfação recai sobre a liderança e, principalmente, sobre a postura da mediação do movimento sindical responsável pela articulação fora do acampamento, que não promove um embate mais incisivo contra o Estado e os grandes latifundiários da região.

As reuniões entre os dirigentes sindicalistas e o superintendente regional do Incra, realizadas em Campo Grande, têm ocorrido com pouca frequência. Quando acontecem, focam na verificação das condições precárias enfrentadas pelos acampados, que persistem há décadas. Durante essas negociações, são feitas diversas promessas,

⁴⁴ O Programa Nacional de Crédito Fundiário aprovou a aquisição de terras para o Projeto Nova Tacuru. Este assentamento poderá ser criado no município com a aquisição da fazenda Nossa Senhora Aparecida, localizada às margens da MS-295, e poderá abranger 98 famílias.

como retomar os processos de reforma agrária e realizar vistorias para desapropriação de novas áreas. No entanto, constata-se a continuidade do descaso com os interesses dos trabalhadores e o agravamento do impasse.

Uma alternativa considerada pelas lideranças dos acampamentos é reivindicar lotes abandonados nos assentamentos rurais, que foram criados anteriormente no estado. Essa é uma das possibilidades levantadas durante as reuniões realizadas nos acampamentos. No entanto, é evidente a falta de medidas tanto por parte do Estado quanto das organizações sindicais para atender a essas demandas destacadas pelas famílias acampadas, o que demonstra os limites da mediação na luta pela reforma agrária.

3.3 RESISTÊNCIAS NA LUTA PELA TERRA

Neste tópico, serão discutidas as principais formas de luta, com enfoque nas resistências e nos dilemas vivenciados pelos trabalhadores rurais sem-terra. Se a estratégia das ocupações se mostrou uma via possível para o acesso à terra, na última década, entretanto, os acampamentos do sindicalismo rural analisados em questão descentralizaram essa estratégia de reivindicação social.

Os acampamentos enfrentam condições adversas que vão desde a organização do espaço, atravessando os conflitos internos entre a mediação sindical e os trabalhadores, bem como as dificuldades vividas no fortalecimento da luta pela reforma agrária. A principal motivação para continuarem resistindo nestes espaços, sem dúvida, é o sonho de conseguir um lugar para viver e reproduzir-se socialmente.

Para enfrentar essa situação, os acampados adotam diferentes formas de luta. A concepção de luta pode variar e ser definida de maneira diferente, dependendo das dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais envolvidas. Nos contextos dos acampamentos, a palavra “luta” é frequentemente evocada para denunciar as condições de vulnerabilidade vivenciadas. A condição de estar acampado é vista como um sofrimento que faz com que aqueles que o suportam sejam considerados dignos de receber a recompensa da terra (SIGAUD, 2004).

Com base na análise de Comerford (1999) sobre a concepção de luta amplamente utilizada pelos trabalhadores rurais, pode-se observar que o seu uso está relacionado à descrição e caracterização do cotidiano de trabalho dos indivíduos em situação de

pobreza. Essa noção de luta é definida considerando tanto a dimensão material quanto a dimensão subjetiva da realidade social que eles vivenciam.

Nos acampamentos, a luta pela terra é o objetivo central, no entanto, além desse elemento central, também se adiciona a luta por moradia, emprego e a manutenção desses empregos, pagamento de contas e suprimento de necessidades. Essa dinâmica revela, em sua totalidade, uma luta de classes.

As condições materiais enfrentadas pelos trabalhadores rurais os levaram a estabelecer uma residência permanente nos acampamentos. Resistir às inúmeras adversidades e superar os obstáculos torna-se a única opção encontrada até que possam ser assentados.

O sentido histórico atribuído a formação da luta pela terra é o seu caráter fundamentalmente anticapitalista. Essa concepção contrapõe a perspectiva do paradigma do capitalismo agrário, pois os camponeses estão resistindo para não serem absorvidos pela lógica predatória do capital, objetivando constituir novas sociabilidades, a produção do próprio sustento e a reprodução social da vida no campo.

Esses são os elementos fundamentais da espacialização da luta pela reforma agrária, todavia, ainda que se apresente de forma subjacente e contraditória, a resistência das famílias sem-terra travada no âmbito dos acampamentos é uma contraposição à manutenção da estrutura agrária concentrada e desigual.

Nas diversas narrativas, os trabalhadores rurais descrevem um lugar que assume uma perspectiva única para cada um deles. Esse lugar representa a futura moradia, onde a produção familiar se concretizará, juntamente com a autonomia nas relações de trabalho e a criação de novas redes de sociabilidade. É a busca pela libertação das condições vivenciadas.

Assim, eles contam sobre um lugar que ainda não existe geograficamente, mas que virá a existir, atribuindo um significado a ele. As perspectivas dos acampados revelam seus sonhos possíveis ao conquistarem o lugar desejado, expressando a intenção de reconectar-se com o campo que fazia parte de suas raízes.

Nas imagens a seguir, observa-se as condições vividas pelos trabalhadores nos barracos às margens da rodovia:

Imagem 9: Trabalhador acampado da Fetagri



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018).

Imagem 10: Interior do barraco



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018).

As imagens mostram o tamanho reduzido dos barracos, com pouco espaço para acomodar toda a família. É possível observar também a falta de infraestrutura nas imediações dos barracos, como sistemas de água encanada, energia elétrica e saneamento básico, evidenciando as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores para acessar serviços essenciais. Mesmo diante dessas condições adversas, as famílias transmitem uma sensação de força e resiliência.

A perspectiva em comum dos trabalhadores na luta pela terra, além de ser uma resistência ao avanço do modelo de propriedade capitalista que provocou no campo uma sociabilidade de “espaços vazios”, é também a reinvenção de uma “nova ruralidade”, baseada em valores e pressupostos que exigem um padrão de desenvolvimento distinto do modelo econômico do agronegócio (SAUER, 2010).

A propriedade capitalista, como um sistema dominante, é responsável pela perpetuação das relações de classe mediadas pelo capital. Ela desempenha um papel central no processo de êxodo rural e na exclusão social, resultando no desenraizamento de famílias e na sua brusca realocação para áreas periféricas das cidades. Esse processo revela as contradições inerentes ao desenvolvimento econômico, que afetam tanto o campo quanto a cidade de maneira interligada e dialética.

A luta nos acampamentos é evidenciada como uma forma de refúgio do desemprego estrutural, da exploração do trabalho e da precariedade do meio urbano. Nos acampamentos, os trabalhadores que optaram por acampar foram em razão das limitações econômicas e a impossibilidade de manter a subsistência nos setores de serviços. Conforme relata a acampada, “pra mim, é difícil viver sem um pedaço de terra, porque eu nasci e me criei na roça. A cidade pra mim e o meu esposo é muito sofrido, não consigo viver lá” (Acampada da Fetagri, 2019).

O relato da acampada identifica as debilidades de manter a satisfação das necessidades básicas no meio urbano. A participação nos acampamentos não é exatamente conquistar o acesso à terra para si, mas sim, garantir o futuro de suas gerações, como os filhos e netos. Por isso, a resistência é uma via necessária para enfrentar a desigualdade no campo e também a miséria socioeconômica difundida na cidade.

As imagens a seguir destacam a importância do lugar idealizado pelas famílias, onde elas lutam por uma moradia digna para seus filhos e por melhores condições de vida no futuro. As condições vivenciadas pelas famílias nos acampamentos evidenciam a urgência da reforma agrária:

Imagem 11: Família no acampamento da Fetagri



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018).

Imagem 12: Crianças residentes no acampamento da CUT



Fonte: OLIVEIRA, D.M. (2018).

As imagens ressaltam a realidade vivenciada pelos acampados e reforçam a importância de políticas que promovam a justiça social e a igualdade no campo. Elas evidenciam que as famílias acampadas optaram por deixar a cidade devido às dificuldades enfrentadas, como a manutenção do aluguel, o pagamento das contas da residência, a aquisição de suprimentos básicos e a falta de recursos para a obtenção de alimentos.

A conjunção desses elementos cria um cenário de vulnerabilidade social para essas famílias, levando-as a vislumbrar a conquista da terra como uma possível solução para melhorar suas condições de vida. A luta pela terra é vista como uma forma de superar a precariedade e garantir a subsistência familiar.

A terra é representada, na concepção das famílias acampadas, como um “lugar de fartura”, ou seja, um território que proverá a produção da satisfação das necessidades essenciais⁴⁵. Esta perspectiva é construída a partir das condições materiais vivenciadas nos espaços de acampamentos e está relacionada a não dependência do mercado para a produção do próprio alimento.

Para os trabalhadores rurais, poder produzir o próprio sustento é considerado sinônimo de “fartura”. Eles valorizam a capacidade de cultivar a terra e obter os recursos necessários para sua subsistência, reduzindo a dependência do mercado. A aquisição de mercadorias no mercado se torna secundária, pois a produção própria supre grande parte das necessidades.

A conquista da terra é vista como um objetivo fundamental para os trabalhadores, pois permite a continuidade e reprodução das práticas realizadas nos acampamentos, mesmo que em condições limitadas.

A terra assume um significado muito além do aspecto político e econômico para o campesinato. Ela carrega um valor simbólico profundo que transcende a simples utilidade material. A terra é vista como vida, como um lugar que dá sentido à existência humana (SAUER, 2010).

Nesse sentido, lutar pela terra significa mais do que apenas adquirir um espaço físico. É uma forma de resistência contínua, uma luta por um lugar para morar, trabalhar e viver com dignidade. Essa luta representa a busca por uma conexão profunda com o ambiente, com as raízes e com a própria identidade dos trabalhadores rurais.

O longo período vivenciado nos acampamentos às margens das rodovias levou algumas famílias a desistirem. Aquelas que permaneceram não perderam a esperança de

⁴⁵ As famílias acampadas já cultivam pequenas roças ao redor de suas residências, em uma área relativamente limitada.

conquistar a terra. Contudo, a realidade enfrentada é marcada por incertezas em relação ao futuro do acampamento.

Segundo as considerações da liderança do acampamento da Fetagri, é evidente a persistência das dificuldades enfrentadas pelas famílias acampadas. A falta de segurança quanto ao acesso à terra gera apreensão e insegurança. Essa incerteza produziu um ambiente de preocupação e instabilidade, afetando diretamente a vida e os planos das famílias acampadas:

Estamos esperando, vamos ver o que vai sair aqui. Se não sair a terra, vamos fazer a ocupação e ver o que eles vão fazer, pelo menos em relação às famílias que moram debaixo da lona. Algumas famílias desistiram, outras querem desistir, eu não desisto não, porque nós já estamos muitos anos aqui, vamos jogar tudo fora? (Liderança do acampamento da Fetagri, 2019).

Nas ponderações feitas pela liderança, destacam-se as desistências e as dificuldades de manutenção das famílias no acampamento. Os impasses vivenciados durante este período têm relação direta com a postura consensual do sindicalismo rural em relação ao Estado e a alternativa concretizada pelo Crédito Fundiário.

As ocupações abrem possibilidades para intervenção e pressão social, a fim de promover determinadas mudanças e negociações de novas áreas. Apesar disso, essa possibilidade é destacada pelas lideranças apenas como uma medida “extrema”, quando estão sem possíveis alternativas.

No acampamento da CUT, o tempo vivenciado às margens das rodovias está relacionado também à ausência de ocupações e ações que provoquem um embate mais incisivo e pressão social no âmbito do Estado. O acampamento se mantém resistente com mínimas desistências, mas fundamenta-se numa organização coletiva centrada apenas no espaço de moradia.

Na entrevista com a liderança da CUT, quando questionada sobre possíveis estratégias de reivindicações na luta pela terra, ela afirmou que:

Tinha um pessoal que queria fazer o fechamento de estradas. Eles vieram de outros movimentos e achavam que eles poderiam fazer ocupações. Eu falava pra eles que nós não estamos aqui pra prejudicar ninguém. O que nós fazemos muito é colocar faixas, reivindicando terras pra cultivar alimentos, mais atenção do governo e do prefeito, através de protestos às margens do acampamento (Liderança do acampamento da CUT, 2019).

Na perspectiva da liderança, as ocupações e os fechamentos de rodovias estariam de alguma forma prejudicando a população em geral, causando transtornos e confrontos que prejudicariam os acampados. Esta decisão pauta-se na tentativa de anular o estereótipo de “baderneiros”, constituído em relação aos trabalhadores rurais e associado frequentemente como ação pejorativa praticada pelos militantes do MST.

Este posicionamento provém também da própria estrutura das organizações sindicais, que mantém preferências em atuar na negociação pacífica e no âmbito institucional. Essa postura não tem garantido a possibilidade de avanço em suas reivindicações na última década, causando a manutenção dos seus acampamentos sem uma ação mais ofensiva.

A ausência do embate direto contra as classes dominantes e o Estado é uma decisão priorizada pela Fetagri e uma opção compartilhada também pela CUT, pois, muitas vezes, o sindicalismo rural encara essa situação para preservar a integridade dos trabalhadores dos possíveis confrontos e do desencadeamento de maiores transtornos (FALCHI, 2007).

Em vista disso, existem outros fatores que devem ser considerados quando se trata de uma decisão desta natureza, que pode alterar radicalmente toda uma forma de vivência, perpassando uma série de avaliações e incertezas, o que não é nada fácil de lidar entre os trabalhadores sem-terra. Assim, “participar de uma ocupação não é uma decisão tão simples, afinal mais do que experiência, significa transformar a própria vida. Por essa razão, muitas vezes, para algumas famílias, existe a indecisão e o medo” (FERNANDES, 1999, p.272).

As experiências realizadas pelas famílias que acamparam sem ocupar têm sido frustrantes e dificilmente levaram à conquista da terra. A ausência de criação de assentamentos rurais demanda a formulação de novas estratégias pelos trabalhadores acampados e da própria articulação dos movimentos sindicais, pois as ocupações de terras são apenas um dos instrumentos de diálogo para o questionamento dos entraves vivenciados na luta pela reforma agrária.

A ocupação da terra é um trunfo nas negociações. Muitos acampamentos ficaram anos nas beiras das rodovias sem que os trabalhadores conseguissem ser assentados. Somente com a ocupação, obtiveram êxito na luta (FERNANDES, 1999, p.282).

Essas ações são fundamentais no processo de luta pela terra, sendo capaz de retomar a centralidade das transformações do campo e a viabilidade das demandas dos trabalhadores rurais acampados. Essa prática coloca em evidência as necessidades concretas, exigindo uma resposta do Estado para os problemas que os cercam (OLIVEIRA, 2019).

O período vivenciado pelos acampamentos aponta para uma reavaliação sobre as principais estratégias adotadas pelos trabalhadores rurais e as organizações sindicais na atuação em defesa do direito à terra.

Em síntese, a prática de montar os acampamentos e restringir a luta pela terra apenas a este espaço, limitando-se aos encontros e reuniões periódicas, aguardando informações advindas das cúpulas dos dirigentes sindicais, sem nenhuma ação mais direta, se apresenta como meio provável para que os trabalhadores rurais perdurem por mais tempo acampados sem conquistas concretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta parte do trabalho, conclui-se parcialmente um ciclo instigante de estudos sobre o eixo teórico da questão agrária e a espacialização da luta pela terra, a partir de acampamentos mediados pelo sindicalismo rural. Ao redigir as considerações finais desta dissertação, tem-se a sensação de que um dever foi cumprido.

No entanto, ao propor-se a responder algumas das indagações formuladas no início do projeto de pesquisa, espera-se que surjam novas questões a serem investigadas para a solução de novos problemas. Afinal, uma pesquisa científica não deve cristalizar verdades sem confrontá-las com novas evidências, captando-as novamente em um movimento dialético das transformações da sociedade contemporânea.

A questão agrária continua sendo um paradigma relevante para a interpretação dos estudos que abordam a dimensão da luta pela terra. No desenvolvimento desta pesquisa, foi necessário revisitar a teoria marxista clássica e o debate contemporâneo sobre a questão agrária, a fim de captar as particularidades da dinâmica de classes no campo. Foram avaliados os processos de apropriação, reprodução e mediação do capital, com enfoque na formação da luta pela reforma agrária.

Os resultados alcançados mostram que o desenvolvimento das relações de produção capitalista, que sucedeu o regime de trabalho escravo, impactou profundamente as relações de trabalho no meio rural, desencadeando a expropriação do campesinato, a exploração e a subordinação à renda da terra. Este modelo econômico caracteriza um problema histórico que mantém, no núcleo da estrutura agrária, o latifúndio. Enquanto o capital avança e se reproduz em escala ampliada, surgem novas contradições que, por sua vez, estimulam o surgimento de novas formas de luta e resistência por parte dos trabalhadores.

No contexto de Mato Grosso do Sul, os processos de configuração territorial ocorreram por meio da colonização e da apropriação capitalista, que resultaram na concentração fundiária e nos impactos da modernização conservadora do latifúndio. Esses processos contribuíram para a disparidade na posse da terra, com uma destinação predominante para a pecuária bovina, além do domínio hegemônico do setor econômico do agronegócio.

As poucas alterações na estrutura agrária foram resultado da criação de novos assentamentos rurais, que historicamente representam as conquistas dos trabalhadores rurais sem-terra. As ocupações e acampamentos evidenciaram o monopólio de classe sobre a propriedade fundiária e as contradições decorrentes do modelo de produção capitalista no campo.

As reivindicações de novos assentamentos rurais demonstraram as debilidades da política de reforma agrária proposta pelo Estado e a recriação de diferentes formas de pobreza, exclusão e a privação do desenvolvimento das possibilidades socioeconômicas. A estagnação na criação de novos assentamentos ao longo da última década, aliada ao prolongado período de permanência às margens das rodovias, contribui para a manutenção das condições precárias enfrentadas pelas famílias acampadas. É provável que o retrocesso nas políticas de reforma agrária continue a aumentar o número de acampamentos organizados em todo o território nacional.

O processo de organização dos acampamentos analisados ocorreu durante o período político dos governos petistas, especialmente a partir do segundo mandato presidencial de Lula. Durante esses governos, as experiências vivenciadas resultaram em uma redução das ações mais intensivas por parte das agências de mediação na luta pela reforma agrária.

Historicamente, observa-se que a estrutura burocrática do sindicalismo rural tem dado prioridade a uma agenda política baseada na negociação no âmbito do Estado, em vez de promover um embate mais incisivo. Nas últimas décadas do século passado, as organizações sindicais reconheceram, por meio das experiências de outros movimentos sociais, incluindo o método adotado pelo MST, que as ocupações de terras e a formação de acampamentos próximos às propriedades rurais eram uma estratégia necessária para exercer pressão social e reivindicar o direito à terra.

As evidências apresentadas indicam uma diminuição nas ações realizadas pelo sindicalismo rural nos últimos anos. As propostas oferecidas pelas organizações sindicais aos trabalhadores rurais acampados foram principalmente a possibilidade de adquirir lotes por meio de financiamentos, revelando os limites da mediação na luta mais incisiva pela reforma agrária.

A subserviência do Estado e dos sindicatos ao capital financeiro é uma característica observada na conjuntura brasileira, especialmente no âmbito da política de reforma agrária na Nova República. É evidente a falta de desapropriação de latifúndios para a criação de novos assentamentos rurais, o que tem levado ao aumento na

disponibilidade de créditos voltados para a aquisição de imóveis rurais por meio de programas de financiamento.

No acampamento da Fetagri, apenas alguns trabalhadores optaram por aceitar a proposta de financiamento para a aquisição de lotes. Por outro lado, no acampamento da CUT, a proposta foi rejeitada pelos trabalhadores acampados. Embora o PNCF seja apresentado como uma “alternativa” para a reforma agrária, ele pode gerar obstáculos para a manutenção e reprodução social no campo devido ao endividamento dos beneficiários desse programa.

A proposta de financiamento apresentada aos trabalhadores acampados demonstra a insuficiência do Estado na promoção da democratização do acesso à terra para as famílias que vivem em condições precárias, revelando sua opção de classe em favor dos latifundiários.

O impasse na luta pela terra está diretamente relacionado à renúncia de ações mais incisivas que ultrapassem os limites dos acampamentos. As agências de mediação sindical, as lideranças e os acampados optaram por descentralizar as ocupações como forma de reivindicação e embate social.

A existência dos assentamentos rurais criados em todas as unidades federativas é uma evidência das conquistas alcançadas por meio das ocupações como método legítimo de reivindicação pelo direito à terra. Essas ações contribuíram significativamente para o fortalecimento da luta pela reforma agrária no país.

No contexto das políticas de crédito subsidiadas pelo capital financeiro, a reforma agrária não pode se limitar a uma abordagem distributiva e de mercado mediada pelo Estado, visando apenas a distribuição de lotes conforme a conveniência dos proprietários de terras. Esse cenário mantém a estrutura agrária concentrada e desigual, o que tende a reproduzir ainda mais desigualdades sociais.

A pesquisa de campo constatou que as reuniões mensais são a única atividade política realizada nos acampamentos, o que levanta um dilema. Essa postura também contribui para a estagnação dos trabalhadores, que passam a conceber os acampamentos como residências permanentes em vez de moradias temporárias.

Essa questão pode estar relacionada à falta simultânea de divisão e atribuição de funções aos trabalhadores nos acampamentos, como ocorre nas organizações coletivas do MST, que são fundamentais para a construção de estratégias de luta e resistência contra os grupos hegemônicos.

As investigações realizadas nos acampamentos permitiram identificar os elementos fundamentais que estão subjacentes nas práticas de luta e resistência, como o sonho e a expectativa de um futuro melhor no campo. Apesar das adversidades vivenciadas, os trabalhadores que permaneceram acampados estão dispostos a enfrentar as dificuldades e buscar novas alternativas em um processo contínuo de transformação e recriação do campesinato.

A pesquisa empírica preenche as lacunas de uma realidade específica, permitindo sua generalização para outros acampamentos sem-terra. Por meio das interações, são identificadas as questões fundamentais enfrentadas pelos sujeitos que vivenciam a situação de vulnerabilidade social.

O estudo desse fenômeno social, a partir da organização dos trabalhadores nos acampamentos, representa uma abordagem metodológica mais dinâmica e justa do processo histórico. Na prática, são esses sujeitos que enfrentam as condições mais difíceis às margens das rodovias, lutando diariamente por uma moradia digna, trabalho e condições adequadas para sua subsistência.

Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para uma ampliação satisfatória da interpretação sociológica da questão agrária e para o fortalecimento da luta pela reforma agrária, especialmente no estado de Mato Grosso do Sul, onde trabalhadores rurais permanecem acampados em busca de acesso à terra.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1992.

ALMEIDA, R. A. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2003.

ALVES, G. Crise do neodesenvolvimentismo e Estado neoliberal no Brasil: elementos de análise de conjuntura do capitalismo brasileiro. In: CORSI, F.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. (Orgs.). **A Conjuntura Econômica e Política Brasileira e Argentina**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2015.

AMARAL, W. R. S. **Do jirau ao geral: mulheres nos sindicatos de trabalhadores rurais no Estado do Pará**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

BOSETTI, C. J. O camponês no olhar sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo. **IDEAS**, v.5, p.08-32, 2012.

BRAND, A. J. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1997.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto de 29 de abril de 2010**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2010.

CAVALCANTE, T. L. V. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2013.

COMERFORD, J. C. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção das organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1999.

CRESPE, A. C. **Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2015.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FALCHI, E. **Na luta por um pedaço de chão: experiência e cotidiano nos acampamentos de sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

FARIAS, M. F. L. **Acampamento América Rodrigues da Silva: esperanças e decepções na memória dos caminhantes que lutam pela terra.** Fundo de Investimentos Culturais de MS: Dourados: Dinâmica, 2006.

FELÍCIO, M. J. Questão agrária e processos históricos de construção de paradigmas. **Revista Geografia em Questão**, v.3, n.1, p.61-108, 2010.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999).** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. A ocupação como forma de acesso à terra. In: **XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos.** Washington, 2001.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil.** 5.ed. São Paulo: Globo, 2006.

FIGUEIREDO, A. **A presença geoeconômica da atividade ervateira.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 1967.

GERMER, C. Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 1990. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: UFRGS, 2002.

GODOI, E. P; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias, construções identitárias e sociabilidades.** São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GONÇALVES, R. J. A. F. Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil. In: **Cadernos Prolam/USP**, v.15, n.29, p.38-55, jul./dez., 2016.

GRAZIANO NETO, F. Recolocando a questão agrária. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: UFRGS, 2002.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** Petrópolis: vozes, 1987.

_____. Movimentos populares no Brasil: desafios e perspectivas. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: UFRGS, 2002.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KUNH, T. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1991.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução: José Paulo Netto. Revisão de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LOERA, N. R. **Tempo de acampamento.** São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”.** São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Caminhada no chão da noite:** emancipação e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Expropriação e violência.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A chegada do estranho.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem.** São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

_____. **A sociologia como aventura:** memórias. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, K. **O Capital:** crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. **Contribuição à crítica da Economia Política.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais do campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENEGAT, A. S. **No coração do Pantanal:** assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral/MS. Dourados: UEMS/UFGRD, 2009.

MORAIS, B. M. **Do corpo ao pó:** crônicas da territorialidade Kaiowá e Guarani nas adjacências da morte. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MOTA, J. G. B. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá:** diferenças geográficas e as lutas pela des-colonialização na Reserva Indígena e nos acampamentos-*tekoha* - Dourados/MS. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2015.

NARDOQUE, S. A expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In: CAMACHO, R. S.; COELHO, F. (Org.). **O campo no Brasil contemporâneo:** do governo FHC aos governos petistas. Curitiba: CRV, 2017.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SOUSA, B. S. (Org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. O campo no final dos anos 80. In: STEDILE, J. P. **A questão agrária hoje.** 3.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

OLIVEIRA, D. M. A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira. **Revista NERA**, v.22, n.46, p.259-281, jan./abr., 2019.

PEREIRA, J. M. M.; SAUER, S. A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. **Revista Sociedade e Estado**, v.26, n.3, p.587-612, set./dez., 2011.

PEREIRA, L. M. Antropologia e parentesco. In: URQUIZA, A. H. A. (Org.). **Antropologia e história dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: UFMS, 2016.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação:** agricultura familiar, sindicalismo e política. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental.** 3.ed. Rio de Janeiro, Record. 2013.

RODRIGUES, L. M. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

SAUER, S. **Reforma agrária e o sindicalismo rural:** a luta pela terra no “entorno” de Brasília. Brasília, 1999.

_____. **Terra e modernidade:** a reinvenção do campo brasileiro. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SIGAUD, L. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n.58, p.73-92, 2000.

_____. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. **Cuadernos de Antropología Social**, n.20, p.11-23, Universidad de Buenos Aires, 2004.

SILVA, J. G. **Modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **O que é questão agrária.** 4. ed. Coleção Primeiros Passos: Brasiliense, 1981.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 1998.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TERRA, A. **Reforma Agrária por conveniência e/ou por pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

TURATTI, M. C. M. **Os filhos da lona preta:** identidade e cotidiano nos acampamentos do MST. São Paulo: Editora Alameda, 2005.

FONTES SECUNDÁRIAS

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra.

IBGE – Censo Agropecuário, 1985.

IBGE – Censo Agropecuário, 1995/1996.

IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

IBGE – Censo Demográfico, 1970.

IBGE – Censo Demográfico, 1980.

IBGE – Censo Demográfico, 1991.

IBGE – Censo Demográfico, 2000.

IBGE – Censo Demográfico, 2010.

MATO GROSSO DO SUL. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. Inbra (SR-16). Projetos de Assentamento no Estado de MS. Campo Grande, 2017.

MATO GROSSO DO SUL. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. Inbra (SR-16). Candidatos cadastrados no SIPRA (Lista dos acampados de MS). Campo Grande/MS, 2017.

SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e filmado(a) e/ou fotografado(a) para colaborar com a pesquisa intitulada _____ desenvolvida por _____, sob orientação de _____ a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº _____ e _____.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo e estou ciente que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos a ética e rigor acadêmico. Minha colaboração se fará por meio de entrevista a ser gravada, filmada e/ou fotografada a partir da assinatura desta autorização. Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar o pesquisador responsável ou seu orientando.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante